# COESÃO URBANA:
## REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS E LIVRES NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ/SC

Acadêmica Eduarda Andrade Campos
Orientador Professor Dr. Jorge Luiz Vieira

# COESÃO URBANA:

## REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS E LIVRES NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ/SC

Trabalho Final de Graduação I (TFG I) apresentado pela acadêmica Eduarda Andrade Campos ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Participaram da banca:
Professor Orientador Dr. Jorge Luiz Vieira
Professora Avaliadora Msc. Sara Medeiros dos Santos Pizzatto
Professor Avaliador Dr. Gustavo Rogério de Lucca

Julho de 2021.

_____

**Acadêmica:**
Eduarda Andrade Campos

_____

**Orientador:**
Professor Dr. Jorge Luiz Vieira

# COESÃO URBANA:
# REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS E LIVRES NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ/SC

**Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC**

**Curso de Arquitetura e Urbanismo**

**Trabalho Final de Graduação I – TFG I**

**Acadêmica:**
Eduarda Andrade Campos

**Orientador:**
Professor Dr. Jorge Luiz Vieira

2021/1

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, que sempre me apoiou, confiou e incentivou para que eu conseguisse alcançar meus objetivos.

As minhas amigas, que iniciaram essa fase da vida comigo e fazem desses anos memoráveis.

Ao professor Dr. Jorge Luiz Vieira, por ter aceitado orientar esse trabalho, estar sempre solicito e pelos ensinamentos passados.

Aos demais docentes dessa universidade que compartilham seus conhecimentos durante a trajetória da graduação, e muito contribuem na minha formação profissional e pessoal.

E a todos que, de alguma forma, colaboram na minha trajetória de estudos.

*“Uma cidade viva está sempre em construção”*

(Jan Gehl, 2016)

## TEMA

Articulação e qualificação de espaços públicos e livres a partir da conformação de uma rede urbana na área central do município de Araranguá/SC.

## TÍTULO

Coesão Urbana: Rede de espaços públicos e livres na área central do município de Araranguá/SC.

## PALAVRAS CHAVE

Araranguá; Coesão Urbana; Plano Urbano; Rede de Espaços Públicos.

# LISTA DE FIGURAS


Figura 02: Açude Walter Belizoni, Araranguá/SC ..... 18
Figura 03: Açude Walter Belizoni, Araranguá/SC ..... 20
Figura 04: Mapa de localização de Santa Catarina no Brasil ..... 24
Figura 05: Mapa de localização da AMESC em Santa Catarina ..... 24
Figura 06: Mapa de localização do município de Araranguá na AMESC ..... 24
Figura 07: Mapa de localização do município de Araranguá na Microrregião sul de Santa Catarina ..... 25
Figura 08: Caminho dos tropeiros no século XVIII ..... 26
Figura 09: Reconstituição do Plano Urbano Original de Araranguá de 1886 do Engenheiro Mesquita ..... 26
Figura 10: Mapa da cidade de Araranguá ..... 27
Figura 11: Mapa da evolução urbana do município de Araranguá ..... 28
Figura 12: Mapa da evolução urbana com vetores de crescimento da cidade de Araranguá ..... 29
Figura 13: Mapa do perímetro urbano do município de Araranguá ..... 32
Figura 14: Mapa dos bairros na Área de Estudo ..... 33
Figura 15: Percurso de Fotos ao nível do observador na Área de Estudo (1 a 6) ..... 34
Figura 16: Percurso de Fotos Aérea na Área de Estudo (7 e 8) ..... 35
Figura 17: Mapa da Área de Estudo no Centro da Cidade ..... 35
Figura 18: Avanço da Mancha Urbana x Regressão da Mancha Verde na AE em 2004, 2012 e 2020 ..... 36
Figura 19: Áreas Vedes na AE ..... 37
Figura 20: Hidrografia na AE ..... 37
Figura 21: Sistema Viário na AE ..... 38
Figura 22: Usos na AE ..... 38
Figura 23: Transporte Público na AE ..... 39
Figura 24: Equipamentos na AE ..... 39
Figura 25: Cheios x Vazios na AE ..... 40
Figura 26: Zoneamento na AE ..... 40
Figura 27: Quadro de Parâmetros Urbanísticos do Zoneamento do Plano Diretor do município de Araranguá ..... 41
Figura 28: Representação das etapas de desenvolvimentos das cidades ao redor de um ponto critico de inflexão na história segundo Lefèbvre (2004) ..... 44
Figura 29: Cidade segundo Raquel Rolnik (2009) ..... 45
Figura 30: Cidade Resiliente ..... 46
Figura 31: Tempos de pandemia ..... 46
Figura 32: High Line Park, Nova York ..... 47
Figura 33: Esquema de implantação de biofilia a partir de Infraestrutura Verde e Gestão de Águas Pluviais ..... 48
Figura 34: Esquema de implantação de biofilia a partir de Iluminação e Tecnologia ..... 48
Figura 35: Esquematização dos instrumentos do Estatuto da Cidade ..... 49
Figura 36: Dimensões da Coesão Territorial propostas pelo ESPON 3.2 (2006) ..... 50
Figura 37: Dimensões da Coesão Urbana segundo Pinto (2015) em Araranguá/SC ..... 51

Figura 01: Açude Walter Belizoni, Araranguá/SC 16
Figura 38: Espaços Públicos segundo metodologia de Gehl (2010) 52
Figura 39: Fluxograma para o desenvolvimento de projetos de espaços públicos 53
Figura 40: Série de imagens aéreas de diferentes cidades 55
Figura 41: Quadro de Tipologias de espaços públicos propostas por Mora (2009) 56
Figura 42: Esquema representativo do distanciamento social 57
Figura 43: Série de esquemas do repensando as ruas em tempos de distanciamento social 58
Figura 44: Diagrama dos Espaços Públicos segundo Project for Public Spaces 59
Figura 45: Diagrama dos Padrões Derivados do Padrão 61 – "Praças Públicas Pequenas" segundo Alexander et al (2013) 60
Figura 46: Quadro de análise da Praça do Imigrante do bairro Alemão do bairro Centro 61
Figura 47 e 48: Projeto de Revitalização do Parque da Gare 64
Figura 49 a 52: Parque da Gare 65
Figura 53: Corredor verde de Cali 66
Figura 54: Objetivos do projeto para o corredor verde de Cali 66
Figura 55: Projeto do corredor verde de Cali 67
Figura 56: Caracterização do espaço da Área de Estudo 70
Figura 57: Diagrama dos parâmetros de diagnóstico e prognóstico 70
Figura 58: Mapa do espaço da Área de Estudo 71
Figura 59: Matriz de Planejamento analítica da Área de Estudo 73
Figura 60: Quadro do prognóstico para a Área de Estudo 74
Figura 61: Esquema de caracterização das subunidades da paisagem 75
Figura 62: Mapa esquemático da rede de espaços livres 76
Figura 63: Mapa esquemático das subunidades da paisagem 77
Figura 64: Mapas esquemáticos da AE – Atual 78
Figura 65: Mapa AE – Atual 79
Figura 66: Mapas esquemáticos da AE – Proposta 80
Figura 67: Mapa AE – Proposta 81
Figura 68: Cortes AA', BB', CC' e DD' 83
Figura 69  72: Referenciais das intenções projetuais (A a D; A) 84
Figura 73 a 76: Referenciais das intenções projetuais (E e F; B e C) 85
Figura 77: Perspectivas esquemáticos do Plano de Massas da AE – Atual x Proposta 86
Figura 78: Perspectivas esquemáticos da AE – Atual x Proposta 87
Figura 79: Fotos ao nível do observador e propostas de requalificação por meio de croquis autorais no recorte (1 a 4) 88
Figura 80: Mapa da Área de Estudo no Centro da Cidade 88
Figura 81: Fotos ao nível do observador e propostas de requalificação por meio de colagens autorais no recorte (1 a 4) 90
Figura 82: Mapa da proposta para o recorte de TFG II 94
Figura 83: Mapa da proposta para a AE com a definição dos recortes de TFG I e TFG II 95

# LISTA DE GRÁFICOS


Gráfico 01: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Populacionais ..... 30
Gráfico 02: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Populacionais ..... 30
Gráfico 03: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Populacionais ..... 30
Gráfico 04: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Populacionais ..... 30
Gráfico 05: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Populacionais ..... 30
Gráfico 06: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Populacionais ..... 30
Gráfico 07: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Populacionais ..... 30
Gráfico 08: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Econômicos ..... 31
Gráfico 09: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Econômicos ..... 31
Gráfico 10: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Econômicos ..... 31
Gráfico 11: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Econômicos ..... 31
Gráfico 12: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Territoriais ..... 31
Gráfico 13: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Territoriais ..... 31
Gráfico 14: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Territoriais ..... 31
Gráfico 15: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Econômicos, Territoriais e do Transporte Público ..... 31
Gráfico 16: Avanço da Mancha Urbana x Regressão da Mancha Verde na AE em 2004, 2012 e 2020 ..... 36

# LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|---|---|
| AE | Área de Estudo |
| AMESC | Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense |
| AMREC | Associação dos Municípios  Região Carbonífera |
| BR | Brasil |
| CAU/BR | Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil |
| CEI | Centro Educacional Infantil |
| COVID-19 | Corona Virus Disease (Doença do Coronavírus) |
| EBM | Escola Básica Municipal |
| EEB | Escola Estadual Básica |
| ESPON | European Spatial Planning Observatory Network (Rede Europeia de Planejamento de Ordenamento do Território) |
| ETA | Estação de Tratamento de Água |
| ETE | Estação de Tratamento de Esgoto |
| FAMA | Fundação Ambiental do Município de Araranguá |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| MPSC | Ministério Público de Santa Catarina |
| NACTO | National Association of City Transportation Officials (Associação Nacional de Funcionários do Transporte Municipal dos Estados Unidos) |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| RS | Rio Grande do Sul |
| SAMAE | Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto |
| SC | Santa Catarina |
| TFG | Trabalho Final de Graduação |
| UBS | Unidade Básica de Saúde |
| UNESC | Universidade do Extremo Sul Catarinense |
| UPA | Unidade de Pronto Atendimento |

# SUMÁRIO


## 1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO ..... 16
1.2 INTRODUÇÃO ..... 17
1.3 PROBLEMÁTICA ..... 18
1.4 JUSTIFICATIVA ..... 19
1.5 OBJETIVO GERAL ..... 20
1.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS ..... 20
1.7 METODOLOGIA ..... 21

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 ESCALA REGIONAL ..... 24
2.2 ESCALA MUNICIPAL ..... 26
2.2.1 HISTÓRICO ..... 26
2.2.2 EVOLUÇÃO URBANA ..... 28
2.2.3 PANORAMA MUNICIPAL ..... 30
2.3 ESCALA BAIRROS ..... 32
2.4 ESCALA DA ÁREA DE ESTUDO ..... 34
2.4.1 APRESENTAÇÃO ..... 32
2.4.2 AVANÇO DA MANCHA URBANA x REGRESSÃO DA MANCHA VERDE ..... 36
2.4.3 ÁREAS VERDES ..... 37
2.4.4 HIDROGRAFIA ..... 37
2.4.5 SISTEMA VIÁRIO ..... 38
2.4.6 USOS ..... 38
2.4.7 TRANSPORTE PÚBLICO ..... 39
2.4.8 EQUIPAMENTOS ..... 39
2.4.9 CHEIOS x VAZIOS ..... 40
2.4.10 ZONEAMENTO ..... 40
2.4.11 PARÂMETROS URBANÍSTICOS ..... 41

## 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 ESPAÇO URBANO ..... 44
3.1.1 DEFININDO A CIDADE ..... 45
3.1.2 CIDADE RESILIENT ... ..... 46
3.1.3 CIDADE BIOFÍLICA ..... 47
3.1.4 ESTATUTO DA CIDADE ..... 48

3.2 COESÃO URBANA 50
3.3 ESPAÇOS PÚBLICOS 52
3.3.1 REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS 54
3.3.2 TIPOLOGIAS DE ESPAÇOS LIVRES 55
3.3.3 TIPOLOGIAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS 56
3.3.4 ESPAÇOS PÚBLICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA 57
3.4 QUALIFICAÇÃO URBANA 59
3.4.1 ESTUDO TIPO-MORFOLÓGICO 60

**4. REFERENCIAIS DE PROJETO**
4.1 REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA GARE 64
4.2 CORREDOR VERDE DE CALI 66

**5. PARTIDO URBANÍSTICO**
5.1 DIAGNÓSTICO 70
5.1.1 MATRIZ DE PLANEJAMENTO 72
5.2 PROGNÓSTICO 74
5.3 PROPOSTA 75
5.3.1 A PROPOSTA 75
5.3.2 PROCESSO PROJETUAL 75
5.3.3 MAPAS ESQUEMÁTICOS AE – ATUAL 78
5.3.4 MAPA AE – ATUAL 79
5.3.5 MAPAS ESQUEMÁTICOS AE – PROPOSTA 80
5.3.6 MAPA AE – PROPOSTA 81
5.3.7 ESTAÇÕES DE ATIVIDADES NOS SETORES DO PARQUE 82
5.3.8 CORTES 83
5.3.9 PAINEL SEMÂNTICO 84
5.3.10 PLANO DE MASSAS 86
5.3.11 ESPACIALIZAÇÃO DA PROPOSTA 87

**6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**
6.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS 94
6.1.1 RECORTE DE TFG II 94

**7. REFERÊNCIAS**
7.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 98

# 1. INTRODUÇÃO

# 1.1 APRESENTAÇÃO

O presente Trabalho Final de Graduação I (TFG I) apresenta uma proposta de rede urbana de espaços públicos para a cidade de Araranguá, no extremo sul de Santa Catarina. No seu processo de crescimento e adensamento a cidade foi perdendo a relação com os espaços livres e a escala humana. Atualmente a região central da cidade é configurada por grandes vazios urbanos e sofre com alagamentos, inundações e pressão crescente de ocupação do seu entorno. Com a intenção de amenizar essas disfunções e contribuir para o reforço da coesão urbana, busca-se discutir a articulação e qualificação dos espaços públicos e livres por meio da conformação de uma rede urbana.

Figura 01: Açude Walter Belizoni, Araranguá/SC.
Fotografia Silvio Paladini (2018).
Fonte: <https://www.facebook.com/fotosdosilvio/posts/1773852626063731/> Acesso em 04 abr. 2021.

# 1.2 INTRODUÇÃO

A designação de cidade deriva do latim *civitae* (“conjunto de cidadãos”) e, de forma mais abrangente, pode ser explicada como um conjunto complexo de relações e interdependências. Para Santos (2006), o conceito de cidade pode ser atribuído a variáveis complementares que, em associação, conformam o espaço urbano: a realidade física, o conjunto de objetos reais-concretos; e a sociedade, o conjunto de dinâmicas sociais que animam os objetos.

O espaço urbano é, portanto, a dialética da paisagem com a sociedade. Nesse cenário, os espaços públicos caracterizam-se como o subsistema urbano de maior importância simbólica. Desde seu surgimento na Grécia como *ágora* (termo grego com significado de reunião), esses espaços desempenharam papel funcional como ambiente de trocas de todo tipo, constituindo-se um importante suporte simbólico para a utilização e representação coletiva.

Os espaços públicos atuam como verdadeiros núcleos da vida urbana, evocam um sentido de reunião, de contemplação e contato com elementos da natureza, e de referência urbana importante para seus cidadãos. Porém, com o processo evolutivo dos moldes de configuração das cidades, essas sofreram “uma ruptura radical na estrutura, na forma, na organização distributiva, nos conteúdos e nos propósitos da urbanística e da cidade” (LAMAS, 2004, p. 297).

Nessa perspectiva, utilizando como área de estudo o município de Araranguá/SC, nota-se essa manifestação evolutiva de fragmentação do espaço urbano materializada. Araranguá tem seu traçado originário dotado de um planejamento urbano, porém, o processo evolutivo da malha urbana da cidade ocasionou a perda da relação com a escala humana e os espaços públicos que antes possuía.

À vista disso, com o intuito de retomar os elementos simbólicos do espaço urbano ainda presentes no imaginário da população, propõe-se a articulação e qualificação de espaços livres por meio da conformação de uma rede de espaços públicos em Araranguá/SC, de maneira a retomar os núcleos de vida urbana e identidade da cidade.

Para isso, o presente Trabalho Final de Graduação I (TFG I) se estruturará em seis capítulos. O primeiro capitulo refere-se à introdução ao tema, em que são abordados os tópicos apresentação, introdução, problemática, justificativa, objetivo geral, objetivos específicos e metodologia. O segundo capitulo trata da contextualização do recorte sob a ótica das escalas regional, municipal, de bairros e do recorte. O terceiro capitulo desenvolve a fundamentação teórica utilizada para o embasamento da pesquisa e da proposta de intervenção. O quarto capitulo dispõe os referenciais projetuais que atuarão como norteadores para a elaboração da rede urbana. O quinto capitulo apresenta o partido urbanístico, e o sexto e ultimo capitulo informa as referências bibliográficas e complementares.

# 1.3 PROBLEMÁTICA

"O espaço urbano é dotado de uma enorme complexidade, englobando fenômenos de natureza social, cultural, econômica, ambiental e formal, podendo considerar-se como um grande sistema" (PINTO, 2015, p. 79). Nesse cenário, os espaços públicos expressam-se como importantes símbolos e de significância própria para qualquer cidade, configurando-se como núcleo da vida urbana das urbes.

Assim sendo, o papel do espaço público, enquanto elemento identificador, estruturador e articulador do espaço urbano, permite considerá-lo componente privilegiado na promoção da coesão à escala urbana. Ao mesmo tempo em que se constituem como abrigo das dinâmicas e manifestações sociais, os espaços públicos configuram-se também como estrutura, matriz física urbana. Posto isso, pode-se considerar o espaço público como um elemento chave na estruturação dos sistemas.

Nessa perspectiva, a paisagem urbana da cidade de Araranguá caracteriza-se, assim como na maioria das cidades brasileiras, pela despreocupação com o resultado do espaço urbano. A evolução ocupacional da cidade a partir das influências do capital e dos interesses dos agentes produtores do espaço originou fragmentações na malha urbana, constituindo espaços livres vazios desprovidos de núcleos de vida urbana.

Os espaços públicos, antes vistos como prioridade da vida urbana, hoje configuram-se em áreas livres subutilizadas e esquecidas. Em vista disso, como retomar a valorização dos espaços públicos e promover a coesão urbana em Araranguá/SC?

Figura 02: Açude Walter Belizoni, Araranguá/SC.
Fotografia Tadêu Santos (2019).
Fonte: <https://tadeusantos.blogspot.com/search?q=A%C3%87UDE/> Acesso em 04 abr. 2021.

# 1.4 JUSTIFICATIVA

Segundo Certeau (1998) o sucesso de um projeto de intervenção urbana está na análise de como as pessoas vivenciam a cidade e como esta faz parte do imaginário urbano. À vista disso, pretende-se resgatar e requalificar os elementos simbólicos da estrutura da cidade ainda presentes no imaginário da população.

A Praça Hercílio Luz, as margens do Rio Araranguá, o manancial do Açude Walter Belinzoni, bem como a grande área verde alagável que conecta os dois últimos e os entornos próximos serão objetos de estudo para uma proposta de intervenção. Por meio do redesenho desses espaços públicos, instruindo novos usos e atividades, espera-se promover qualidade de vida para a população, bem como a preservação dos recursos naturais e conservação da memória da cidade.

“Propor a qualificação dos espaços livres urbanos é contribuir para o desenvolvimento da educação, saúde, transportes, habitação, saneamento como componentes do ambiente urbanizado, ou seja, é contribuir para a construção de uma cidade melhor, pensando em espaços de cidadania mais do que de consumo” (QUEIROGA, 2011, p.35).

# 1.5 OBJETIVO GERAL

Promover a articulação e qualificação urbana no município Araranguá/SC a partir do desenvolvimento de uma rede de espaços públicos e livres no TGF I definindo um recorte para ser trabalhado na escala do projeto urbano no TFG II.

# 1.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver um estudo teórico acerca da temática dos espaços públicos e da sistematização de uma rede para a coesão urbana;
- Identificar e compreender os espaços públicos livres na região central da cidade por meio de análises da evolução urbana, ocupação urbana e biogeográficas;
- Reconhecer as problemáticas atuais que levam à necessidade de transposição do conceito de coesão urbana ao recorte;
- Estabelecer diretrizes de trabalho por meio de análises para nortear as ações projetuais para a proposta de intervenção;
- Propor a sistematização de uma rede de espaços públicos na área central do município de Araranguá/SC, por meio do desenvolvimento de um plano urbano a nível de partido no TFG I, e um projeto urbano de um recorte específico no TFG II.

Figura 03: Açude Walter Belizoni, Araranguá/SC.
Fotografia Silvio Paladini (2018).
Fonte: <https://www.facebook.com/fotosdosilvio/posts/1773852626063731/>
Acesso em 04 abr. 2021.

# 1.7 METODOLOGIA

O desenvolvimento do trabalho inicia-se com uma contextualização do local de intervenção em diferentes escalas – regional, municipal, de bairros e da área de estudo –, mediante a abordagem de aspectos variados – históricos, evolutivos, funcionais, legais, ocupacionais, paisagísticos, ambientais, sociais, entre outros –, realizada através de informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Araranguá, IBGE e trabalhos acadêmicos.

Ainda na contextualização, através de uma análise prévia, produziu-se um mapeamento dos espaços públicos e livres na Área de Estudo, identificando os espaços passiveis de intervenção, bem como realizando o mapeamento dos fluxos, usos, zoneamento e configuração das edificações circundantes à região, a fim de contribuir com o entendimento do funcionamento do recorte e seu cenário atual.

Após, realizou-se uma revisão bibliográfica e de estudos conceituais permeando a temática dos espaços urbanos e evidenciando a ampla temática dos espaços públicos. Para mais, discorre-se acerca de conceitos mais específicos tais como: coesão urbana; qualificação urbana; rede de espaços públicos; e espaços públicos em tempos de pandemia.

Em seguida, efetuou-se uma pesquisa de referenciais projetuais urbanísticos que foram de grande valia para a definição de uma estrutura e programa para o desenvolvimento da proposta de intervenção ao recorte.

Ao fim, utilizando dos dados e levantamentos elaborados, embasamento teórico e referenciais projetuais, desenvolveu-se uma matriz de planejamento analítica que permitiu elucidar as problemáticas e possibilidades de proposição de intervenção no desenvolvimento de uma proposta ao recorte.

Essas análises de diagnóstico e prognóstico permitiram a elaboração de diretrizes projetuais, que por sua vez instigaram as ações projetuais. A partir disso, desenvolveu-se a proposta de uma rede de espaços públicos a nível de partido urbanístico para o TFG I, lançando as intenções de estruturação urbana e programa de necessidades. Por fim, definiu-se um sub recorte para o desenvolvimento do projeto urbano no TFG II.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO
2. ANÁLISES PRÉVIAS
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
4. REFERENCIAIS DE PROJETO
5. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO
6. DIRETRIZES PROJETUAIS
7. PARTIDO URBANÍSTICO

# 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

# 2.1 ESCALA REGIONAL

O município de Araranguá no Sul de Santa Catarina encontra-se em uma localização privilegiada, equidistante de duas capitais, à 214 km da capital Florianópolis/SC e 244 km da capital Porto Alegre/RS.

Situado na AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense), Araranguá atua como núcleo polarizador dentro da Microrregião do Extremo Sul Catarinense, por dispor de maior infraestrutura e atuar como centro atrativo para a população das cidades adjacentes, embora ainda tenha certa dependência do município de Criciúma, núcleo polarizador do Sul de Santa Catarina.

Araranguá que tem como principal ligação rodoviária a BR 101, apresenta área territorial de 301,819 km² (IBGE, 2019) e uma população estimada de 68.867 habitantes (IBGE, 2020). Popularmente conhecido como “Cidade das Avenidas”, o município é cortado pelo Rio Araranguá e, nas margens desse, emergiu o núcleo urbano do município, com largas avenidas, comércio intenso, e litoral dotado de natureza privilegiada.

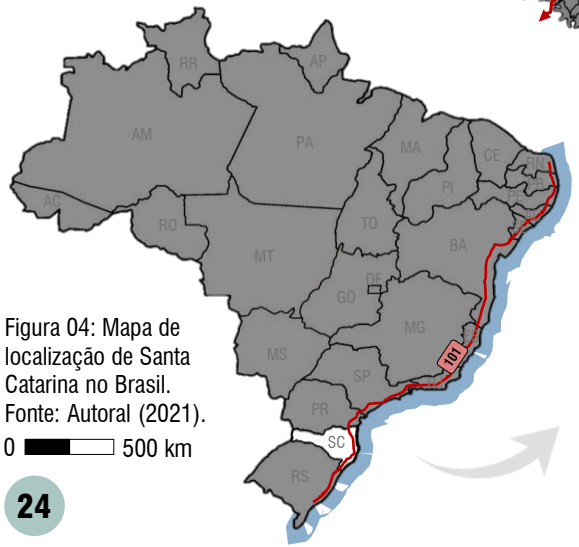



Figura 04: Mapa de localização de Santa Catarina no Brasil.
Fonte: Autoral (2021).
0 500 km

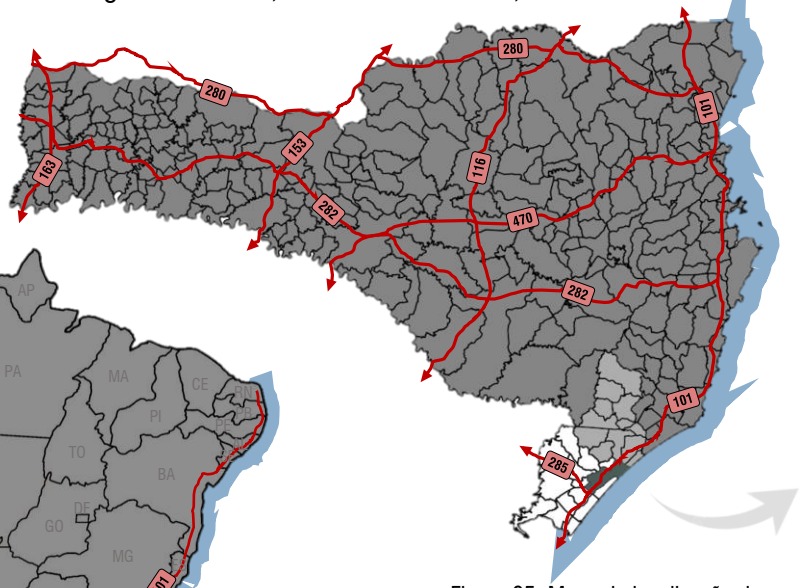



Figura 05: Mapa de localização da AMESC em Santa Catarina.
Fonte: Autoral (2021).
0 100 km

Figura 06: Mapa de localização do município de Araranguá na AMESC.
Fonte: Autoral (2021).
0 20 km

Figura 07: Mapa de localização do município de Araranguá na Microrregião sul de Santa Catarina.
Fonte: Google Earth Pro (2020); ARARANGUÁ (2015); Adaptação Autoral.

# 2.2 ESCALA MUNICIPAL

Figura 08: Caminho dos tropeiros no século XVIII.
Fonte: CÔRTES (2000); Adaptação Autoral.
0 50 km

## 2.2.1 HISTÓRICO

As primeiras ocupações na região são datadas de 6.000 a.C. por povos indígenas. Contudo, historicamente o surgimento da cidade de Araranguá é associado a passagem dos tropeiros pelo "Caminho dos Conventos" a partir de 1728, dando início ao processo de movimentação e fixação populacional na localidade, e posteriormente passando a ser freguesia. No ano de 1880 o território foi elevado à condição de município e denominado Araranguá, ampliando sua importância política.

Distinguindo-se de outras cidades, Araranguá tem seu traçado originário dotado de um planejamento urbano. Em 1886 a Câmara Municipal definiu um ordenamento territorial e demandou ao Engenheiro Antônio Lopes de Mesquita o desenho de um plano urbano. Nesse plano foi determinado o traçado de vias, o estabelecimento de quadras, a divisão fundiária e a criação de uma praça principal, configurando o núcleo central de Araranguá.

Até meados do século XX a cidade mantinha-se restrita ao plano inicial, conformada por um espaço horizontalizado e pouco adensado, com base econômica voltada à agricultura. Araranguá desenvolveu-se sob diversos períodos econômicos, embora inicialmente tenha assumido certa importância, prosseguiu-se períodos de declínio, e hoje constitui-se subpolo regional. Atualmente, a economia do município tem como principais atividades a agricultura, a indústria e o comércio.

Figura 09: Reconstituição do Plano Urbano Original de Araranguá de 1886 do Engenheiro Mesquita.
Fonte: DESTRO (2000).
0 100 m

Figura 10: Mapa da cidade de Araranguá.
Fonte: Google Earth Pro (2020); Adaptação Autoral.

## 2.2.2 EVOLUÇÃO URBANA

A área central de Araranguá sempre teve seu grau de importância dentro da história da cidade. Desde a condição de freguesia, passando a vila e depois município, Araranguá tem seu centro urbano nas margens do Rio Araranguá no entorno da Praça Hercílio Luz. Com a criação do plano urbano na área pelo Engenheiro Mesquita, as edificações construídas configuravam-se de modo a criar limites ativos para a praça. Esse núcleo central da cidade foi o cenário da vida urbana ao longo dos anos e a partir dele a cidade expandiu, com um vetor de crescimento nas direções nordeste, sudoeste e, principalmente, sudeste.

Contudo, atualmente, a cidade desenvolve-se para além da área central, em um processo de espraiamento e adensamento nas direções sudeste e sudoeste, seguindo um vetor de crescimento contíguo ao seguimento da BR 101. Essa evolução espraiada da mancha urbana configurou vazios urbanos na malha da cidade constituindo-se em grandes espaços livres ainda visíveis.

Em razão da valorização da terra urbana, a expansão do parcelamento fundiário e da ocupação urbana, por vezes, ocorreu imprópria. Embora seja notável a necessidade de espaços públicos acompanhando o crescimento da cidade de forma a suprir as demandas da população, isso não ocorreu. O processo evolutivo da malha urbana da cidade foi perdendo a relação com a escala humana e os espaços públicos livres foram desaparecendo ou sendo subutilizados.

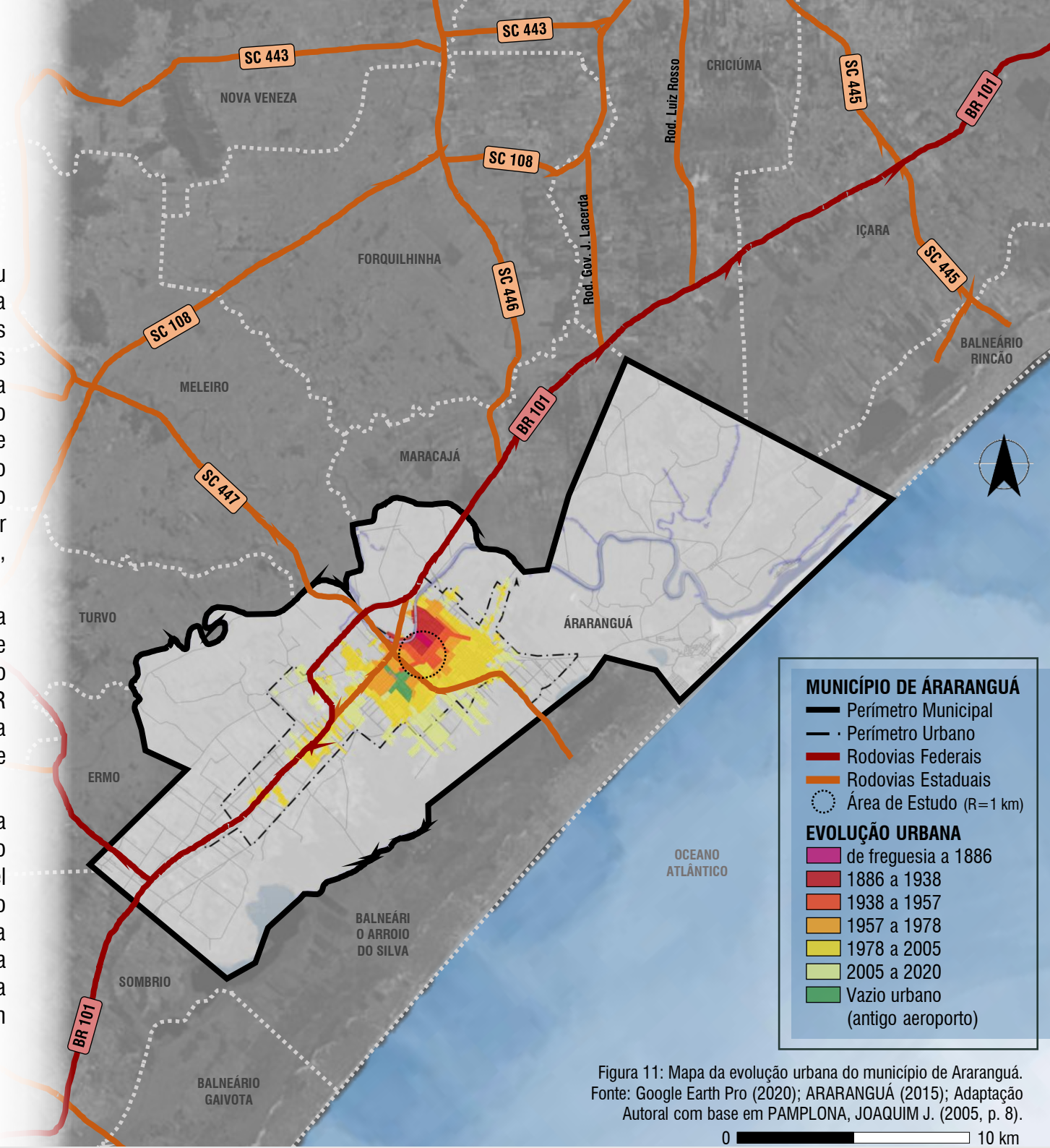



Figura 11: Mapa da evolução urbana do município de Araranguá.
Fonte: Google Earth Pro (2020); ARARANGUÁ (2015); Adaptação Autoral com base em PAMPLONA, JOAQUIM J. (2005, p. 8).

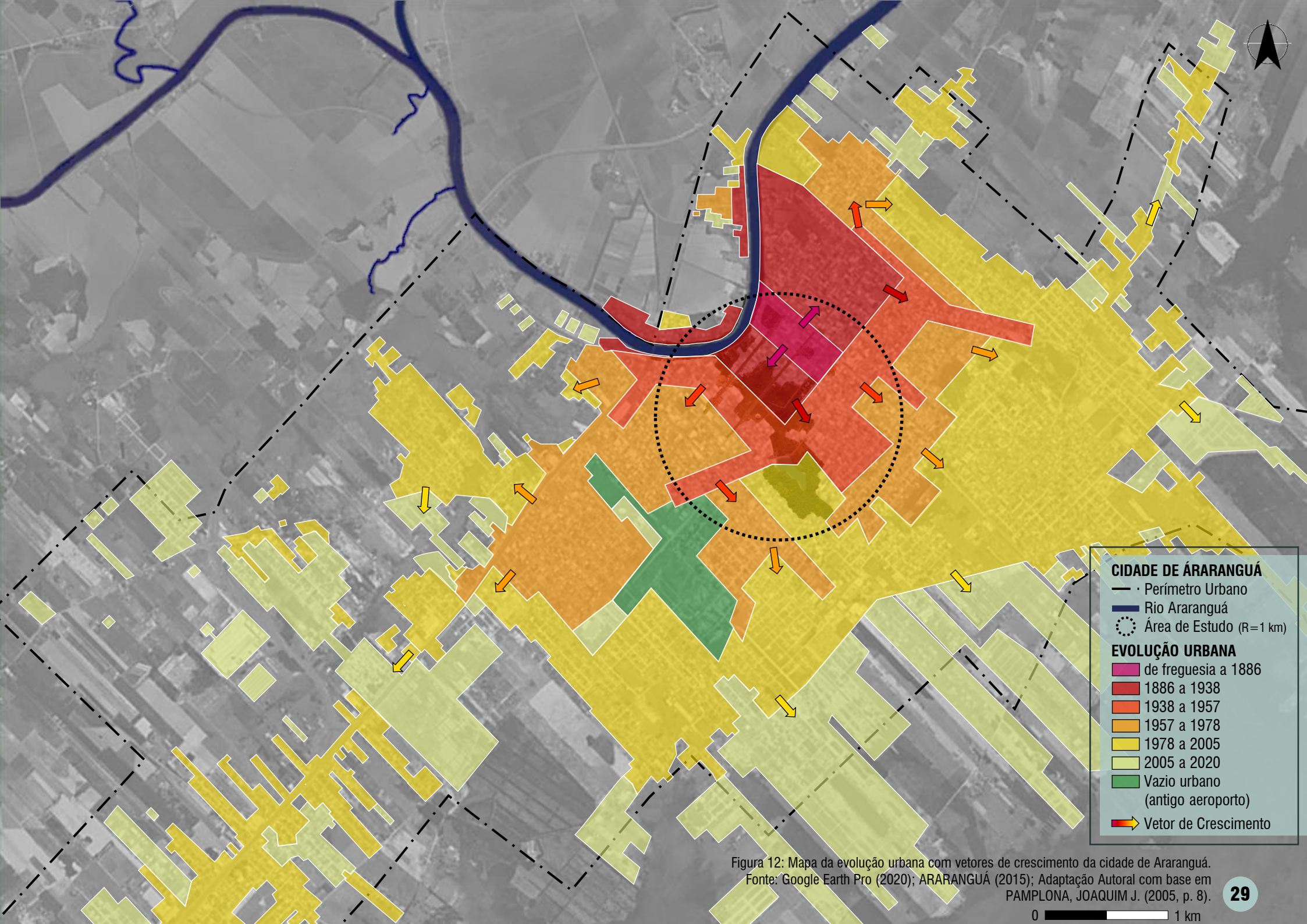



Figura 12: Mapa da evolução urbana com vetores de crescimento da cidade de Araranguá.
Fonte: Google Earth Pro (2020); ARARANGUÁ (2015); Adaptação Autoral com base em PAMPLONA, JOAQUIM J. (2005, p. 8).

## 2.2.3 PANORAMA MUNICIPAL

Através da coleta de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaborou-se análises e esquemas gráficos sobre os aspectos populacionais, socioeconômicos e territoriais, a fim de visualizar de forma clara as características do município de Araranguá e auxiliar no entendimento das demandas da Área de Estudo.

### POPULACIONAL

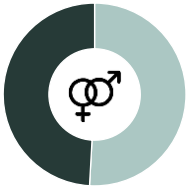
De acordo com o censo do IBGE, a população de Araranguá no ano de 2010 era de 61.310 habitantes, seguindo uma taxa de crescimento de 12,07% em uma década. A partir desse dado, o IBGE estima a:

**População em 2020 de 68.867 habitantes**

População essa equivalente a 0,98% da população do Estado.

#### GÊNERO

A distribuição populacional por gênero, apontou certo equilíbrio, segundo os dados censitários de 2010 do IBGE.



Masculino **50,84%**

Feminino **49,16%**

#### FAIXA ETÁRIA

A estrutura etária, segundo dados do IBGE de 2010, apresenta-se majoritariamente adulta.

Crianças (0-14) **23%**

Adolescentes (15–19) **9%**

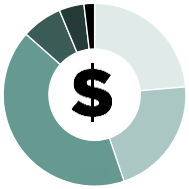
Jovens (20–29) **18%**

Adultos (30–59) **40%**

Idosos (60+) **10%**

#### RENDA

A população economicamente ativa (conjunto de pessoas empregadas ou procurando emprego)– representava 56,7% dos habitantes em 2010. Dentre esses, a distribuição salarial demonstra-se:



Sem Remuneração **24%**

até 1 salários mín. **21%**

1 a 3 salários mín. **42%**

3 a 5 salários mín. **7%**

5 a 10 salários mín. **4%**

Mais de 10 salários mín. **2%**

Em 2018, o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos.

**Renda média geral R$ 2.003,40**

#### DOMICÍLIOS

A participação relativa da população por localização do domicílio no ano de 2010 era de:

População Residente na Área Rural **17,6%**

População Residente na Área Urbana **82,4%**

Já demonstrando a alta concentração populacional na Área Urbana na época que emergiu com a urbanização do município no século XX.

Ainda, considerando os dados do IBGE de 2010 para a Área Urbana de 50.526 domiciliados e 16.391 domicílios, resulta-se em uma média de moradores por domicílios na Área Urbana de:

**3,08 moradores por domicílio**



Gráfico 01 a 07: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Populacionais.
Fonte: IBGE (2010, 2018, 2020); Adaptação Autoral.

## SOCIOECONÔMICO

### IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O IDH, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, é uma medida resumida do progresso em longo prazo, variável de 0 a 1, quantificada em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Em 2010 esse valor para o município de Araranguá era de:

IDH
0,760

### PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

Segundo dados do IBGE, em 2018 o PIB per capita do município estava na ordem de:

PIB per capita
R$ 27.132,74

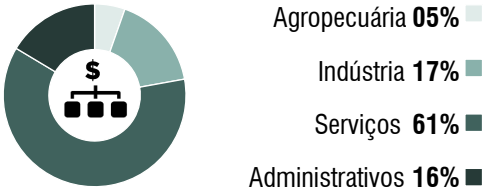
### VAB – VALOR BRUTO ADICIONADO

O VAB é a expressão monetária da soma de todos os bens e serviços produzidos em um determinado território econômico, em um dado período de tempo, descontando os insumos utilizados nos processos produtivos.

Para o município de Araranguá, em 2018, esse valor foi de:

VAB
R$ 1,67 milhões

Sendo a composição do VAB pelos setores produtivos de Araranguá, conforme o gráfico:




## TERRITORIAL

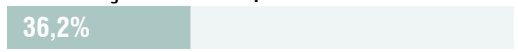
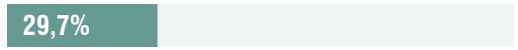
O município de Araranguá apresenta:

Área da Unidade Territorial de
301,819 km²

Densidade Demográfica de
228,17 hab/km²

### INFRAESTRUTURA

Indicadores conforme IBGE, 2010:

- Arborização de vias públicas
  
  
- Urbanização de vias públicas
  
  
- Esgotamento sanitário adequado

  
- Abastecimento de água

*Sendo 58,12% pela Rede Geral distribuída pelo SAMAE.

## TRANSPORTE PÚBLICO

Histórico da demanda do transporte público no município

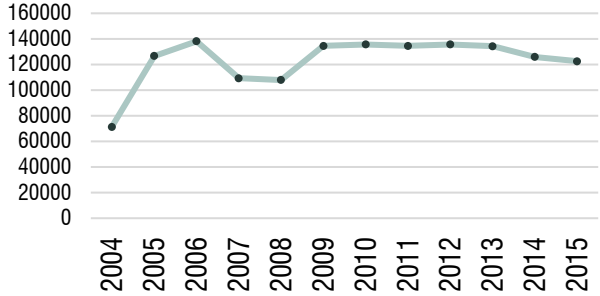



Gráfico 08 a 15: Esquemas Gráficos dos Panoramas Municipais Econômicos, Territoriais e do Transporte Público.
Fonte: IBGE (2010, 2018, 2020); Adaptação Autoral.

# 2.3 ESCALA BAIRROS

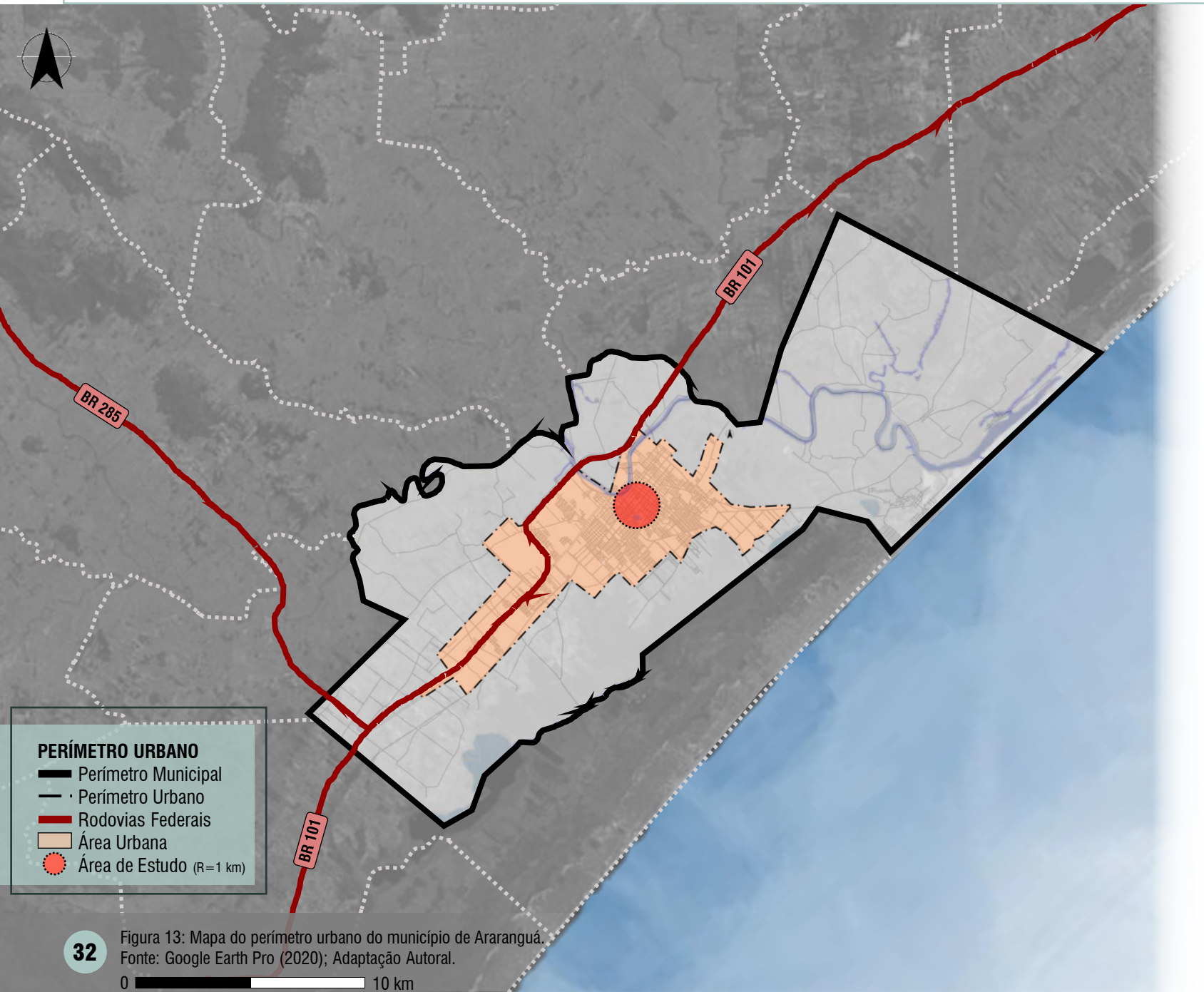



Figura 13: Mapa do perímetro urbano do município de Araranguá.
Fonte: Google Earth Pro (2020); Adaptação Autoral.

A Área de Estudo situa-se em uma localidade importante e estratégica: próximo a região em que a cidade nasceu; interna ao perímetro urbano; e na área central da cidade. Sendo assim, a Área de Estudo é concêntrica ao centro histórico e urbano do município de Araranguá, caracterizando-se como uma região de centralidade, influente e geradora de fluxos.

Quanto a divisão politico-administrativa do município, a Área de Estudo situa-se nos bairros:

- Centro;
- Coloninha;
- Urussanguinha;
- Alto Feliz;
- Nova Divineia;
- Aeroporto;
- Cidade Alta;
- e Barraca.

Desses, apenas os bairros Centro, Alto Feliz e Urussanguinha conformam-se no Recorte de Intervenção.

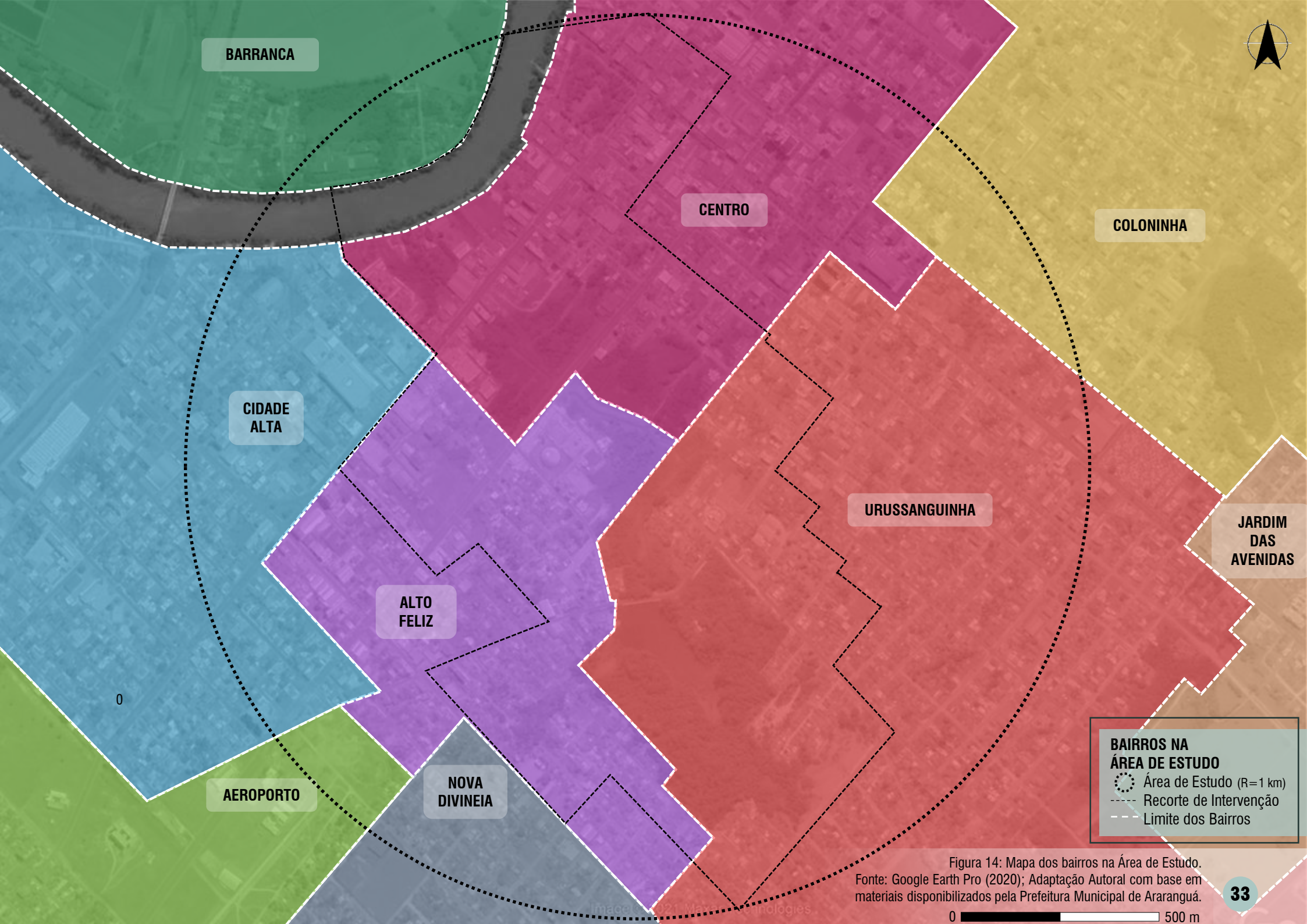



Figura 14: Mapa dos bairros na Área de Estudo.
Fonte: Google Earth Pro (2020); Adaptação Autoral com base em materiais disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Araranguá.

# 2.4 ESCALA DA ÁREA DE ESTUDO

## 2.4.1 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Os estudos do presente trabalho discorrem quanto aos espaços públicos e livres conformados na Área de Estudo (AE), sendo eles: a Praça Hercílio Luz; as margens do Rio Araranguá; o manancial do Açude Walter Belinzoni; a grande área verde alagável que conecta os dois últimos; e os entornos próximos.

A região da Praça Hercílio Luz é local de encontro desde o século XVIII, onde surgiram as primeiras casas e comércios. No século XVIII, com a emancipação da cidade e definição de um Plano Urbano a Praça passou a ter o traçado conformado através de eixos até hoje reconhecido como palco da vida urbana. Atualmente o local destaca-se como recorte de maior interesse cultural da cidade.

O Rio Araranguá atravessa o município de mesmo nome, e tem foz no Oceano Atlântico. A extensão do Rio Araranguá é variável porque a sua foz não se fixa, essa variação ocorre em um trecho aproximado de quase 10 km. Atualmente a extensão é de aproximadamente 38 km. O Rio Araranguá também é um dos únicos rios do Brasil a mudar sua coloração, ora observa-se esverdeado, ora azulado.

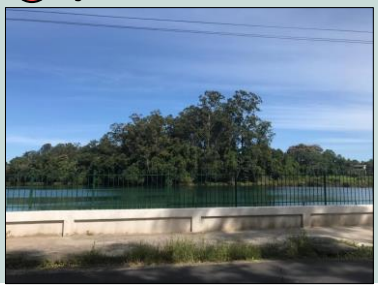
A imediação do manancial do Açude Walter Belinzoni tem sua ocupação datada desde o século XIX. No fim do século, a família Belinzoni comprou a área, construíram e preservaram o Açude e, atualmente, cedem a água potável que promove o abastecimento à cidade, distribuída pelo SEMAE.

Entre as margens do Rio Araranguá e o manancial do Açude Walter Belinzoni, conforma-se uma grande área alagável. Segundo o Laudo do Ministério Público de SC n° 02/2011/CAT/CIP de 2011, os principais córregos que cruzam a área urbana de Araranguá se concentram na área, formada por solos saturados, constituindo-a uma porção central da rede de drenagem de Araranguá e concentrando o volume de águas superficiais que correm pela cidade. A região situa-se em uma cota de 5 m do nível do mar, enquanto a cidade a 13 m do nível do mar. Portanto, a área pode ser considerada uma Bacia de Drenagem, tanto das águas subterrâneas como superficiais da cidade.

Desse modo, pretende-se recompor e requalificar os elementos simbólicos da estrutura da cidade ainda presentes no imaginário da população. Para tanto, definiu-se uma Área de Estudo (AE) como uma circunferência de raio de 1 km de abrangência, sendo o ponto central a região da área alagável, que interliga o Rio Araranguá e a Praça Hercílio Luz ao Açude Walter Belinzoni. Dentro dessa AE delineou-se o Recorte de Intervenção, com área de 132 ha e perímetro de 6,41 km, para o desenvolvimento de um plano urbano no TFG I.

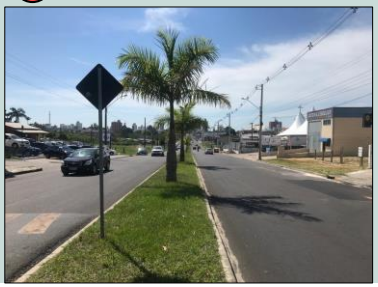
1 Manancial do Açude Belinzoni

2 Açude Walter Belinzoni



3 Área Alagável

4 Avenida XV de Novembro



5 Margens do Rio Araranguá

6 Rio Araranguá

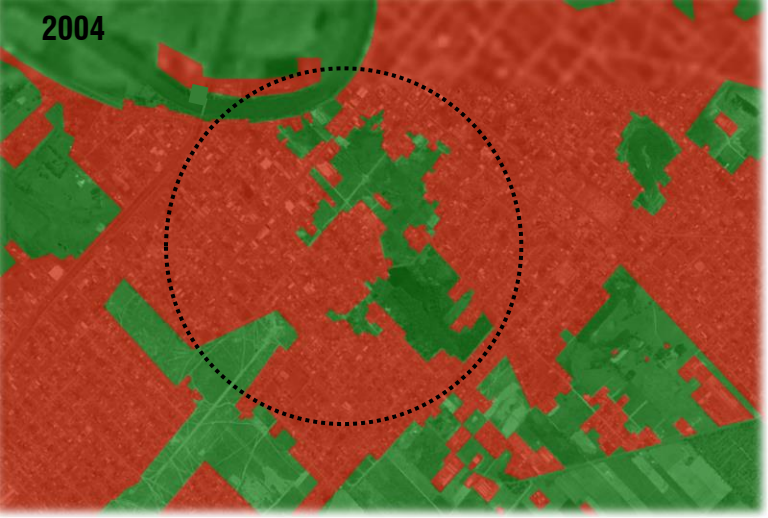
Figura 15: Percurso de Fotos ao nível do observador na Área de Estudo (1 a 6).
Fonte: Autoral (2021).

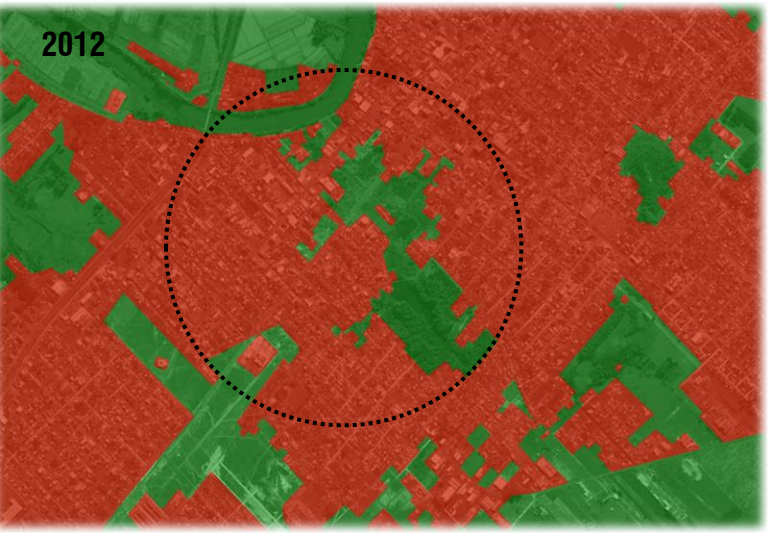
7 Foto Aérea do Centro da Cidade

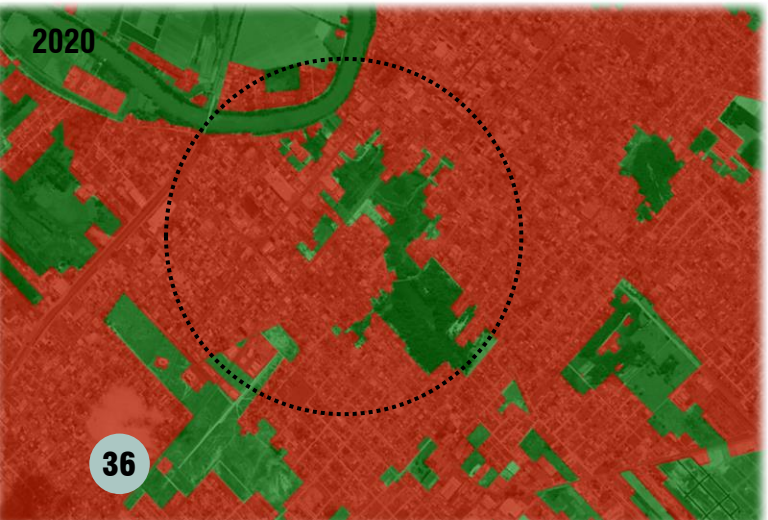
8 Foto Aérea do Açude Walter Belinzoni

Figura 16: Percurso de Fotos Aérea na Área de Estudo (7 e 8).
Fonte: Revista Sul Fashion (2019); Rosado (2020).

Figura 17: Mapa da Área de Estudo no Centro da Cidade.
Fonte: Google Earth (2020); Adaptação Autoral.






# 2.4.4 AVANÇO DA MANCHA URBANA x REGRESSÃO DA MANCHA VERDE

O crescimento da cidade de Araranguá caracteriza-se por ser horizontal, devido à sua característica de relevo suave e amplo, e ao relativamente pequeno número de habitantes. Conforme o Laudo do Ministério Público de SC n° 02/2011/CAT/CIP de 2011, a cidade emergiu nas porções mais altas do relevo e expandiu para os terrenos mais baixos.

Em função da valorização da terra urbana e forte pressão imobiliária, nos últimos anos é notável a influência exercida pelo centro urbano sobre as áreas limítrofes à área alagadiça, fato evidenciado pelas construções de fundos para as áreas verdes e grandes aterramentos, que aos poucos impermeabilizam parte do solo dessa planície de inundação do Rio Araranguá e recobrem áreas da Bacia de Drenagem.

No ano de 2004 uma porção considerável da área já era ocupada por antigos aterros e construções, como os realizados para a implantação do Ginásio de Esportes e das Avenidas Sete de Setembro e XV de Novembro. Na época já percebia-se uma discreta ameaça ocupacional em direção a grande área alagável e os córregos começavam a serem canalizados. As margens do Rio Araranguá já possuíam ocupação urbana

No ano de 2012 a ameaça torna-se mais evidente, a ocupação nas bordas das Avenidas aumentam em função da alta valorização dos terrenos para usos comerciais e de serviço. Inicia-se o assentamento de grandes empresas na região, o aterramento de áreas de banhado cresce e ocorrem mais canalizações. As ocupações nas margens do Rio Araranguá também aumentam.

No ano de 2020, atualmente, o processo de aterramento e canalização contínua. A pressão imobiliária sobre as áreas verdes são preocupantes e demonstram a necessidade de uma conformação das Zonas de Conservação Ambiental (ZAs) em espaços públicos para utilização pela população e salvaguarda ambiental.

Abaixo, o gráfico demonstra o avanço da mancha urbana sobre a macha verde, que em 2004 encontrava-se em uma proporção de aproximadamente 60% / 40% e em 2020 já está em aproximadamente 70% / 30%.

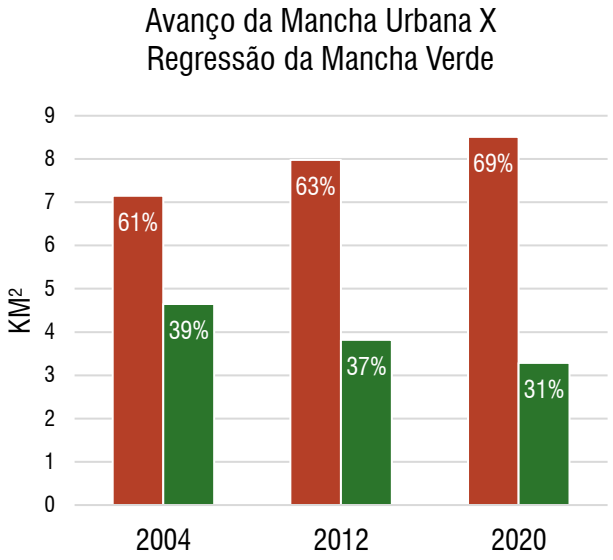



Figura 18: Avanço da Mancha Urbana x Regressão da Mancha Verde na AE em 2004, 2012 e 2020.
Fonte: Google Earth Pro (2020); Adaptação Autoral.

0 200 m

Gráfico 16: Avanço da Mancha Urbana x Regressão da Mancha Verde na AE em 2004, 2012 e 2020.
Fonte: Autoral (2021).

## 2.4.3 ÁREAS VERDES

Araranguá pertence ao bioma da **Mata Atlântica** e situa-se em uma área de transição entre o oceano e o planalto, que caracteriza a vegetação. As vegetações presentes são: a **Restinga**, formada por diferentes comunidades presentes em ecossistemas como planícies e terraços, constituindo a formação mais diversificada fisionomicamente da bacia do Rio Araranguá; e a **Mata Pluvial**, tipo mais rico em espécies, de maior distribuição na Bacia e de constante domínio das árvores.

Nota-se na Área de Estudo (AE) apenas dois espaços púbicos configurados, embora seja enorme a presença de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) passíveis de configuração.

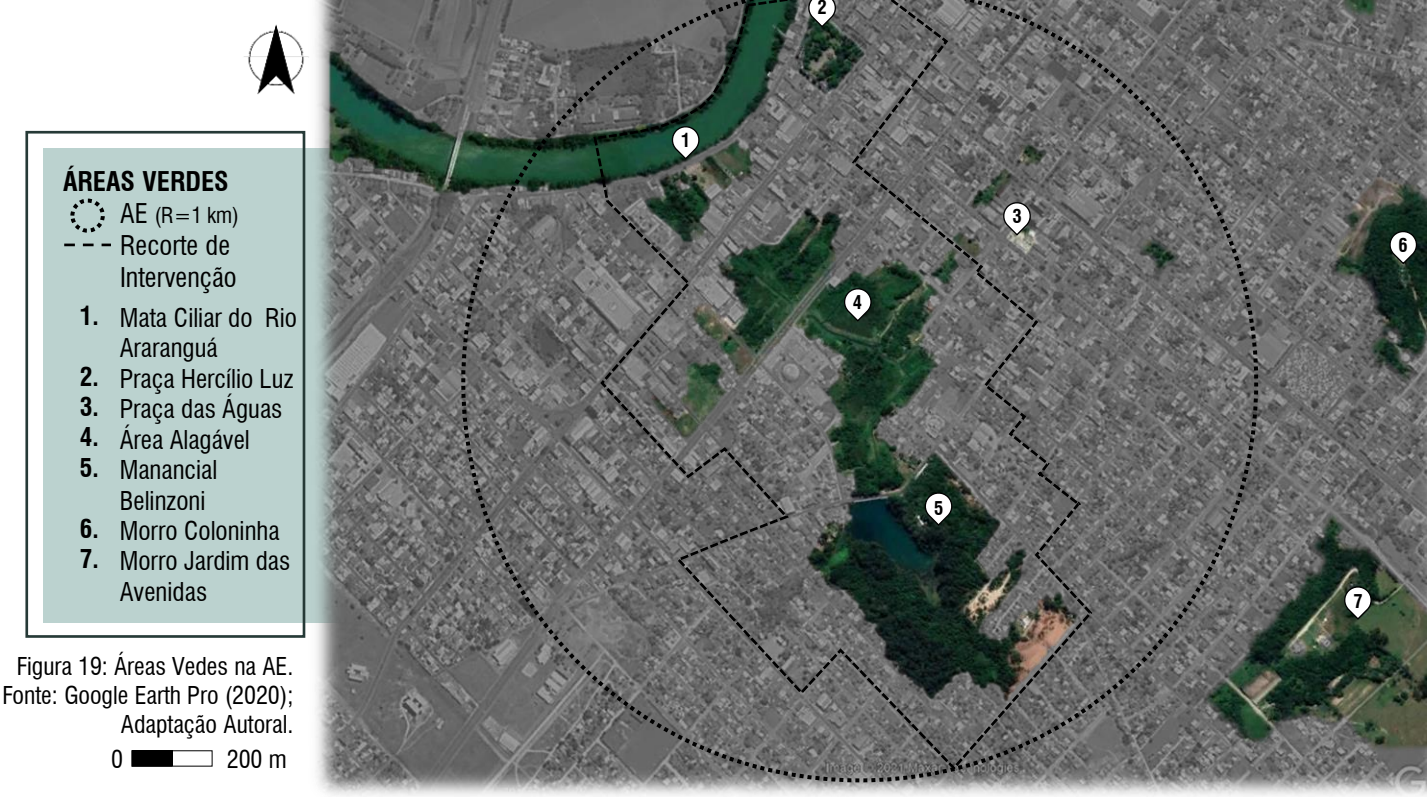



Figura 19: Áreas Vedes na AE.
Fonte: Google Earth Pro (2020); Adaptação Autoral.

## 2.4.4 HIDROGRAFIA

A cidade localiza-se às margens do **Rio Araranguá**, no seu baixo vale, próximo à foz no Oceano Atlântico. Conforme o Ministério Público de SC (2011), a ocupação urbana de Araranguá aconteceu sobre os terrenos de antigos terraços marinhos e de planície esculpida pelo Rio e, em função dessa fisiografia, a cidade sofre com inundações causadas pelas cheias do Rio desde sua fundação.

A hidrografia de Araranguá caracteriza-se por poucos cursos d'água que são, na maioria, canalizados. Na área urbana existem **quatro córregos principais** e perenes que têm origem nas porções mais altas do relevo e drenam a cidade até desembocarem na área alagável, onde concentram-se e formam um só córrego retificado que deságua no Rio. Porém, pontos de aporte de águas pluviais da drenagem urbana associada a efluentes domésticos também são encontrados na área.

Provido pela união de dois córregos principais, o **Açude Walter Belinzoni**, destaca-se pela água de boa qualidade, que promove o abastecimento de água potável à cidade.

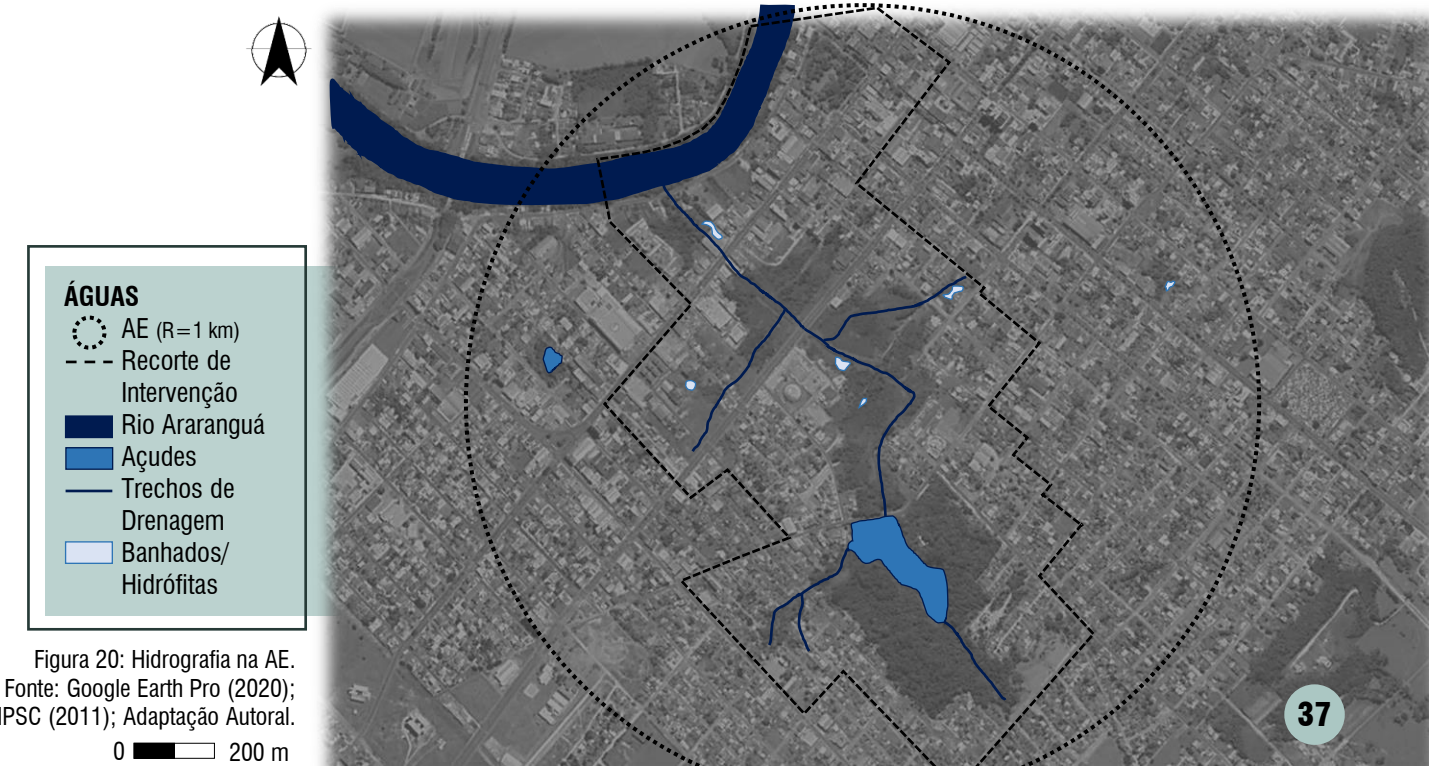



Figura 20: Hidrografia na AE.
Fonte: Google Earth Pro (2020); MPSC (2011); Adaptação Autoral.

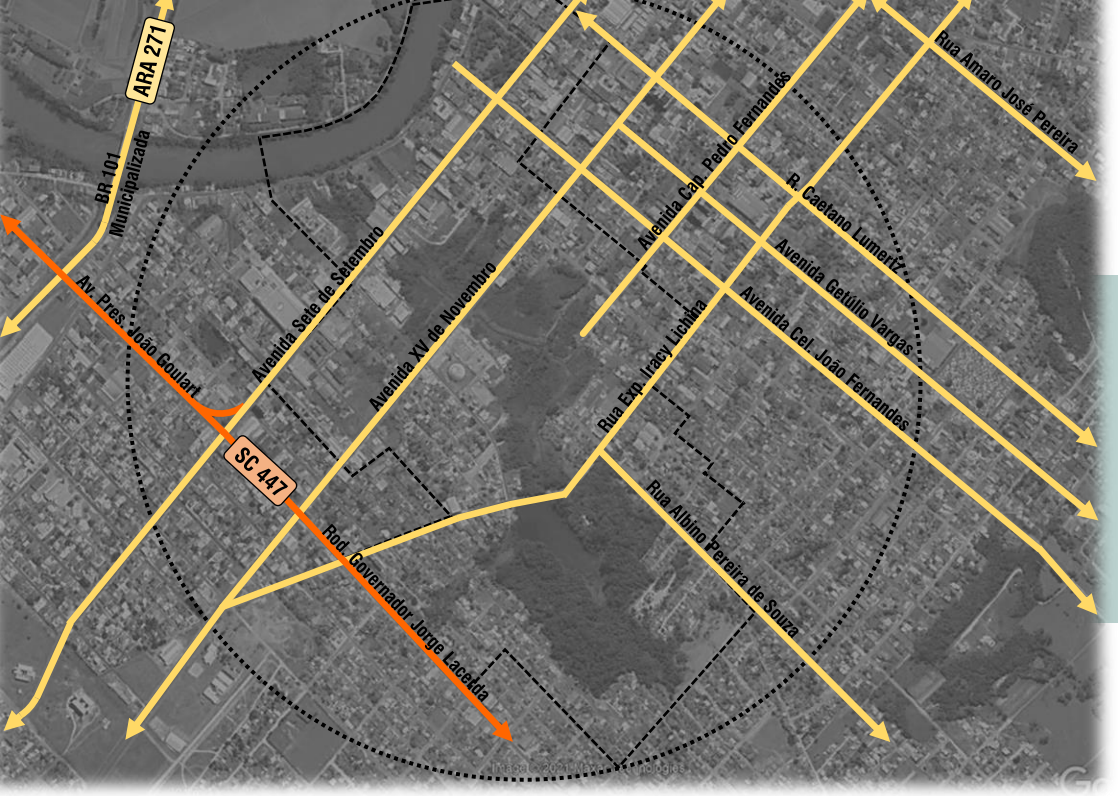



Figura 21: Sistema Viário na AE.
Fonte: Google Earth Pro (2020); Adaptação Autoral.

## 2.4.3 SISTEMA VIÁRIO

Araranguá possui como principal ligação rodoviária a BR 101 e, através dos acessos dessa com a SC 447 e a antiga BR 101 Municipalizada adentra-se à cidade. Percebe-se que próximo a Área de Estudo estão presentes os dois principais acessos, que fazem do recorte um ponto de fácil conexão.

Popularmente conhecida como **"Cidade das Avenidas"**, o sistema viário faz jus ao nome. A partir dos traçados do Plano Urbano de 1886, surgem as vias principais da cidade, contribuindo ao constante fluxo de veículos. A estrutura em malha segue então o traçado original do Engenheiro Mesquita, o que causa impacto sobre a área de drenagem.

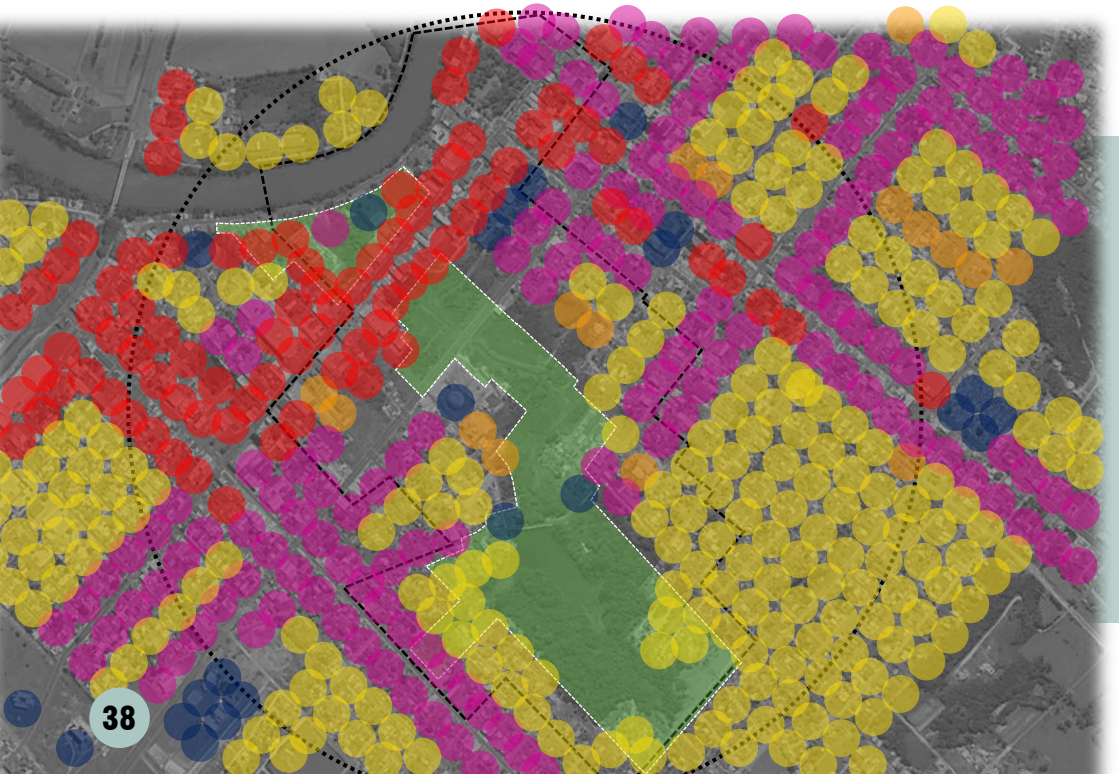



Figura 22: Usos na AE.
Fonte: Google Earth Pro (2020); Adaptação Autoral.

## 2.4.6 USOS

A área urbana da cidade já está em sua maioria ocupada, tendo como vazios urbanos as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) foco desse estudo. A Área de Estudo (AE) possui ampla diversidade de usos, sendo eles predominantemente:

- **Institucional** – equipamentos de caráter público administrativo, educacional, cultural, saúde e religioso, localizados na área central da cidade, mas desconexos.
- **Comercial e serviços** – concentrados em dois grandes corredores nas Avenidas Presidente João Goulart e Sete de Setembro, que apresentam fluxo intenso; destaque ao eixo comercial da Praça Hercílio Luz.
- **Misto** – uso comercial e de serviços aliado ao uso residencial; desenvolve-se nas bordas das vias principais caracterizando-se um limiar entre dois usos.
- **Residencial Multifamiliar** – a cidade apresenta ainda verticalização menos intensa e pontual.
- **Residencial Unifamiliar** – ainda prevalente na cidade.

## 2.4.7 TRANSPORTE PÚBLICO

Utilizando das vias estruturadoras da cidade de fácil acesso e possibilidades de conexão, as linhas de transporte público partem da área central da cidade em direção as centralidades dos bairros.

Ao realizar uma pesquisa de campo constata-se que o transporte público apresenta inúmeras deficiências em relação aos equipamentos necessários: a rodoviária de localização de difícil locomoção de transportes pesados e que apresenta uma estrutura carente; terminal urbano de estrutura e programa questionáveis; e as paradas de espera desconfortáveis e sem manutenção; todos com precariedade na apresentação de informações de itinerários, paradas e linhas existentes.

Figura 23: Transporte Público na AE. Fonte: Google Earth Pro (2020); Adaptação Autoral.

## 2.4.8 EQUIPAMENTOS

A área central é o maior polo gerador de fluxo do município por, entre outros pontos, possuir o maior número de equipamentos, sendo eles:

**SAÚDE**
1. U.P.A. Araranguá
2. U.B.S. Cidade Alta
3. U.B.S. Alto Feliz
4. U.B.S. Urussanguinha

**ADMINISTRATIVOS**
1. Prefeitura Municipal
2. Câmara de Vereadores
3. INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
4. Fórum
5. Justiça do Trabalho
6. Justiça Eleitoral
7. SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
8. SAMA – ETA
9. SAMAE – ETE
10. FAMA – Fundação Ambiental do Município de Araranguá
11. Cemitério Municipal

**SEGURANÇA**
1. 1ª Delegacia de Polícia
2. CPP – Central de Plantão Policial e DIC – Divisão de Investigação Criminal
3. Corpo de Bombeiros Militar

**PRAÇAS**
1. Praça Hercílio Luz
2. Praça Das Águas
3. Praça Cesário Cibien

**CULTURA, ESPORTE E LAZER**
1. Museu e Casa da Cultura
2. Teatro Célia Belizário de Souza (desativado)
3. Ginásio Municipal Mário Canela – "Ginásio Bolha" (em reforma)
4. Clube Privado Grêmio Fronteia

**EDUCACIONAIS**
1. CEI Pequeno Aprendiz
2. C.E.I. Amar
3. C.E.I. São José
4. C.E.I. Leda da Silva Machado
5. C.E.I. Cidade Alta
6. C.E.I. Maria e João
7. C.E.I. Cantinho do Amor
8. E.B.M. Nova Divineia
9. E.E.B. Castro Alves
10. E.E.B. Eremeta
11. E.E.B. Prof. Maria Garcia Pessi
12. E.E.B. Prof. Isabel Flores Hubbe
13. E.E.B. Prof. Dolvina Leite De Medeiros
14. Colégio Particular Futurão
15. Colégio Particular Extensão X
16. IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
17. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
18. FVA – Faculdade do Vale do Araranguá

**RELIGIOSOS**
1. Igreja Católica Matriz
2. Igreja Católica
3. Igreja Episcopal Anglicana
4. Igreja Presbiteriana
5. Igreja Internacional
6. Igreja Universal
7. Igreja Evangélica
8. Igreja Luterana
9. Igreja Assembleia de Deus

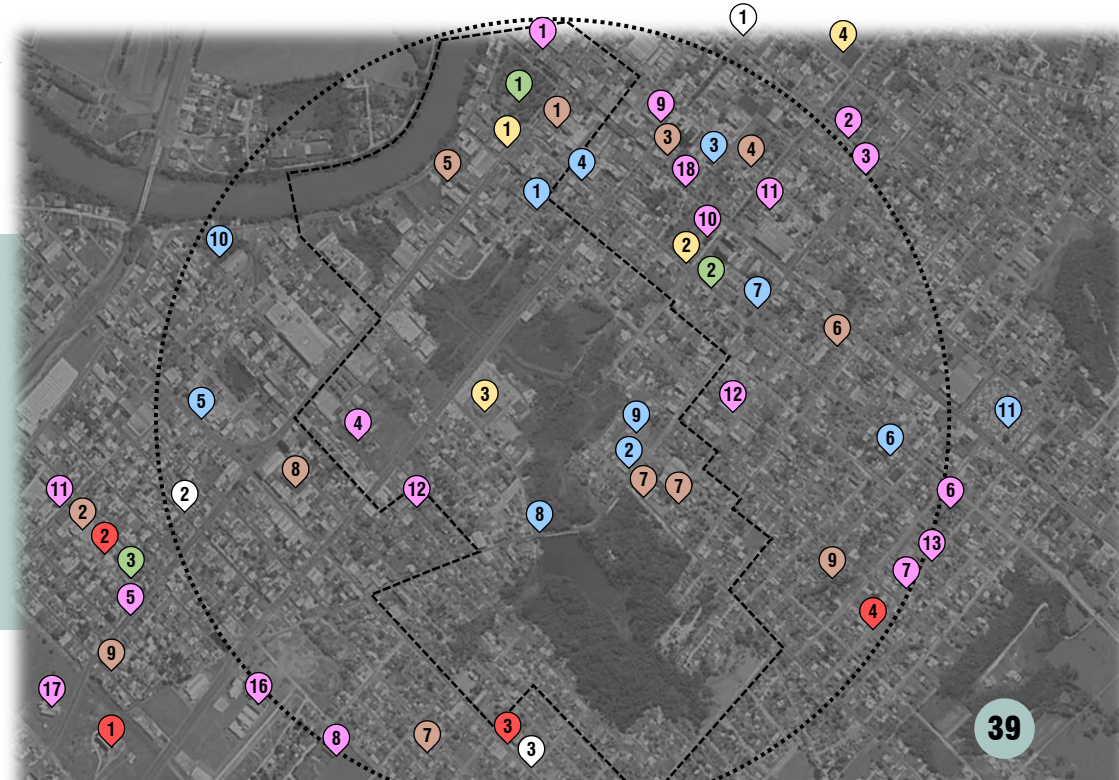



Figura 24: Equipamentos na AE. Fonte: Google Earth Pro (2020); Adaptação Autoral.

Figura 25: Cheios x Vazios na AE.
Fonte: Google Earth Pro (2020); Adaptação Autoral.

## 2.4.9 CHEIOS VAZIOS

Por se encontrar na área central da cidade, observa-se através do mapa de cheios e vazios uma grande **diversidade tipológica** na forma e implantação das edificações.

Na área mais antiga e alta da cidade nota-se uma tipologia com edifícios de grande porte, alinhados com a rua. Ao distanciar-se desse centro histórico e comercial as tipologias modificam-se para um caráter mais residencial e comércios menores, com edificações de menor porte e com maior afastamento da rua. Verifica-se que no entorno imediato das áreas verdes já inserem-se ameaças ocupacionais, inclusive com edificações dando fundos para esses espaços verdes.

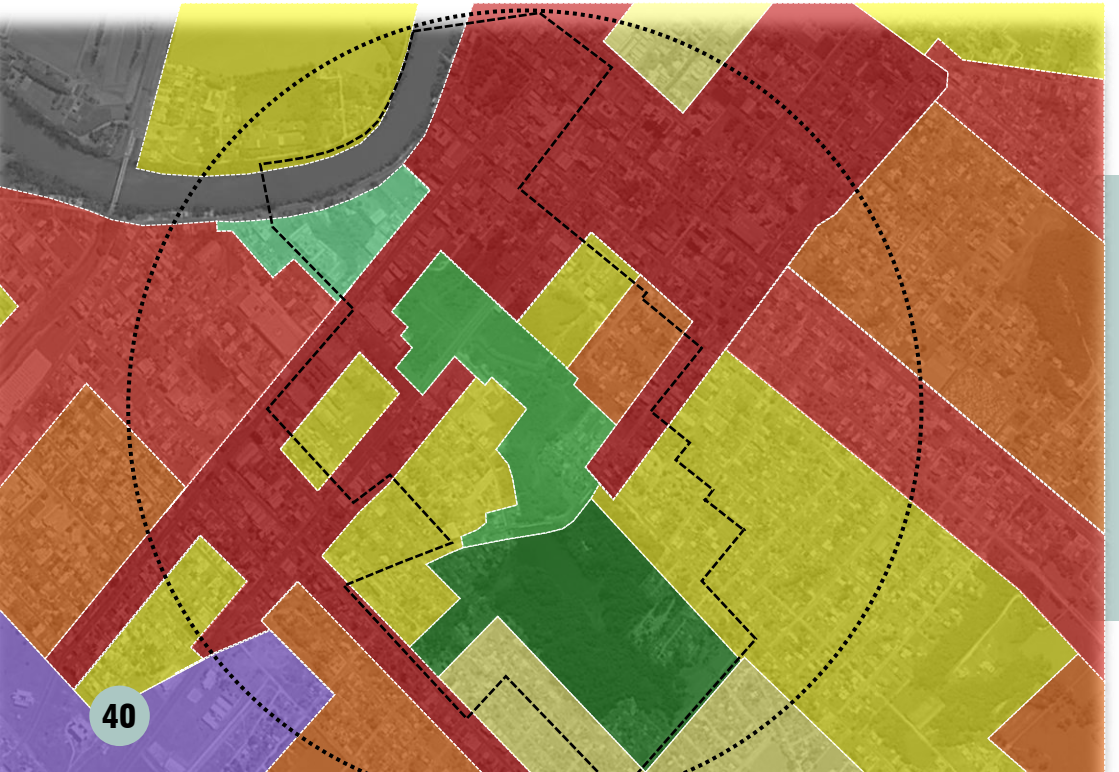



Figura 26: Zoneamento na AE.
Fonte: Google Earth Pro (2020); Adaptação Autoral.

## 2.4.10 ZONEAMENTO

O Plano Diretor do município de Araranguá, pela Lei nº 864/2015, institui o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

Percebe-se no mapa que a Área de Estudo apresenta diversidade no zoneamento. Divide-se em quatro principais zonas: Zona Residencial (ZR), sendo a 2 a mais abrangente; Zona Comercial (ZC), sendo a 3 a mais expressiva; Zona Institucional (ZIN); Zona de Conservação Ambiental (ZA), sendo a 1 de maior proteção; cada qual com suas variações.

A figura 27 apresenta o quadro de parâmetros urbanísticos de usos definidos pelo Plano Diretor com as especificações para cada zona encontrada na Área de Estudo.

Embora o zoneamento seja um condicionante urbanístico para o uso do solo, constata-se que algumas áreas apresentam irregularidades, sobretudo referente as Zonas de Conservação Ambiental. Por exemplo, na ZA – 1, em que não permite-se nenhum uso, nota-se o assentamento de edificações de caráter comercial e residencial. Portanto, percebe-se a necessidade de uma proposta de recomposição do zoneamento na área.

## 2.4.11 PARÂMETROS URBANÍSTICOS

| ZONAS | | USOS | | | GABARITO EM ALTURA MÁXIMO |
|---|---|---|---|---|---|
| | | PERMITIDOS | PERMISSÍVEIS | PROIBIDOS | |
| ZR – 1 | Zona Residencial 01 | Habitacional Unifamiliar; Comercial e de Serviço Vicinal. | Habitacional Multifamiliar Horizontal; Institucional Assistencial. | Todos os Demais Usos. | 2 |
| ZR – 2 | Zona Residencial 02 | Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Vicinal; Institucional Assistencial. | Habitacional Multifamiliar Horizontal; Comercial e de Serviço Setorial; Industrial Leve; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Religioso. | Todos os Demais Usos. | 3 |
| ZR – 3 | Zona Residencial 03 | Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Vicinal; Comercial e de Serviço Setorial; Industrial Leve; Institucional Assistencial; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Religioso. | Habitacional Multifamiliar Horizontal; Comercial e de Serviço Geral; Comercial e de Serviço Específico; Industrial Moderado; Institucional Administrativo; Comunitário Tecnológico; Comunitário Esportivo; Comunitário Associativo. | Todos os Demais Usos. | 5 |
| ZC – 2 | Zona Comercial 02 | Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Setorial; Comercial e de Serviço Geral; Institucional Administrativo; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Religioso; Comunitário Esportivo; Comunitário Associativo. | Habitacional Unifamiliar; Comercial e de Serviço Vicinal; Comercial e de Serviço Específico; Industrial Leve; Industrial Moderado; Institucional Assistencial; Comunitário Tecnológico. | Todos os Demais Usos. | 7 |
| ZC – 3 | Zona Comercial 03 | Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Setorial; Industrial Leve; Institucional Administrativo; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Religioso; Comunitário Associativo. | Habitacional Unifamiliar; Comercial e de Serviço Vicinal; Comercial e de Serviço Geral; Industrial Moderado; Institucional Assistencial; Comunitário Esportivo. | Todos os Demais Usos. | 10 |
| ZIN | Zona Institucional | Institucional Administrativo; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Tecnológico; Comunitário Esportivo. | Institucional Assistencial; Comunitário Associativo. | Todos os Demais Usos. | 3 |
| ZA – 1 | Zona de Conservação Ambiental 01 | Nenhum uso. | Institucional Assistencial; Comunitário Religioso; Comunitário Esportivo; Comunitário Associativo. | Todos os Demais Usos. | - |
| ZA – 2 | Zona de Conservação Ambiental 02 | Institucional Administrativo; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Tecnológico. | Institucional Assistencial; Comunitário Religioso; Comunitário Esportivo; Comunitário Associativo. | Todos os Demais Usos. | 1 |
| ZA – 3 | Zona de Conservação Ambiental 03 | Institucional Assistencial; Institucional Administrativo; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Religioso; Comunitário Tecnológico; Comunitário Esportivo; Comunitário Associativo. | Habitacional Unifamiliar; Comercial e de Serviço Vicinal. | Todos os Demais Usos. | 1 |

Figura 27: Quadro de Parâmetros Urbanísticos do Zoneamento do Plano Diretor do município de Araranguá.
Fonte: ARARANGUÁ (2015); Adaptação Autoral.

# 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

# 3.1 ESPAÇO URBANO

Ao longo do tempo o espaço urbano deixou de se restringir a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, uma gama de relações e interdependências. Para Santos (2006), o conceito de cidade pode ser atribuído a variáveis complementares que, em associação, conformam o espaço urbano, atribuindo-lhes funções e valores atuais: a realidade física, o conjunto de objetos reais-concretos; e a sociedade, o conjunto de dinâmicas sociais que animam os objetos.

Para estudiosos da evolução do espaço urbano como Lewis Mumford (2004 *apud* CUNHA, 2008) e Henri Lefèbvre (1969:1999 *apud* CUNHA, 2008), a história da cidade estaria dividida em dois períodos distintos determinados por um ponto de inflexão configurado pelo século XVI.

Para fundamentar a teoria, o autor Lefèbvre (1969:1999 *apud* CUNHA, 2008), determina um eixo espaço-temporal no qual descreve e analisa a gênese, as modificações e transformações do objeto cidade. A partir de uma visão que parte do futuro para iluminar o passado, são determinados quatro intervalos de tempo que consideram-se essenciais para compreensão da chamada cidade pós-industrial, conceituada pelos autores como "despedaçada". Lefèbvre define um ponto médio no qual considera estar a grande questão que envolve a "racionalidade sem contexto" que acredita estarmos vivendo (Vide Figura 28).

Segundo o mesmo (LEFÈBVRE, 1969:1999 *apud* CUNHA, 2008), durante os períodos de desenvolvimento das cidades politica e medieval o espaço urbano representava o corpo social que o habitava. "Com o desenvolvimento comercial e mercantil que conduziu à Revolução Industrial houve uma alteração dos propósitos de produção do espaço urbano, que, de dedicados às necessidades humanas passaram a atender apenas aos interesses do capital subordinando o conteúdo social da cidade a formas caprichosas e sem propósitos". Assim, altera-se a finalidade de uso do espaço urbano transformando-o em valores de troca.

Nesse cenário, percebe-se que "o capitalismo tendeu a desmantelar toda a estrutura da vida urbana e a colocá-la em uma nova base impessoal: o dinheiro e o lucro" (MUMFORD, 2004 *apud* CUNHA, 2008). Para Rolnik (2009), "com a industrialização da produção assistimos a um processo de urbanização numa escala jamais conhecida", desse modo, a grande cidade passa a correlata a grande indústria.

A cidade, que antes era definida pela dialética entre paisagem e sociedade, passa a ser caraterizada pelos processos de produção. A cidade pós-industrial tem, portanto, seu tempo e o espaço redefinidos a partir de transformações urbanas que perduram até os dias atuais.

Para Lamas (2004, p. 297), o espaço urbano "sofre uma ruptura radical na estrutura, na forma, na organização distributiva e nos conteúdos e propósitos da urbanística e da cidade". Hoje é cada vez mais evidente a destruição do ambiente-natureza e a tendência à artificialização completa do território e das manifestações sociais.

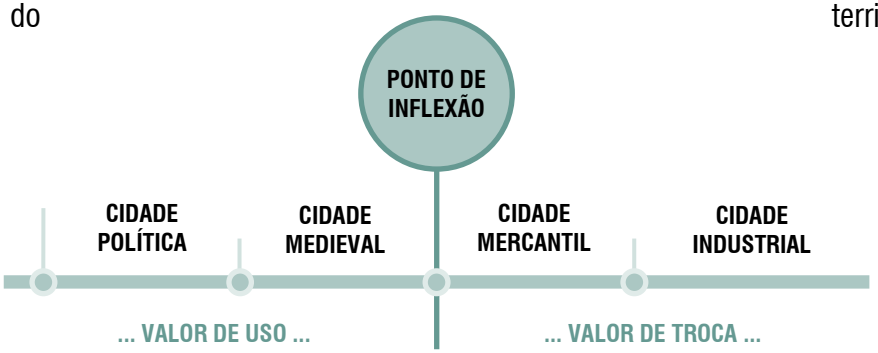



Figura 28: Representação das etapas de desenvolvimentos das cidades ao redor de um ponto critico de inflexão na história segundo Lefèbvre (2004).
Fonte: CUNHA (2008); Adaptação Autoral.

## 3.1.1 DEFININDO A CIDADE

Na busca de conceitos que apontem uma característica essencial da cidade em qualquer tempo ou lugar, Raquel Rolnik, na obra "O que é Cidade" (2009), desenvolve sobre a cidade e suas transformações em seis vertentes.

### A CIDADE COMO IMÃ

Para Rolnik (2009, p. 13), "a cidade é antes que mais nada um imã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia". As cidades são lugares onde as pessoas podem encontrar suas necessidades básicas e, por sua vez, encontrar bens públicos essenciais. Portanto, a garantia de domínio sobre o espaço urbano está na apropriação urbana.

### A CIDADE COMO ESCRITA

Construir cidades significa também uma forma de escrita. O espaço urbano se encarrega de contar parte da história, além de "continente das experiências humanas, a cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história" (ROLNIK, 2009, p. 12). Para Rolnik, é na cidade, por meio da escrita, que registra-se a acumulação de riquezas e de conhecimento (2009, p. 16).

### A CIDADE COMO POLÍTICA

Segundo Rolnik (2009, p. 19), "construir e morar em cidades implica necessariamente viver de forma coletiva. O homem é fragmento do conjunto, parte de um coletivo". Desse modo, sempre há na cidade uma dimensão pública da vida coletiva. Conforme a autora, ser habitante da cidade significa de alguma forma participar da vida pública, mesmo que em muitos casos essa participação seja apenas uma submissão a regras e regulamentos (2009, p. 21).

### A CIDADE COMO MERCADO

Economia urbana é a organização baseada na divisão de trabalho entre campo e cidade e entre diferentes cidades (ROLNIK, 2009, p. 27). Ao longo do tempo, esse processo de troca mercantil possibilitou as transformações das cidades antes autônomas em impérios, dirigidas pelo Estado, criando as condições para o florescimento da urbanização. Hoje, o mercado domina a cidade.

### A CIDADE COMO CAPITAL

As cidades crescem e o comércio se intensifica. Para Rolnik (2009, p. 39), "a transformação da vila medieval em cidade capital de um Estado moderno vai operar uma reorganização radical na forma de organização das cidades". Inicialmente, mercantilização do espaço, em seguida a organização da cidade passa a ser marcada pela divisão da sociedade em classes e, finalmente, o poder centralizado e despótico se instala.

Nessa perspectiva, ocorre a pressão da classe capitalista sobre o Estado para beneficiar-se ao máximo da rentabilidade e dos investimentos (ROLNIK, 2009, p. 54). Então, o Estado impõe à sociedade regras homogêneas de cidade e cidadão.

### A CIDADE COMO INDÚSTRIA

A indústria levanta novas questões para as cidades – ela é, simultaneamente, seu espetáculo e seu inferno (ROLNIK, 2009, p. 83). A produção industrial torna-se a força poderosa que dá ritmo e intensidade aos movimentos essenciais do capitalismo e, com efeito, das cidades. Portanto, a cidade pós-industrial tem seu tempo e o espaço redefinidos. À vista disso, a cidade passa a não ser mais imã, rompendo seu impulso originário.

Figura 29: Cidade segundo Raquel Rolnik (2009).
Fonte: Autoral.

## 3.1.2 CIDADE RESILIENTE

No Dicionário Michaelis (2021), entre as definições da palavra "resiliência" está a "capacidade de rápida adaptação ou recuperação". Etimologicamente, o termo resiliência deriva da palavra latina *resilio*: recuperar.

O termo foi amplamente difundido e passou a ser utilizado em diversas áreas, entre elas o Urbanismo. Nessa perspectiva, resiliência pode ser entendida como "a capacidade dinâmica do sistema urbano, em todos os aspectos que o constituem, de manter, retornar, adaptar ou transformar rapidamente suas funções diante de um distúrbio ou mudança que limite suas possibilidades atuais ou futuras" (MEEROW, 2016 *apud* DEPINÉ, 2020).

A Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou em 2010 uma campanha mundial chamada "Construindo Cidades Resilientes", com objetivo de alertar governos e cidadãos sobre a necessidade de preparar as cidades para contextos de desastres. Para a iniciativa, cidades resilientes são aquelas capazes de resistência, absorção, adaptação e recuperação de efeitos adversos.

Desse modo, uma cidade demonstra-se resiliente quando diante e após uma situação tenham condições de minimizar riscos, perdas de vidas e de patrimônio, através da preservação e restauração das estruturas básicas e essenciais.

Um ponto essencial para uma cidade resiliente é a promoção de um debate aberto e inclusivo de todos os envolvidos nas questões locais, de forma a apontar problemas e indicar soluções para problemáticas iminentes. Portanto, essa sinergia deve contar com a participação ativa dos cidadãos.

Medellín, a segunda maior cidade colombiana, é uma das cidades que utilizaram a resiliência urbana para se reinventar. "Na década de 90, sob a influência do narcotráfico, a cidade era considerada a mais violenta e insegura do mundo. Duas décadas depois, em 2013, totalmente transformada, foi premiada como a mais inovadora" (DEPINÉ, 2020).

Atualmente o mundo enfrenta um desafio que impacta diretamente as cidades: A pandemia do coronavírus (COVID-19). Com uma ruptura de natureza instantânea, o vírus se espalhou rapidamente. Esse impacto da pandemia nas cidades demonstrou a necessidade e importância do emprego da resiliência urbana para recuperar-se dos impactos de uma maneira exata e eficiente.

Uma cidade resiliente é uma cidade complexa, sustentável com um ecossistema urbano próprio, e que assume a agressão interna e dirige sem afetar seu ecossistema.

Figura 30: Cidade Resiliente.
Fotografia: Desconhecido.
Fonte: <https://blog.eureciclo.com.br/resiliencia-urbana/> Acesso em 13 abr. 2021.

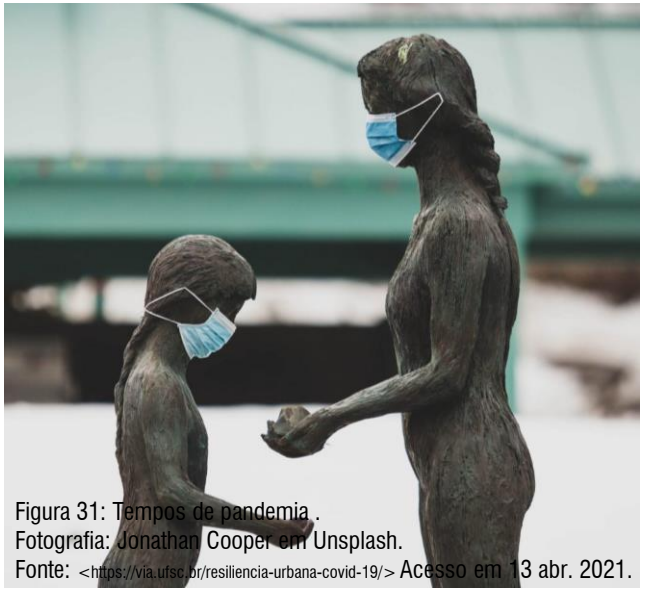


Figura 31: Tempos de pandemia .
Fotografia: Jonathan Cooper em Unsplash.
Fonte: <https://via.ufsc.br/resiliencia-urbana-covid-19/> Acesso em 13 abr. 2021.

## 3.1.3 CIDADE BIOFÍLICA

A definição de biofilia pelo dicionário é “amor à vida” e “instinto de auto preservação” (MICHAELIS, 2021). Inicialmente o termo foi utilizado na área psicanalise para descrever a atração pelo que é vivo.

No Urbanismo, o termo biofilia é utilizado para “definir o grau em que os seres humanos estão conectados com a natureza e com outras formas de vida” (BRITTO, 2013). Timothy Beatley, estudioso do assunto e autor do livro “Cidade biofílica: integrando a natureza ao planejamento urbano”, acredita que mesmo que a biofilia seja uma condição e tendência natural genética do ser humano, existe a necessidade de intensificar e fortalecer o contato com a natureza para que a conexão se perpetue.

Contudo, atualmente, o distanciamento do ser humano do meio natural está alarmante, passamos cerca de 90% do tempo de nossas vidas em centros urbanos e no interior de ambientes construídos.

Ao incorporar a biofilia às cidades e ao desenho e planejamento urbanístico, contribui-se na manutenção da vida, proporciona-se maior interação do homem com a natureza e possibilita o desenvolvimento de maiores atividades e relações de contato com o meio ambiente natural, bem como a compreensão da importância do seu cuidado.

Desse modo, o projeto biofílico assegura múltiplas funções e benefícios às cidades, podendo ser caracterizadas em: ambientais (conservação da biodiversidade e adaptação às mudanças do clima); sociais (espaços verdes, drenagem da água); e econômicas (criação de emprego e valorização dos imóveis).

Britto (2013), apresenta sete características das cidades biofílicas:

1. Natureza abundante nas proximidades das cidades com grande número de habitantes;
2. Afinidade entre cidadãos, flora e fauna nativa;
3. Oportunidades para estar ao ar livre e desfrutar da natureza;
4. Ambientes multissensoriais;
5. As cidades biofílicas concedem um papel importante à educação no campo da natureza;
6. Investimento em infraestrutura social que ajude a população urbana à compreender a natureza;
7. As cidades biofílicas tomam medidas para apoiar ativamente a conservação da natureza.

Douglas Farr, autor do livro “Urbanismo Sustentável: Desenho Urbano com a Natureza” (2013), trata de pontos estratégicos para o emprego da biofilia no planejamento urbano através da utilização de: Espaços Abertos; Infraestrutura Verde; Iluminação Pública; Gestão da Água Pluvial; Produção de Alimentos; e Tratamento de Esgoto.

Portanto, constata-se que os espaços públicos desempenhem um papel chave no suporte a biofilia, através de seu grande porcentual de áreas verdes, equipamentos de captação de água pluvial ou vistas da paisagem natural. Entretanto, hoje, “entre os espaços mais negligenciados no planejamento urbano estão os parques e as praças” (FARR, 2013, p. 168).

Figura 32: High Line Park, Nova York.
Fotografia: Desconhecido.
Fonte: <http://www.roteirorefresh.com.br> Acesso em 13 abr. 2021.

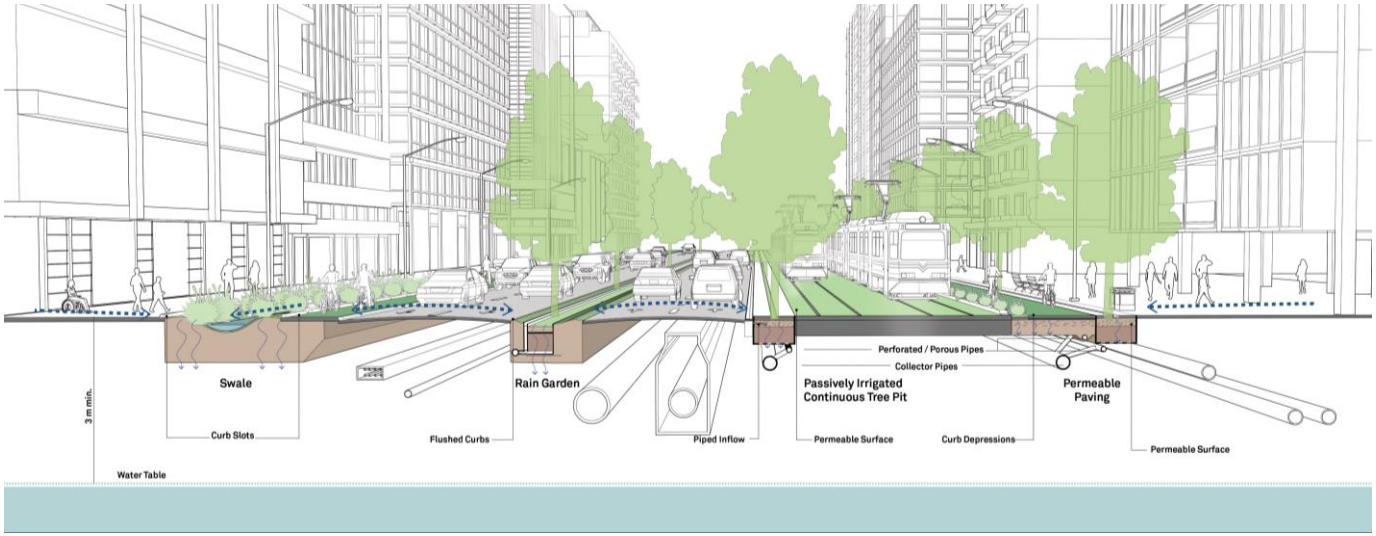



Figura 33: Esquema de implantação de biofilia a partir de Infraestrutura Verde e Gestão de Águas Pluviais.
Fonte: GLOBAL Designing Cities Initiative; <https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide/utilities-and-infrastructure/green-infrastructure-stormwater-management/> Acesso em 13 abr. 2021.

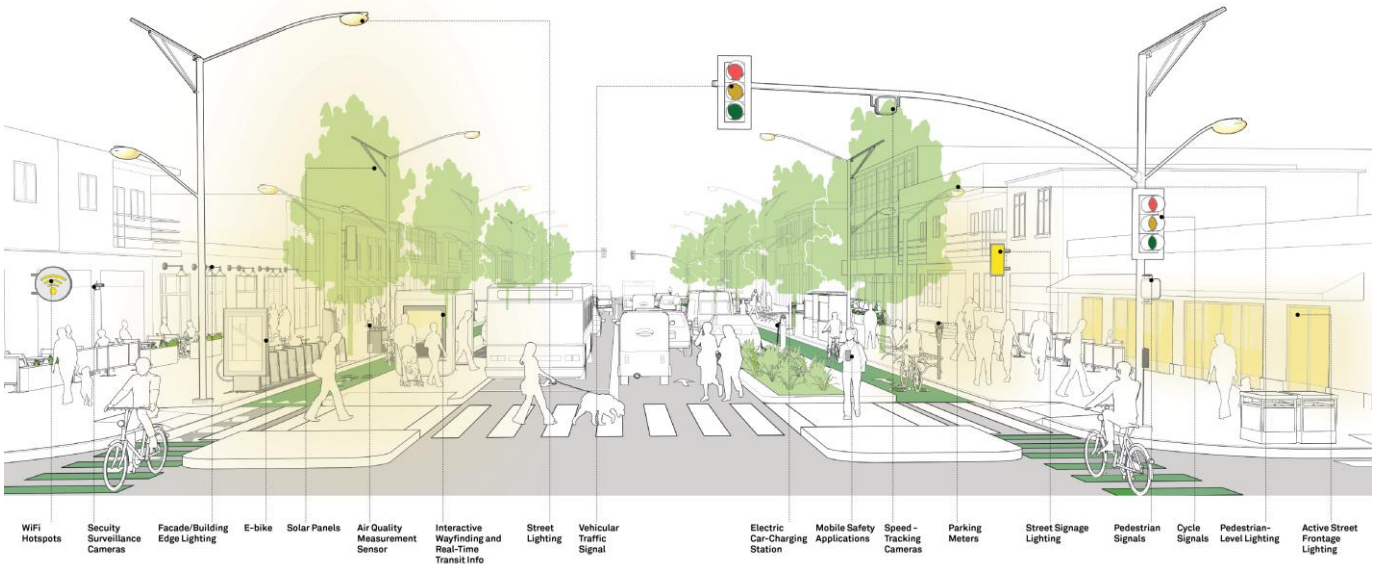



Figura 34: Esquema de implantação de biofilia a partir de Iluminação e Tecnologia.
Fonte: GLOBAL Designing Cities Initiative; <https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide/utilities-and-infrastructure/lighting-and-technology/> Acesso em :13 abr. 2021.



## 3.1.4 ESTATUTO DA CIDADE

O Estatuto da Cidade, previsto na Lei Federal nº. 10.257, de 10/07/2001, estabelece diretrizes gerais para que a política urbana alcance o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade. Seguindo esta lógica de que a propriedade urbana precisa cumprir uma função social, a terra urbana deve servir para o beneficio da coletividade, e não apenas aos interesses do proprietário.

O Estatuto da Cidade prevê instrumentos urbanísticos, sendo que, para aplicar a maior parte deles, o Poder Executivo do município deve, obrigatoriamente, produzir um Plano Diretor – instrumento básico da politica municipal de desenvolvimento e expansão urbana. Outros instrumentos podem, porém, ser aplicados sem a necessidade de um Plano Diretor.

Nesse cenário, exemplifica-se alguns instrumentos urbanísticos de planejamento urbano previstos no Estatuto da Cidade:

### ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Estabelece que a Lei Municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de Impacto de Vizinhança para obter as licenças ou autorizações

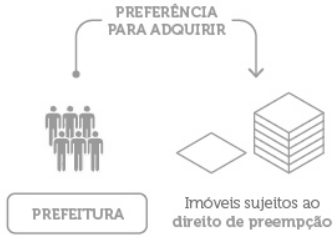
de construção, ampliação ou funcionamento, a cargo do poder público municipal. Deve ser executado de forma a contemplar a análise dos efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade na qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades.

### OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Intervenções pontuais coordenadas pelo poder público municipal, envolvendo a iniciativa privada, os moradores e os usuários do local, buscando alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental. Nesse instrumento de escala local, delimita-se uma área para elaborar um plano de ocupação, no qual estejam previstos aspectos tais como a implementação de infraestrutura, a nova distribuição de usos, as densidades permitidas, os padrões de acessibilidade, entre outros.

### DIREITO DE PREEMPÇÃO (PREFERÊNCIA)

Confere ao Município a preferência para a compra de imóvel urbano, respeitado seu valor no mercado imobiliário, e antes que o imóvel de interesse do município seja comercializado entre particulares. Portanto, estabelece a preferência do Poder Publico na aquisição de imóveis de interesse histórico, cultural, social ou ambiental, para que estes recebam usos especiais e de interesse coletivo, como para a implantação de espaços urbanos e equipamentos comunitários.




### TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Compreende a faculdade conferida ao proprietário de imóvel de exercer em outro lote o seu poder construtivo previsto nas normas urbanísticas e ainda não exercido. Pode ser aplicado em áreas com necessidade de: implantação de equipamentos urbanos e comunitários; preservação de edifícios de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural; servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social. Ou seja, nesses lotes melhores destinados a usos públicos, o proprietário pode, após autorização do poder público, exercer em outro lote o poder de construção daquela lote.

### OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E DE ALTERAÇÃO DE USO

O proprietário poderá construir para além da relação estabelecida entre a área edificável e a área do terreno, porém, pagando ao poder público este direito concedido, com valor proporcional ao custo do terreno. Os recursos provenientes da adoção da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso deverão ser aplicados na construção de unidades habitacionais, regularização e reserva fundiárias, implantação de equipamentos comunitários, criação e proteção de áreas verdes ou de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

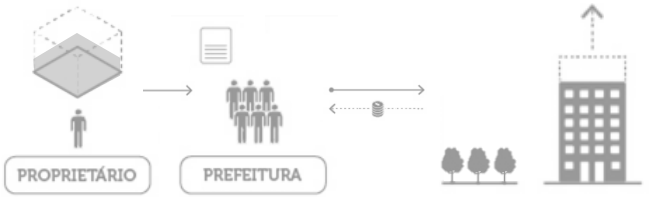



Figura 35: Esquematização dos instrumentos urbanísticos descritos no do Estatuto da Cidade (2011).
Fonte: SÃO PAULO (2018); Adaptação Autoral.

# 3.2 COESÃO URBANA

Muitos dos distúrbios atuais do espaço urbano têm origem em problemas de fraca coesão, nomeadamente resultantes do processo evolutivo das últimas décadas do século XX, ou mesmo da enorme complexidade envolvida nos processos de planeamento territorial. Em vista disso, percebe-se a importância de compreender o conceito de coesão urbana, visando entender que fatores se devem ter em consideração na promoção de um território coeso, coerente e inclusivo.

O conceito de coesão pode ser definido, de forma simplista, como "união, harmonia, associação, ligação entre as partes de um estado" (LAROUSSE, 1977 *apud* PINTO, 2015, p. 36). Ao se transportar para o contexto urbanístico, para Pinto (2015, p. 36), "união, harmonia, associação" transmitem-nos uma ideia mais ligada a temas sociais e econômicos, enquanto a "ligação entre as partes de um todo" nos transporta para o âmbito territorial.

Para Vogelij (2006 *apud* PINTO, 2015, p. 54), "a coesão territorial deve ser vista como uma *layer approach* ("abordagem de camada"), isto é, uma abordagem composta por várias variáveis do território, que em conjunto contribuem para uma visão integrada, procurando promover espaços coesos e coerentes" (Vide Figura 36). Nessa perspectiva, coesão urbana associa-se então a diferentes dimensões. "Estas não podem / devem ser dissociadas, mas antes vistas em conjunto, como dimensões que só em conjunto são capazes de contribuir para um todo coeso e coerente" (DAVOUDI, 2005 *apud* PINTO, 2015, p. 36).

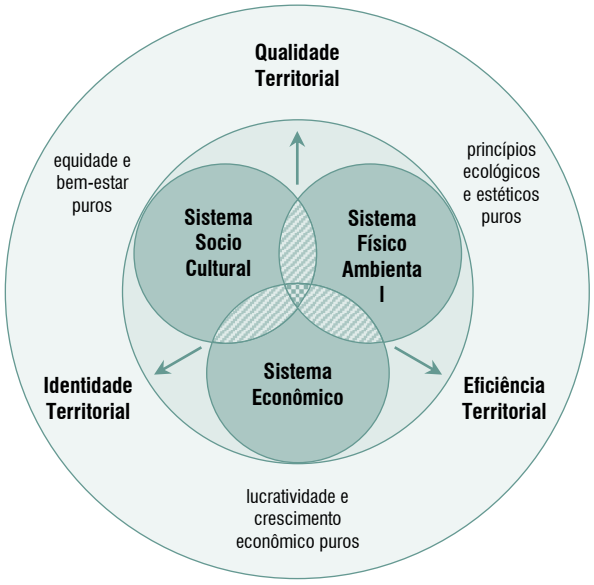



Figura 36: Dimensões da Coesão Territorial propostas pelo ESPON 3.2 (2006).
Fonte: PINTO (2015, p. 57); Adaptação Autoral.

Isto posto, o grande desafio atual, à escala urbana, é o de "fazer cidade", de uma forma coesa e coerente:

> 1. Garantindo a mobilidade e acessibilidade de cada área do espaço urbano, e da cidade no global;
> 2. Promovendo a sua visibilidade;
> 3. Mantendo e construindo tecidos urbanos polivalentes, mistos pelos seus usos e pela diversidade das suas populações. (Borja & Muxí, 2003 apud PINTO, 2015, p. 83).

Indo de encontro a diretriz da coesão urbana de promover a qualidade de vida das populações, Pinto (2015, p. 63) define-se como objetivos específicos para o contexto urbano:

> - Promover boas condições de mobilidade e acessibilidade;
> - Promover e gerir cautelosamente as dinâmicas econômicas;
> - Promover a redistribuição social e integração cultural;
> - Criar condições para a melhoria ambiental.

Assim sendo, para responder aos objetivos apresentados pelos autores, considera-se que a transposição da coesão territorial para a escala urbana – a coesão urbana – pode ser decomposta em quatro dimensões complementares entre si: continuidade formal; mobilidade e acessibilidade; atratividade (mix de usos e centralidade); Identidade (sociabilidade e apropriação) (Vide Figura 37).

**CONTINUIDADE FORMAL**:

É necessário assegurar a conectividade do espaço urbano, garantindo que não existem "sombras" no território, isto é, espaços que se encontram isolados devido a descontinuidades de rede ou fracas condições de acessibilidade. É fundamental garantir que toda rede é facilmente acessível por todos potencias utilizadores.

**MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE**:

É necessário assegurar as infraestruturas de mobilidade e acessibilidade garantem a ligação das diferentes áreas da cidade, promovendo a inclusão nas deslocações dos utilizadores e logo privilegiando os modos ativos de circulação, em complementariedade com os transportes públicos.

**ATRATIVIDADE (mix de usos e centralidade)**:

É necessário garantir um equilibrado mis de funções urbanas (habitação, equipamentos, comércio, serviços, etc.), capazes de atrair utilizadores e diferentes escalas territoriais, possibilitado distintas formas de dinâmicas sociais e econômicas. É importante salientar que a multifuncionalidade de um território é uma forma de promover a equidade no acesso às funções urbanas, atraindo diferentes "perfis" de utilizadores.

**IDENTIDADE (sociabilidade e apropriação)**:

É necessário garantir diferentes formas de representação coletiva e individual do espaço, ligadas às relações (entre os utilizadores e entre eles e o território) e à ordem em que estas relações impõe, portanto, para ao conhecimento, sinais, códigos, etc. É também fundamental garantir a inclusão social, garantindo a expressão de diferentes formas de identidade e equidade na utilização do espaço.

Figura 37: Dimensões da Coesão Urbana segundo Pinto (2015) em Araranguá/SC.
Fonte: PINTO (2015); Imagens Revista W3; Adaptação Autoral.

# 3.3 ESPAÇOS PÚBLICOS

O espaço urbano é dotado de complexidade, englobando diversas variáveis. Dentro desse cenário, os espaços livres públicos expressam-se como o subsistema urbano de maior importância, representam verdadeiros símbolos de significância própria, configurando-se como núcleo da vida urbana das cidades.

Isto é, ao mesmo tempo em que se constituem como abrigo das dinâmicas e manifestações sociais, a "dialética social", os espaços públicos configuram-se também como estrutura, o "espaço físico". Assim, pode-se considerar o espaço público o elemento chave na estruturação dos sistemas, tal qual uma "matriz urbana", conferindo-lhe funções e valores atuais.

Figura 38: Espaços Públicos segundo metodologia de Gehl (2010).
Fonte: BOSENCE (2015); <https://lorettabosence.tumblr.com/post/104237270129/gehl-methodology> Acesso em: 14 abr. 2021; Adaptação Autoral.

Assim sendo, o papel do espaço público, enquanto elemento identificador, estruturador e articulador do espaço urbano, permite considera-lo componente privilegiado na promoção da coesão à escala urbana.

> Centramo-nos precisamente nesta discussão: o espaço público como um elemento capaz de promover a continuidade e ordenar o território, mas também com uma capacidade de criar e manter fortes centralidades locais, competitividade econômica e sentido de cidadania, através do seu potencial sistémico, que se manifesta em várias dimensões da coesão urbana. (PINTO, 2015, p. 80)

Para Spin (1995, *apud* CAMPOS; VIEIRA, 2020), o caráter dos espaços públicos pode ser definido como: "lugares para ver e ser visto, para comprar e fazer negócios, para passear e fazer política". Ao passo que Zuliane (ZULIANE, 1995 apud CAMPOS; VIEIRA, 2020) entende o espaço público tal como "lugar privilegiado e tradicional de trocas, ponto de convergências de ruas e teatro de todas as forças sociais, eixo de cada movimento".

> Com efeito, o espaço público desempenha um papel fundamental na estruturação do espaço urbano, levando alguns autores – Lynch (1960), Jacobs (1961), Portas (1968, apud (Portas, 2007), Lefevre (1974), Habermas (1991), Indovina (2002), Borja (2003), Bohigas (2004) – a considerar que "a cidade é o espaço público". Os referidos autores apontam como principais justificações para esta afirmação, o fato de se verificar que em todas as épocas e em todos os regimes o espaço público pode ser visto como o "fundador" da cidade, representando a condição para que se possa realizar a vida urbana. Para além disto, é no espaço público que o poder se torna visível, onde a sociedade tem melhor oportunidade de se expressar, e é também nele que o simbolismo coletivo se materializa. (PINTO, 2015, p. 80)

Seja qual for a definição, converge-se a um ponto central irrefutável: "uma cidade precisa de praças públicas; elas são os maiores ambientes públicos que uma cidade tem". (ALEXANDER et al, 2013, p. 312). Os espaços públicos são, portanto, essenciais a sociedade, "as pessoas precisam de espaços verdes que possam frequentar" (ALEXANDER et al, 2013, p. 312). Nessa perspectiva, "o planejamento urbano tem a tarefa de organizar esses espaços, e o desenho tem a responsabilidade de incentivar o seu uso, buscando transmitir um sentimento de identidade e pertencimento" (GEHL, 2014).

Nessa perspectiva, o CAU/BR apresenta o manual "Espaços Públicos: Diagnóstico e Metodologia de Projeto" que expõe um fluxograma que pode ser utilizado no desenvolvimento de projetos de espaços públicos. Nele estão apontadas cada uma das etapas necessárias, desde a análise do entorno e do terreno até o memorial de obra e planilhas orçamentárias, passando pelo processo participativo, pela definição do programa e por cada uma das etapas de projeto, da setorização de atividades aos detalhamentos (Vide Figura 39).

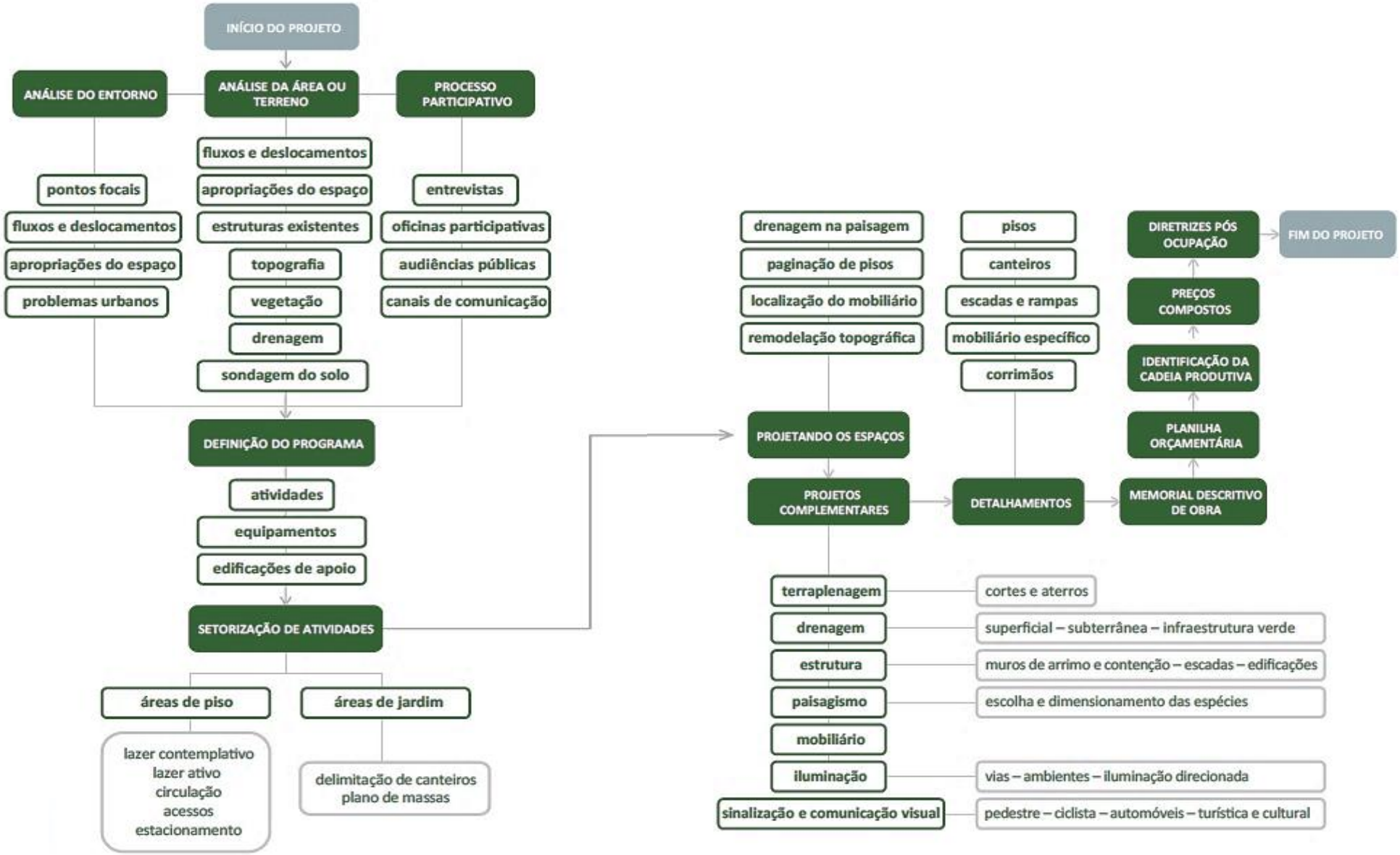



Figura 39: Fluxograma para o desenvolvimento de projetos de espaços públicos.
Fonte: CAU/BR "Espaços Públicos: Leitura Urbana e Metodologia de Projeto" (2017, p. 68-69); <https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Espacos-Publicos-Leitura-Urbana-e-Metodologia-de-Projeto.pdf> Acesso em: 14 abr. 2021.

## 3.3.1 REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Pode-se considerar o espaço público como aquele elemento simbólico com capacidade estruturante e articuladora dos sistemas. A tese defendida por Borja (2003 *apud* PINTO, 2015, p. 85) tem três premissas qualitativas:

> 1. O espaço público tem forte carácter ordenador face a todos os elementos da cidade;
> 2. É capaz de potenciar a criação de espaços funcionais polivalentes;
> 3. Tem a capacidade de potenciar sentimentos de pertença.

Nesse cenário, "a capacidade aglutinadora e estruturadora do espaço público ganha maior dimensão quando nos afastamos da conceção dos espaços públicos como um somatório de espaços isolados que compõem a cidade, aproximando-nos antes de um pensamento sistémico – a rede de espaços públicos" (PINTO, 2015, p. 117).

Desse modo, a identificação de uma rede de espaços públicos permite conhecer o cenário urbano atual, possibilitando o conhecimento das problemáticas de coesão, e consequentemente, a formulação de soluções adequadas à sua mitigação, sem prejuízo as escalas diferentes.

Neste âmbito, Brandão (2011a *apud* PINTO, 2015, p. 118), estabelece que a rede de espaços públicos "é composta por um hardware – a estrutura física do espaço público, que suporta o software – a rede de dinâmicas sociais e económicas". A rede é também definida por Bertalanffy (1973 apud PINTO, 2015, p. 118) "como um conjunto de elementos e as ligações entre eles, estabelecendo relações dinâmicas". Ainda, Fonseca & O'Neill (2001 *apud* PINTO, 2015, p. 118) definem "a rede como uma malha contínua em que "linhas" e "nós" estão ligados".

Assim sendo, pode-se compreender o contexto urbano como "nós" – polos urbanos de atividades (equipamentos, serviços, etc.) – associados à "linhas" – acessibilidades por onde circulam os fluxos (infraestruturas viárias, ferroviárias, pedonais, etc.). Dessa forma, considera-se que o conjunto de espaços públicos constituem um subsistema urbano completo de grande importância, que estabelecem ligações e dinâmicas entre si. Essa complexidade de "espaços, conexões, dinâmicas, relações e complementaridades que formam uma rede de espaços públicos" (PINTO, 2015, p. 118).

O acesso público aos espaços verdes de uma cidade é determinado pela sua localização e distribuição, que por sua vez é decidida com base no planejamento urbano, o contexto histórico em que foram criados, a topografia da região e a densidade populacional de uma área. Para captar como é tratada a distribuição dos espaços públicos nas cidades, a plataforma Daily Overview reuniu uma série de imagens aéreas, demonstrando-se uma ferramenta relevante no estudo e planejamento do espaço urbano através do sistema de espaços públicos (Vide Figura 40).

Para Morin (*apud* QUEIROGA, 2011, p. 27), um sistema é sempre um "sistema de sistemas". Nessa perspectiva, Queiroga propõe-se a entender "o sistema de espaços livres urbanos como os elementos e as relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano – da escala intraurbana à regional". Assim sendo, o grande sistema de espaços livres contém todos os espaços livres existentes num determinado recorte escalar, independentemente de sua dimensão, qualificação estética, funcional e fundiária.

Portanto, toda cidade possui um sistema de espaços livres, e esse está em constante processo de transformação e adequação às novas demandas e pressões da sociedade (empresas, instituições, classes e grupos sociais). "O seu melhor atendimento as demandas cotidianas da sociedade vai depender das disponibilidades de recursos, dos padrões culturais existentes e, sobretudo, das decisões políticas que podem levar a eventuais processos de qualificação ou desqualificação de tais sistemas (QUEIROGA, 2011, p. 28).

## 3.3.2 TIPOLOGIA DE ESPAÇOS LIVRES

Segundo Queiroga (2011, p. 28), o sistema de espaços livres é básico na existência da cidade porque:

– fundamental ao desempenho da vida cotidiana;
– fundamental na constituição da paisagem urbana, elemento da forma urbana, da imagem da cidade, sua história e memórias;
– participa da constituição da esfera de vida pública e da esfera de vida privada.

Nesse cenário, dentro da estrutura espacial da cidade são reconhecidas duas categorias de subespaços: os espaços edificados e os espaços livres de edificações. Os espaços livres são, pela definição de Miranda Magnoli (1982 apud QUEIROGA, 2011, p. 27), todos os espaços "livres de edificação", ou seja, todos os espaços descobertos, sejam eles urbanos ou não, vegetados ou pavimentados, públicos ou privados. Desta maneira, o estudo dos sistemas de espaços livres vai muito além das áreas verdes, dos espaços vegetados, dos espaços públicos, ao envolver todos os espaços livres" (QUEIROGA, 2011, p. 27).

Embora o termo espaço livre seja muitas vezes utilizado erroneamente como sinônimo de espaços públicos, são definições diferentes. Espaços livres são todos os livres de edificação, sejam de natureza privada ou pública. Enquanto espaços púbicos são todos de apropriação e propriedade pública, isto é, onde acontecem as relações da sociedade, o convívio social na esfera de vida pública.

Figura 40: Série de imagens aéreas de diferentes cidades.
Fonte: <https://www.archdaily.com/940829/gardens-parks-and-boulevards-mapping-green-spaces-via-satellite> > Acesso em: 14 abr. 2021; Daily Overview (2020); Adaptação Autoral.

## 3.3.3 TIPOLOGIA DE ESPAÇOS PÚBLICOS

> Espaços públicos são a alma de uma cidade, lugares onde as pessoas se encontram e convivem, são espaços onde celebramos a vida e as nossas diferenças. Praças, parques, ruas e largos. Avenidas, bulevares e calçadões. Espaços democráticos e sociais, pontos de conexão entre as pessoas e os edifícios que constroem uma cidade (LIBARDONI, 2019).

Porém, com a evolução dos tempos e o fomento tecnológico, diferentes opções de encontro e lazer surgiram. Com isso, elementos da vida contemporânea, entre eles espaços públicos tradicionais como as praças, gradativamente, tornaram-se pouco frequentados.

Conforme Carbonerayokoo e Chies (2009), ao explorar-se sobre a temática dos espaços livres "não se pode perder de vista o enfoque da espacialidade a qual as praças também estão inseridas, bem como, da nova conotação que esta representa nos dias de hoje, tendo como um dos principais agentes as novas relações sociais".

A partir disso, Mora (2009 *apud* MACIEL, 2016, p. 27) propõe uma classificação tipológica de espaços tradicionais e contemporâneos (Vide Figura 41). Segundo ela, com o desenvolvimento das cidades tradicionais surgiram quatro tipos principais de espaços públicos – a praça, a rua, o parque e a frente da água – e, ao considerar a perspectiva das cidades contemporâneas, a autora acrescenta mais duas tipologias: o espaço público interior e o espaço público informal, que, apesar de apresentarem mecanismos de controle de uso temporário e não serem sempre externos, cumprem algumas características e funções do espaço público.

**TIPOLOGIAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS PROPOSTAS POR MORA (2009)**

| CATEGORIA | TIPOS | CONCEITO | SUBTIPOS |
|---|---|---|---|
| TRADICIONAIS | PRAÇAS | Testemunho da história e da cultura; espaço de referência que relaciona diferentes componentes da estrutura urbana. | Central, simbólica – cívica, corporativa, de mercado, de bairros, praça - parque. |
| | PARQUES | Espaço livre destinado à recreação, ao esporte, descanso e contato com a natureza. | Nacional, metropolitano, central, esportivo, temático, estacionamento, cemitério e local. |
| | RUAS | Lugar fundamental para a mobilidade e estruturação física. Limita o público do privado, proporciona iluminação e ventilação natural. | Local de encontro espontâneo. Estrada, avenida, rua local, calçada, rua de tráfego restrito. |
| | FRENTES DE ÁGUA | Faixa costeira, última rua urbana com diversos serviços de apoio associados. | Comércio, industrial, recreativo e protetor. |
| CONTEMPORÂNEOS | ESPAÇO PÚBLICO INTERIOR | Confinado entre edificações e equipamentos com certos níveis de acesso. Cumprem funções associadas ao tipo de população. | Átrios, centros das edificações, áreas comuns, clubes, igrejas, teatros, edifícios patrimoniais, centros comerciais. |
| | ESPAÇO INFORMAL | Uso espontâneo de outro espaço, por inexistência ou por condições precárias de desenho dos espaços tradicionais. | Escadas, corredores, ruas, vazios urbanos, parques de estacionamentos, calçadas, terrenos baldios, espaços residuais. |

Figura 41: Quadro de Tipologias de espaços públicos propostas por Mora (2009).
Fonte: MACIEL (2016, p. 27); Adaptação Autoral.

## 3.3.4 ESPAÇOS PÚBLICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Historicamente, o fim de um período não segue, necessariamente, a divisão cronológica do tempo. Conforme Andrade e Castro (2020), ao longo dos anos, a humanidade passou por eventos históricos que modificaram a sociedade e desencadearam novas relações sociais, políticas, econômicas, religiosas e ideológicas, tal como ocorreu com o fim da Primeira Guerra Mundial. Para os que vivenciaram a guerra não havia um vislumbre de novas perspectivas, porém o "amanhã" chegou, desencadeando novas configurações e visões de mundo do século XX (ANDRADE; CASTRO, 2020).

Para alguns estudiosos, a eclosão da pandemia do Coronavírus pode vir a ser um possível marco do fim do século XX, e o princípio de uma nova era desafiadora. A atual crise pandêmica desencadeou um conjunto de desdobramentos que culminaram em alterações na relação paisagem-sociedade, modificando o caráter do espaço. Inicia-se a manifestação de uma nova tendência emergente que assola o sistema global.

Corrêa et al (2020), discorre sobre como epidemias moldaram as cidades e estimularam a instalação de infraestruturas e serviços que elevaram o padrão de vida urbana. Ironicamente, no passado, a quarentena era um dos únicos instrumentos eficazes conhecidos para controle de infecções por vírus e bactérias que assolavam a vida urbana – outra era a "higienização", termo que tinha significado ambíguo, ao mesmo tempo sanitário e moralizante (CORRÊA et al, 2020).

Dessa forma, desperta-se reflexões quanto ao futuro das cidades e provocações acerca dos resíduos urbanos, cada qual com complicações próprias. A pandemia tornou evidente questões como a desigualdade socioespacial e a importância do uso dos espaços públicos como ambiente de convívio. Segundo Santos (2020), "o isolamento social implica a restrição da circulação cotidiana, o esvaziamento de espaços públicos e a constituição de corporeidades retraídas e sociabilidades cibernéticas".

Para Delaqua (2020) "o espaço público é por natureza um lugar de conflito e de encontro, que pode variar o seu grau de ocupação e uso de acordo com raça, classe e gênero". Os espaços públicos guardam significado importante para qualquer pessoa, nele são costuradas as relações sociais de encontro, convivência e circulação nas cidades.

Porém, atualmente, a contenção da disseminação do vírus ocorre através da instrumentalização do medo e o isolamento social. Antes, os espaços públicos estavam em processo de desvalorização, gradativamente inutilizados. Ao passo que, nesse momento, o distanciamento tem gerado uma valorização social por esses espaços.

Apesar disso, para Santos (2020), caso o medo da proximidade humana perdure pode provocar uma inflexão duradoura nas experimentações urbanas, sinalizando formas de sociabilidade restritas, podendo vir a provocar a atrofia dos espaços públicos.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de novas estratégias de projeto para os espaços urbanos, que venha resolver questões de organização que devem permanecer nos ambientes urbanos, como: a transição do confinamento domiciliar à volta ao uso dos espaços públicos e livres; as novas dimensões de distanciamento social; as mudanças de fluxos e deslocamentos; a revalorização das unidades de vizinhança e uma tendência de busca por imóveis residenciais maiores; entre outras questões que influenciam nas novas demandas de reconfiguração e redesenho dos espaços.

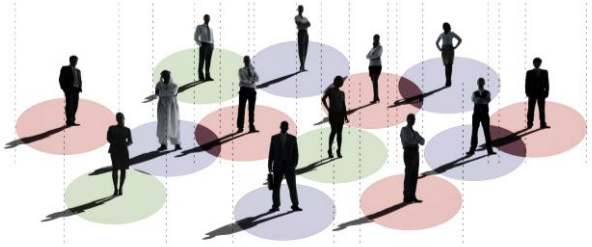


Figura 42: Esquema representativo do distanciamento social.
Fonte: <https://www.rawpixel.com/image/2293617/free-illustration-psd-people-covid-group> Acesso em: 13 abr. 2021.

Em 2020 a Associação Nacional de Funcionários do Transporte Municipal (NACTO) dos Estados Unidos lançou o "Streets for Pandemic – Response and Recovery" (*Ruas para Pandemia – Resposta e Recuperação*). O documento compila práticas emergentes em transporte e desenho de ruas em resposta à pandemia da COVID-19.

"Em um momento em que somos obrigados a manter distância para proteger a saúde pública, as ruas precisam fazer mais do que nunca" (NACTO, 2020). Em vista disso, o documento inclui informações sobre a implementação de tratamentos de desenho de ruas de resposta rápida e recuperação, bem como práticas de cidades em todo o mundo (Vide Figura 43).

O "repensando as ruas" considera a distância física, o apoio à caminhada, bicicleta e transporte público, para que as pessoas possam se deslocar com segurança e acessar os serviços essenciais. Além disso, as ruas podem fornecer espaço para as empresas locais atenderem os clientes ao ar livre e criar espaço para exercícios e brincadeiras.

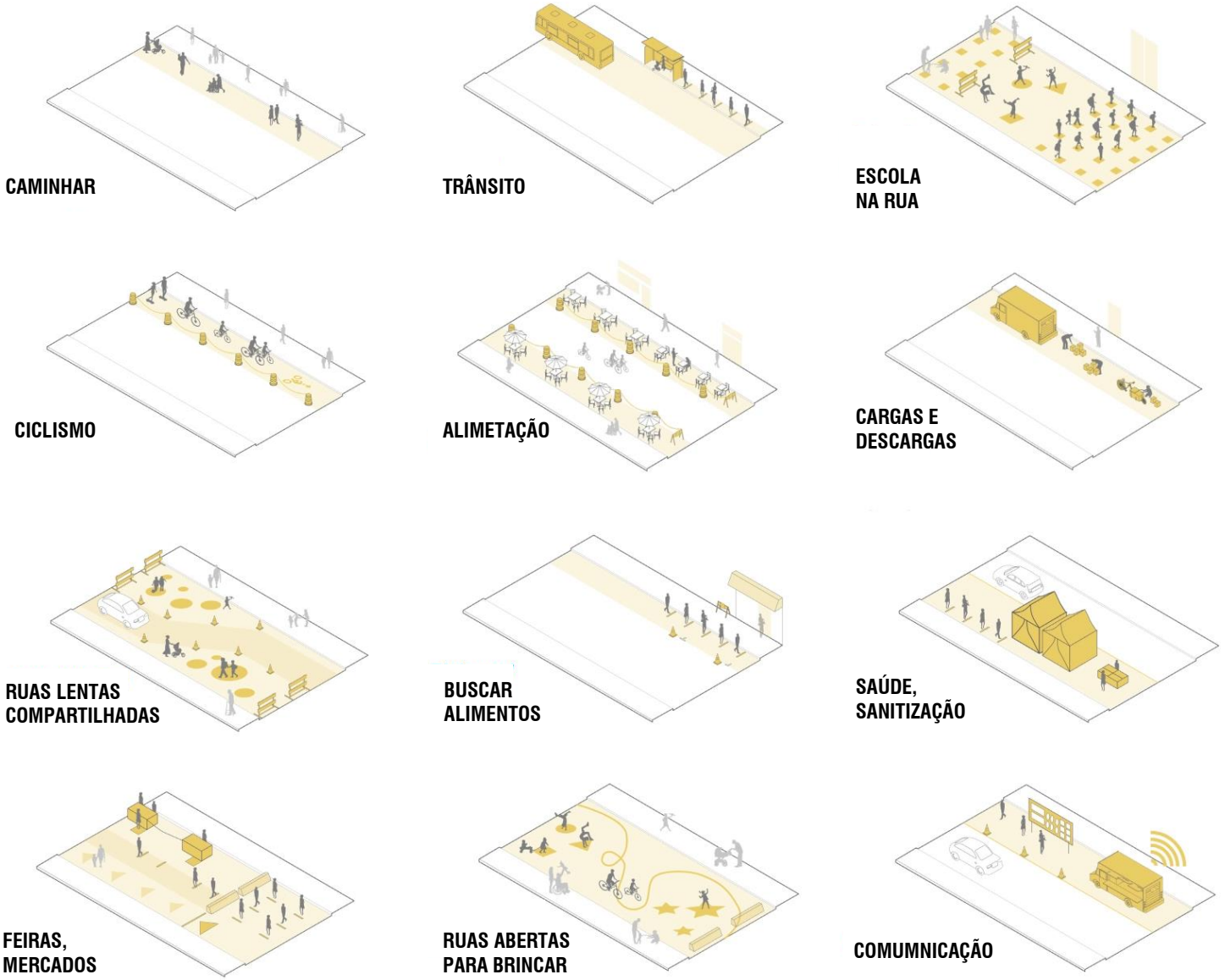



Figura 43: Série de esquemas do repensando as ruas em tempos de distanciamento social.
Fonte: NACTO (2020); <https://nacto.org/wp-content/uploads/2020/05/NACTO_Streets-for-Pandemic-Response-and-Recovery_2020-05-21.pdf> Acesso em: 13 abr. 2021.

# 3.4 QUALIFICAÇÃO URBANA

As cidades que melhor proporcionarem aos seus habitantes o uso do espaço livre, terão uma comunidade coesa, de identidade cívica e qualidade de vida. Segundo Gehl (2014), a vitalidade e o uso contínuo das áreas comuns pelos habitantes em um ambiente urbano que está bem conservado e seguro, transforma a cidade em um lugar atraente para viver e trabalhar.

O Project for Public Spaces em busca das principais características de um bom espaço público descobriu que, "a maioria dos espaços públicos considerados saudáveis compartilham quatro características elementares: eles são espaços acessíveis; lugares onde as pessoas desenvolvem uma atividade específica; são agradáveis e bonitos; e finalmente, são espaços de encontro e diversidade" (LIBARDONI, 2019).

A partir disso, eles elaboraram um diagrama que pode ser utilizado como "ferramenta para ajudar as pessoas a julgar qualquer lugar, bom ou ruim". O diagrama possibilita a análise dos espaços públicos a partir de quatro variáveis: sociabilidade; usos e atividades; acessos e conexões; conforto e estética (camada interna). Sobre cada uma das variáveis são então apresentados parâmetros quantitativos (camada média) e qualitativos (camada externa) (Vide Figura 44).

Portanto, um bom espaço público é aquele que reflete a diversidade e estimula a convivência entre as pessoas, que promove a realização de variadas atividades para diferentes faixas etárias em diferentes períodos, que cria as condições necessárias para a permanência, e que convida as pessoas a estarem na rua.

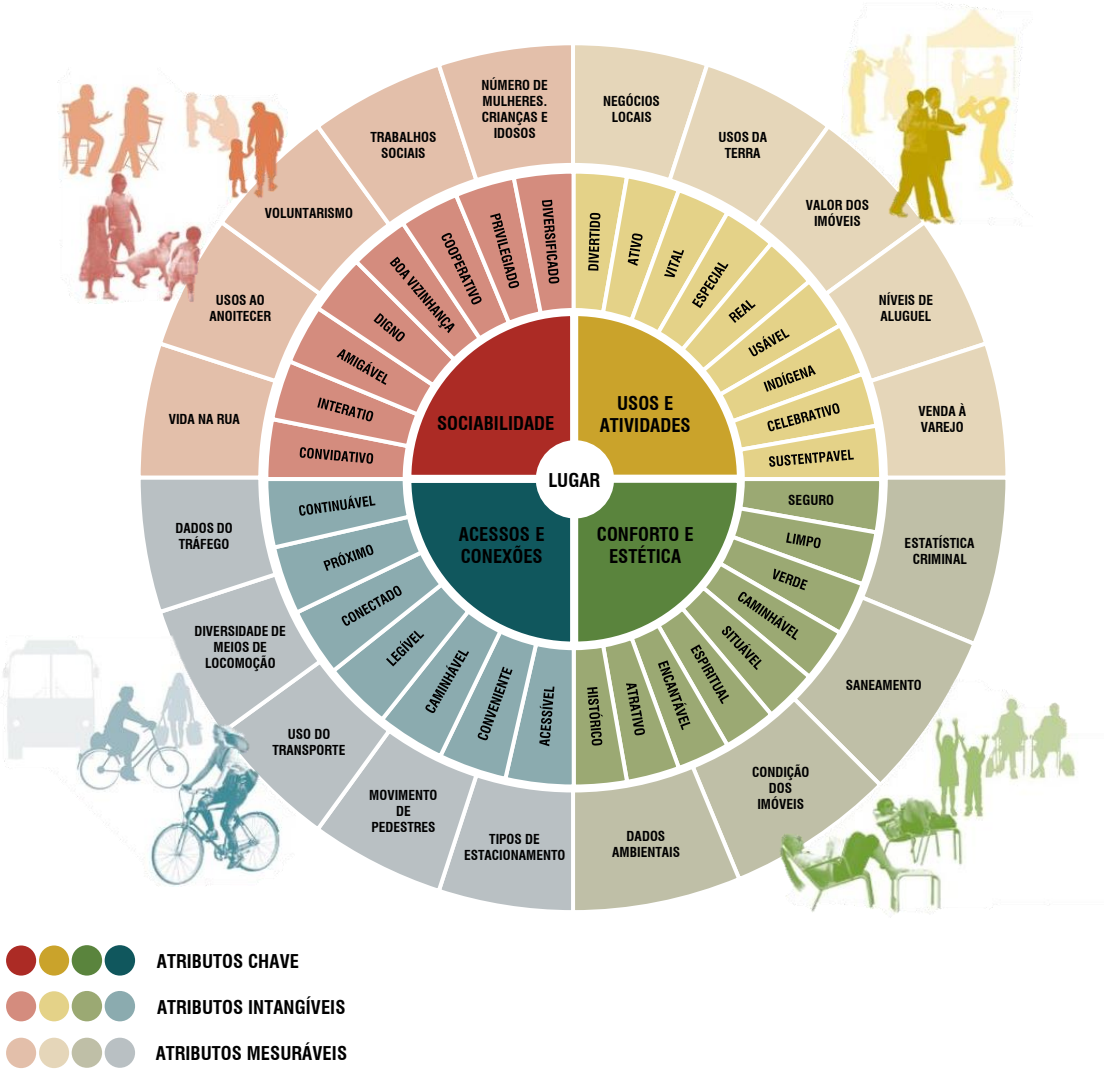



Figura 44: Diagrama dos Espaços Públicos segundo Project for Public Spaces.
Fonte: PROJECT for Public Spaces (2018); <https://www.pps.org/article/grplacefeat> Acesso em: 13 abr. 2021; Adaptação Autoral.

## 3.4.1 ESTUDO TIPO-MORFOLÓGICO

Em 2020 os autores, Eduarda Andrade Campos e Jorge Luiz Vieira, elaboraram a pesquisa intitulada “Estudo Tipo-Morfológico de praças no município de Forquilhinha/SC”, durante o Projeto de Iniciação Científica (PIC 170), financiado pelo UNIEDU, Edital 01/2019.

Esse trabalho teve como objetivo mapear, classificar e caracterizar os tipos de praças, ou de espaços destinados para este fim, urbanizados ou não, existentes nos bairros da área urbana do município de Forquilhinha, por meio de estudos tipo-morfológicos.

Para a fundamentação teórica e o embasamento das técnicas de levantamento e de análise estudou-se referências bibliográficas sobre a temática de tipologias e morfologia dos espaços livres de caráter público, dentre eles o Project for Public Spaces . Os parâmetros que nortearam as análises, a classificação e a caracterização das praças foram realizadas com base nos padrões de Alexander et al, retirados do livro “Uma linguagem de Padrões: A Pattern Language” (2013).

A interpretação e combinação dos padrões de Alexander et al (2013) se mostraram capazes de se inferir uma análise relativamente adequada e que permitiu classificar e diferenciar quantitativa e qualitativamente cada praça selecionada. Com base nesse livro, foi desenvolvido o diagrama com o padrão norteador e associações (Vide Figura 45), que possibilitou a elaboração do “Quadro de variáveis dos padrões relacionados ao Padrão 61 – “Pequena Praça Pública”. Nesse quadro, foram abordadas as variáveis quantitativas e qualitativas estabelecidas por Christopher Alexander et al (2013) em cada padrão.

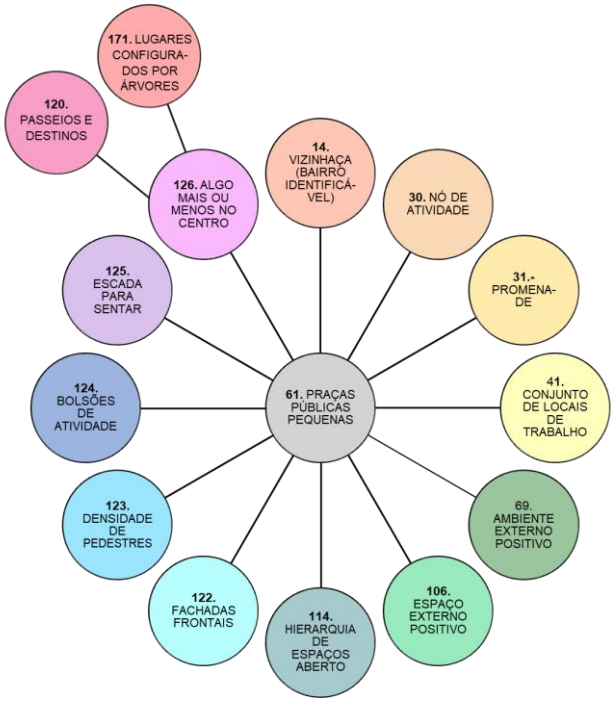



Figura 45: Diagrama dos Padrões Derivados do Padrão 61 – “Praças Públicas Pequenas” segundo Alexander et al (2013).
Fonte: CAMPOS, VIEIRA (2019).

Após, produziu-se o mapa do perímetro urbano do município contendo o levantamento e mapeamento dos equipamentos comunitários e das praças existentes, sendo selecionadas oito para análises individuais, apontando as praças de maior grau de urbanização e apropriação. A partir do material produzido foi possível elaborar os quadros analíticos para cada praça selecionada (Vide Figura 46), assim como os quadros de comparação quantitativa e qualitativa, que materializou os resultados a partir dos parâmetros pré-definidos.

Os produtos das análises resultaram na conclusão de que, de forma geral, as praças selecionadas apresentam um baixo nível de organicidade e estruturação a partir dos parâmetros estudados, além do baixo grau de urbanização desses espaços na cidade. Diante disso, entende-se que a maioria dos espaços públicos estudados não possuem apropriação da vizinhança do entorno, acarretando em ambientes de pouca vivacidade e, portanto, praticamente ausentes de urbanidade.

Como desfecho, pretendeu-se chamar a atenção acerca do sentido do espaço público na cidade contemporânea e suas implicações na sociedade. Embora a importância das praças seja vital para a cidadania, o seu potencial como gerador de urbanidade depende de uma série de fatores que devem ser considerados no processo de projeto.

## QUADRO DE ANÁLISES DAS PRAÇAS SELECIONADAS: PRAÇA DO IMIGRANTE ALEMÃO, DO BAIRRO CENTRO

### PLANTASE IMAGENS DE FORQUILHINHA E BAIRRO CENTRO

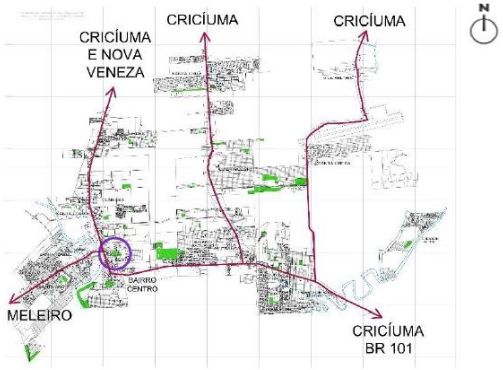



FIG. 01 - Planta com a localização da praça selecionada no perímetro urbano de Forquilhinha/SC.
Fonte: Elaborado pelos autores.

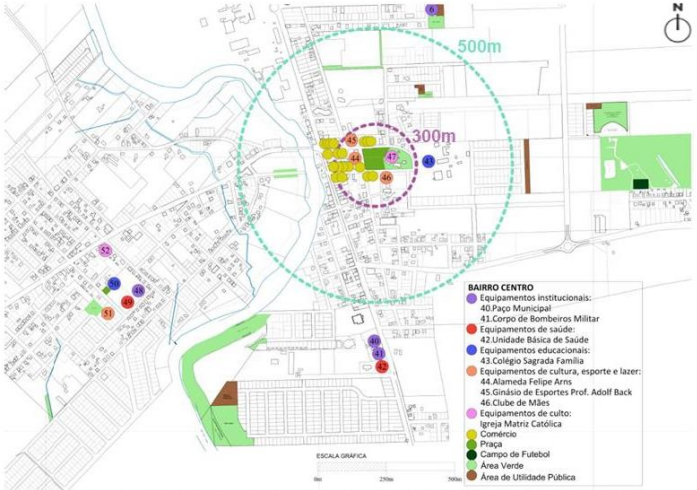



FIG. 02-Planta com a localização da praça selecionada no bairro Centro, mapeamento dos equipamentos e delimitação dos raios determinantes para os parâmetros.
Fonte: Elaborado pelos autores.

FIG. 03 – Imagens de cheios e vazios do entorno da praça no bairro Centro.
Fonte: Google Earth Pro 2018; adaptado pelos autores.

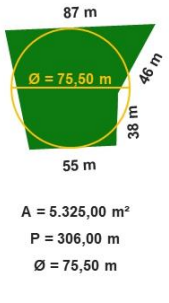



FIG. 04 - Forma, dimensões e área da praça.
A = Área; P = Perímetro; Ø = Diâmetro.
Fonte: Elaborado pelos autores.

### QUADRO DE VARIÁVEIS DOS PADRÕES RELACIONADOS AO PADRÃO 61. PEQUENA PRAÇA PÚBLICA APLICADOS AS PRAÇAS SELECIONADAS

| PADRÕES | QUANTITATIVO | | QUALITATIVO | |
|---|---|---|---|---|
| | PARAMETROS | ANÁLISES | PARAMETROS | ANÁLISES |
| 61. PRAÇAS PÚBLICAS PEQUENAS | * Localização no bairro; | * Localiza-se na área central, próximo a uma rua arterial, com laterais para ruas coletoras. | ○ Identificação das pessoas; | ○ Não é possível pelas extremidades da praça. |
| | ○ Posicionamento na intersecção de vias; | ○ Sim. | ○ Audição da fala; | ○ Não é possível pelas extremidades da praça. |
| | ○ Diâmetro de 15 a 18m; | ○ Diâmetro=75,50m. | ○ Percepção de vizinhança; | ○ Sim. |
| | ○ 15 a 30 m² / pessoa; | ○ Comporta entre 178 e 355 pessoas;<br>○ Na visita havia 30 pessoas. | ○ Acima do padrão quantitativo, gera sensação de abandonado, deserto e insegurança; | ○ Sim. |
| | ○ Centro útil – monumento; | ○ Sim. | ○ Constitui um nó de atividade | ○ Sim. |
| | ○ Edificações de atividades nas bordas; | ○ Residências, comércios, serviços e equipamentos públicos e comunitários. | | |
| 14. VIZINHANÇA (BAIRRO IDENTIFICÁVEL) | ○ Diâmetro ≤ 300m; | ○ 122 unidades habitacionais, 108 unifamiliares e 14 multifamiliares. | ○ Identidade e distinção da cidade; | ○ Sim. |
| | ○ 400/500 habitantes; | ○ 743 habitantes. | ○ População pequena; | ○ Não. |
| | ○ 2 ou 3 quadras; | ○ 7 quadras. | ○ Área pequena; | ○ Não. |
| | ○ 2000 veículos/dia, 200 em hora de pico;<br>○ Velocidade de 25-30 km/h | ○ Alto fluxo;<br>○ Alta vitalidade. | ○ Sem obstrução por cruzamento de via (configurando tráfego intenso). | ○ Sim. |
| | * População do bairro (Censo IBGE 2010) | * 1.020 habitantes. | | |
| 30. NÓ DE ATIVIDADE | ○ 300m um do outro; | ○ Sim. | ○ Equipamentos simbólicos; | ○ Sim. |
| | ○ 14 a 21 m; | ○ 71,00 m X 82,00 m. | ○ Equipamentos comunitários aliados aos públicos, dando suporte uns aos outros e gerando vitalidade. | ○ Equipamentos reforçam a praça, gerando vitalidade. |
| | ○ Equipamentos agrupados de forma densa, em torno de praças públicas pequenas;<br>○ Convergência principais vias de pedestres e veículos nos nós. | ○ 5 equipamentos no entorno imediato da praça.<br>○ Não está localizada no centro de um cruzamento de vias. | | |
| 31. PROMENADE (RUA DE PEDESTRES) | ○ Comprimento de 500m;<br>○ Raio de abrangência de 500m (10 min. a pé), sendo a distância máxima de abrangência de 20min a pé. | ○ Não se aplica. | ○ Principais atrações nas extremidades;<br>○ Convívio e confirmação de sociedade;<br>○ Animação. | ○ Não se aplica. |
| 41. CONJUNTO DE LOCAIS DE TRABALHO | ○ 10 a 20 estabelecimentos; | ○ 19 estabelecimentos comerciais no entorno imediato. | ○ Área de natureza física e social, cria uma comunidade; | ○ Sim. |
| | ○ 2 níveis de agrupamento:<br>➢ pátios comunitários – até 12 locais;<br>➢ serviços e comércios – 20 a 30 locais. | ○ 3 níveis de agrupamento, um com 9 estabelecimentos, um com 7 e o outro com 3. | ○ Locais nem espalhados, nem aglomerados; | ○ Locais aglomerados. |
| | | | ○ Mescla de serviços, em torno de uma área compartilhada. | ○ Sim. |
| 69. AMBIENTE EXTERNO PÚBLICO | ○ Bancos e locais de descanso protegidos por coberturas ou por árvores; | ○ Sim. | ○ Espaços com equilíbrio sutil; | ○ Sim. |
| | ○ Pergolados, coretos, treliçados. | ○ Não possui. | ○ Ambientes apropriados a atividades naturais. | ○ Sim. |
| 106. ESPAÇO EXTERNO POSITIVO | ○ Espaço convexo ou positivo; | ○ Parcialmente. | ○ Forma distinta e definida; | ○ Sim. |
| | ○ Parcialmente fechado, aberto entre si; | ○ Sim. | ○ Grau de convexidade; | ○ Médio. |
| | ○ Circundado por blocos, edificações, cercas vivas, muros, cercas ou vias; | ○ Circundado por vias e pela barreira natural da topografia. | ○ Limites definidos; | ○ Sim. |
| | * Configuração por edificações. | * Com algumas edificações (9). | ○ Bem configurado, "lugar de fato"; | ○ Sim. |
| | | | ○ Confortáveis e movimentados; | ○ Sim. |
| | | | ○ Sensação de segurança. | ○ Seguro em relação à via. |
| 114. HIERARQUIA DE ESPAÇOS ABERTOS | ○ Um dos espaços menores; | ○ Sim. | ○ Espaço aconchegante e confortável; | ○ Sim. |
| | ○ Fundo natural; | ○ Sim, uma lateral da praça faz limite com a barreira natural da topografia. | ○ Relação com outros espaços. | ○ Área de conexão e ponto de encontro da área central da cidade. |
| | ○ Aberto para espaço maior. | ○ Não. | | |
| 122. FACHADAS FRONTAIS | ○ Sem recuo frontal; | ○ Possuem recuo. | ○ Recuo com tratamento paisagístico; | ○ Parcialmente. |
| | ○ Ângulos levemente diferentes; | ○ Não possui. | ○ Fachada no alinhamento configura espaço público. | ○ Sim. |
| | ○ Edificações voltadas para a rua. | ○ Sim. | | |
| 123. DENSIDADE DE PEDESTRES | ○ Concentração média de vitalidade; | ○ 267 pessoas. | ○ Área "cheia de vida"; | ○ Alta vitalidade. |
| | ○ Presença de usuários. | ○ Na visita havia 30 pessoas. | ○ Tamanho da área define nível animação urbana. | ○ Sim. |
| 124. BOLSÕES DE ATIVIDADE | ○ Circundar percursos com bolsões de atividades alternadamente; | ○ Bolsão composto por brinquedo infantil e academia;<br>○ Mobiliário urbano adequado. | ○ Vida na praça central; | ○ Atraiumapopulação grande e diversificada para atividades no local. |
| | * Perfil de Público (conforme equipamentos). | ○ Público em geral. | ○ Local de convívio social. | ○ Sim. |
| 125. ESCADA PARA SENTAR | ○ Topografia do terreno favorece o uso de degraus. | ○ Terreno com declividade. | ○ Certo grau de proteção; | ○ Sim. |
| | | | ○ Ponto de observação (campo visão); | ○ Sim. |
| | | | ○ Acessíveis e aconchegantes. | ○ Não. |
| 126. ALGO MAIS OU MENOS NO CENTRO | ○ Mais ou menos no centro; | ○ Uma árvore de grande porte. | ○ Organiza e equilibra o espaço; | ○ Sim. |
| | ○ Mais ou menos nas bordas. | ○ Brinquedo infantil, academia, bancos e árvores. | ○ Elemento de atração. | ○ Brinquedo infantil, academia e espaços com sombreamento. |
| 120. PASSEIOS E DESTINOS | * Posição em relação aos passeios da rua; | ○ Tangencial/Lateral. | ○ Apresenta-se como ponto de interesse; | ○ Brinquedo infantil e academia. |
| | * Passeio da rua arborizado; | ○ Arborização parcial da rua. | ○ Tratamento da pavimentação; | ○ Tratamento adequado. |
| | * Atende Meta de 100 m de percurso. | ○ Situa-se entre 110 e 140 m das esquinas mais próximas. | ○ Obstáculos de percurso | ○ Não possui. |
| 171. LUGARES CONFIGURADOS POR ÁRVORES | ○ Plantadas de acordo com sua natureza; | ○ Sim. | ○ Proporcionam lugares especiais; | ○ Sim. |
| | ○ Espaços protegidos configurados; | ○ Sim. | ○ Utilizadas de maneira instrumental; | ○ Sim. |
| | ○ Soltas mais ou menos no centro de espaços abertos. | ○ Sim. | ○ Proporcionam convívio social. | ○ Sim. |

* Item acrescido pelos autores.

### REGISTROS DA VISITA A CAMPO NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2019, NO PERIODO VESPERTINO

FIG. 05 - Vista do interior da praça sobre o terreno elevado da igreja.

FIG. 06 - Vista do interior da praça para as escadas que limitam a praça e a igreja.

FIG. 07 - Vista do interior da praça no lado leste para o lado oeste.

FIG. 08 - Vista do interior da praça no lado sul para o lado norte.

FIG. 09 - Vista do interior da praça no lado sul para o lado norte.

FIG. 10 - Vista Rua Professor Arlindo Junkes para a lateral norte da praça.

FIG. 11 - Vista Rua Professor Arlindo Junkes para a lateral norte da praça.

Figura 46: Quadro de análise da Praça do Imigrante do bairro Alemão do bairro Centro.
Fonte: CAMPOS, VIEIRA (2019).

# 4. REFERENCIAIS DE PROJETO

# 4.1 REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA GARE

## FICHA TÉCNICA

- Localização: Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil;
- Ano do projeto: 2013;
- Conclusão da obra: 2016;
- Área do terreno: 69.000 m²;
- Autoria: Escritório IDOM;
- Cliente: Prefeitura Municipal.

O Parque da Gare, criado na década de 80, localiza-se na antiga zona da estação ferroviária e, atualmente, configura-se como maior parque urbano da cidade. A proximidade do local com o centro da cidade de Passo Fundo e seu estado de abandono, motivou o município a iniciar um projeto de revitalização urbana e paisagística.

O projeto contemplou a construção de: um novo prédio para a feira do produtor; lanchonete e ponto de Informação; biblioteca; pistas de skate e bicicross; quadra poliesportiva; parque infantil; anfiteatro; e zonas de banheiros e manutenção. O lago foi revitalizado e integrado ao desenho do parque e as áreas verdes foram preservadas. Ainda, as infraestruturas tombadas existentes no parque foram integradas ao espaço urbano e requalificadas, mantendo os traços originais.

Implantado em uma região de declividade de quatro metros, os percursos articulam-se por meio de rampas e escadas de acesso em um rota de acessibilidade universal Através da inclusão de equipamentos e adoção de caminhos cria-se um espaço público de convívio e contemplação mais dinâmico e atrativo.

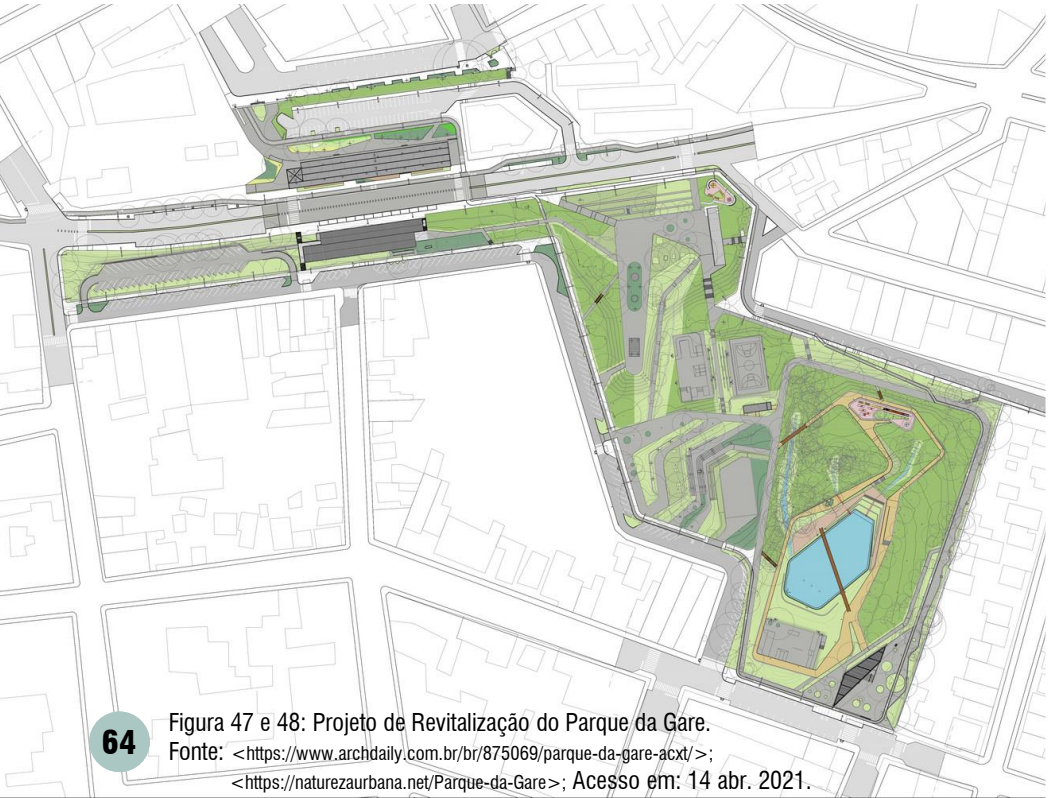


Figura 47 e 48: Projeto de Revitalização do Parque da Gare.
Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/875069/parque-da-gare-acxt/>; <https://naturezaurbana.net/Parque-da-Gare>; Acesso em: 14 abr. 2021.

Figura 49 a 52: Parque da Gare.
Fotografia Marcelo Donadussi, Pau Iglésias.
Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/875069/parque-da-gare-acxt/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

# 4.2 CORREDOR VERDE DE CALI

## FICHA TÉCNICA

- Localização: Cali, Valle del Cauca, Colômbia;
- Ano do projeto: 2015;
- Expansão: 17 km;
- Autoria: Espacio Colectivo, OPUS.
- Cliente: Concurso – 1° Lugar.

Figura 53: Corredor verde de Cali.
Fonte: <https://www.opusestudio.com/tercorredor-verde-cali>;
Acesso em: 14 abr. 2021.

A cidade de Santiago de Cali, assentou-se num vale fértil, na base da imponente cordilheira ocidental desde onde descem fontes de água e bosques até ao rio Cauca. A forma como se desenvolveu a cidade restringiu as relações transversais ecológicas e sociais.

Nesse cenário, Câmara Municipal de Cali no ano de 2016 impulsionou a iniciativa de desenvolvimento de um projeto para transformar a antiga via férrea que atravessa a cidade de norte a sul em um parque linear.

O corredor verde é uma oportunidade para impulsar um modelo de cidade que lhe aposta a articulação dos sistemas urbanos com os sistemas naturais para melhorar a qualidade de vida das pessoas e recuperar valores ambientais e paisagísticos que caracteriza Cali.

O projeto para o corredor verde desenvolvido por OPUS e Espaço Coletivo arquitetos, titulado “Entre os morros e o rio”, obteve primeiro lugar no concurso pelo design arquitetônico, urbano e paisagístico a nível de anteprojeto. O projeto propõem aproveitar a faixa da antiga linha férrea para:

① Recompor uma rede ecológica urbana entre os cerros e o rio;

② Integrar social e espacialmente a cidade;

③ Equilibrar a conectividade com um corredor de transporte publico limpo;

④ Renovar a cidade com projetos estratégicos que detonem processos de transformação desde a faixa central.

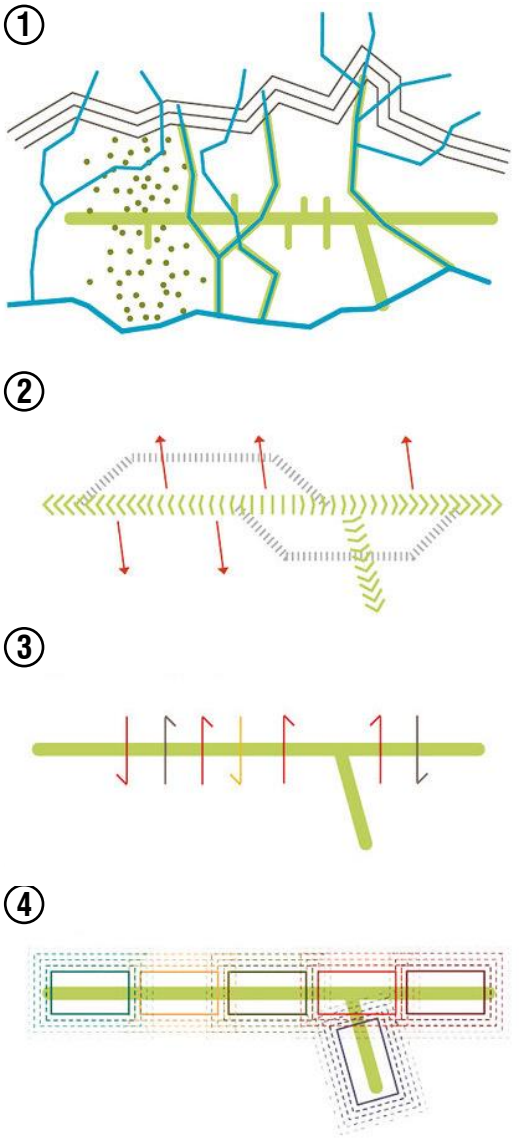



Figura 54: Objetivos do projeto para o corredor verde de Cali.
Fonte: <https://www.opusestudio.com/tercorredor-verde-cali>;
Acesso em: 14 abr. 2021.

Figura 55: Projeto do corredor verde de Cali.
Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/875069/parque-da-gare-acxt/>;
Acesso em: 14 abr. 2021.

# 5. PARTIDO URBANÍSTICO

# 5.1 DIAGNÓSTICO

Milton Santos (2006) estipula que paisagem e sociedade são variáveis complementares que, em associação, conformam o espaço urbano. Isto é, a paisagem se dá no conjunto de objetos reais-concretos e transcende o tempo, pois suas formas são criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. Ao passo que a sociedade é a vida, é o homem que anima as formas espaciais atribuindo-lhe conteúdo. E o espaço é a dialética da paisagem com a sociedade, a associação da sociedade nas formas-objetos, conferindo-lhes uma função atual, como respostas as necessidades e valores atuais.

Nessa perspectiva, a Área de Estudo na área central do município de Araranguá/SC atualmente manifesta fragmentação do espaço urbano, com precariedade nas dialéticas entre paisagem e dinâmicas sociais (Vide Figura 56).

Desse modo, com o objetivo de propor um espaço urbano com forma-conteúdo, elabora-se uma leitura do território e do entendimento das dinâmicas sociais que caracterizam a Área de Estudo a seguir.

A partir dos produtos da fundamentação teórica, com foco no embasamento da tese de doutorado de Pinto (2015), "Coesão Urbana: O papel das redes de espaço público", e dos levantamentos da contextualização, definiram-se parâmetros de diagnóstico e prognóstico do recorte.

A ideia fundamental metodológica foi de identificar a temática da coesão urbana como parâmetro principal relacionada a articulação de uma rede de espaços livres, e associá-lo a outros parâmetros afins (Vide Figura 57).

Para a definição dos parâmetros relacionados ao norteador, resgatou-se as dimensões completares da coesão urbana propostas por Pinto (2015) da coesão urbana, para então, sugerir como componentes afins influenciadores da paisagem urbana do recorte: o meio ambiente; os espaços livres; a infraestrutura; a mobilidade urbana; e o uso e ocupação do solo.

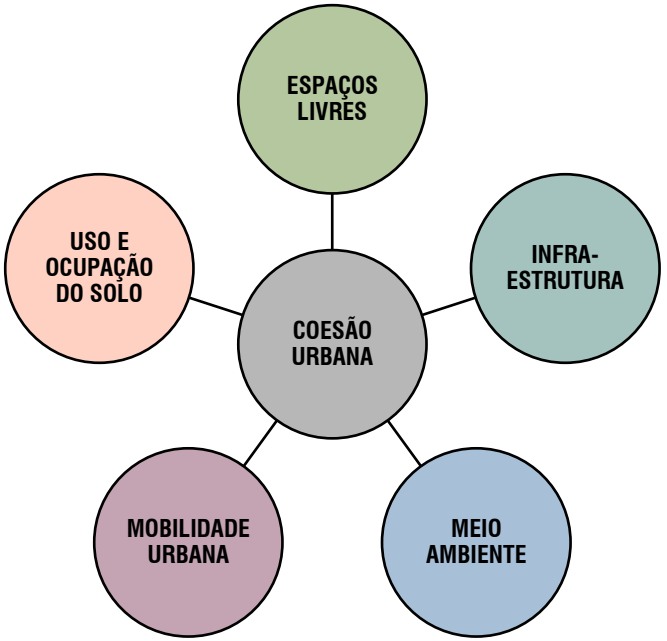



Figura 57: Diagrama dos parâmetros de diagnóstico e prognóstico.
Fonte: Autoral.

Figura 56: Caracterização do espaço da Área de Estudo.
Fonte: Autoral.

Figura 58: Mapa do espaço da Área de Estudo.
Fonte: Google Earth (2020); Adaptação Autoral.

## 5.1.1 MATRIZ DE PLANEJAMENTO

O CAU/BR, no manual "Espaços Públicos: Leitura Urbana e Metodologia de Projeto", elaborou uma matriz de planejamento de leitura urbana, que permite apontar etapas que antecedem a escolha de projetos a serem desenvolvidos.

A partir desse referencial analítico desenvolveu-se uma matriz de planejamento da Área de Estudo com o objetivo de elucidar as problemáticas e possibilidades de intervenção no desenvolvimento de uma proposta ao recorte.

Através da compilação das informações levantadas na contextualização e do embasamento teórico fundamentado, organizou-se uma listagem com parâmetros definidos pelos autores, com as ações possíveis para cada ocorrência registrada.

**MATRIZ DE PLANEJAMENTO**

| PARÂMETROS | | OCORRÊNCIAS | DEFICIÊNCIAS | POTENCIALIDADES | AÇÕES POSSÍVEIS |
|---|---|---|---|---|---|
| COESÃO URBANA | ESPAÇOS LIVRES | Espaços Públicos | _ Carência de espaços públicos configurados;<br>_ Pouca diversidade de usos e atividades; | _ Grandes áreas passáveis de projeto;<br>_ Áreas propícias à apropriação urbana;<br>_ Potencial paisagístico;<br>_ Abrigo das dinâmicas sociais. | _ Articulação de uma rede de espaços livres;<br>_ Promoção de seguridade e legibilidade<br>_ Criação de espaços funcionais polivalentes;<br>_ Promoção de percursos caminháveis;<br>_ Estabelecimento de eixos visuais; |
| | | Vazios Urbanos | _ Áreas subutilizadas. | _ Áreas passáveis de projeto pela função social do espaço. | |
| | INFRAESTRUTURA | Equipamentos comunitários | _ Carência de equipamentos de esporte, cultura e lazer;<br>_ Algumas estruturas interditadas. | _ Homogeneidade de equipamentos de saúde, segurança e educação;<br>_ Polos geradores de fluxo. | _ Criação de novos equipamentos;<br>_ Revitalização das estruturas interditadas;<br>_ Estruturação de centralidades. |
| | | Drenagem da Água Pluvial | _ Insuficiente em alguns pontos;<br>_ Períodos de inundação e alagamentos. | _ Escoamento da água em dias de chuva. | _ Aplicação da infraestrutura verde;<br>_ Utilização de pisos drenantes, jardins de chuva e lagoas de contenção; |
| | | Tratamento de Esgoto | _ Rede municipal de esgoto pequena;<br>_ Ligações domésticas irregulares; | _ Ampliação gradativa da rede municipal de esgoto;<br>_ Fossas sépticas domésticas individuais. | _ Continuidade da rede municipal de esgoto;<br>_ Obstrução das ligações irregulares. |
| | | Iluminação Pública | _ Pontos escassos;<br>_ Sensações de insegurança | _ Segurança pública e vitalidade noturna;<br>_ Valorização panorâmica; | _ Ampliação dos pontos de iluminação pública. |
| | MEIO AMBIENTE | Vegetação | _ Faixa de Mata Ciliar inferior ao estabelecido no código ambiental;<br>_ Regressão da mancha verde sob avanço da macha urbana. | _ Presença de flora e fauna naturais diversificadas;<br>_ Arborização nas vias públicos;<br>_ Conforto ambiental. | _ Implantação de programas de educação ambiental;<br>_ Incentivo à valorização ambiental. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| COESÃO URBANA | MEIO AMBIENTE | Hidrografia | _ Retificação, canalização e/ou aterramento dos córregos;<br>_ Pontos com poluição por efluentes domésticos;<br>_ Períodos de inundações e alagamentos. | _ Extensão, navegabilidade e beleza do Rio Araranguá;<br>_ Córregos que constituem uma Bacia de Drenagem de toda cidade.<br>_ Açude Walter Belinzoni de água potável para abastecimento de 60% da cidade. | _ Proteção e fiscalização das Áreas de Proteção Ambiental;.<br>_ Implantação de mecanismos de recuperação ambiental dos recursos hídricos e vegetais;<br>_ Mitigação de inundações e alagamentos; |
| | MOBILIDADE URBANA | Vias | _ Grande fluxo de veículos;<br>_ Pavimentação com irregularidades e depressões;<br>_ Pocas vias descontínuas e sem saída;<br>_ Prioridade dos veículos. | _ Fáceis conexões;<br>_ Estruturação por avenidas principais com rotatórias;<br>_ Grande fluxo de veículos;<br>_ Maioria com pavimentação asfáltica e arborização. | _ Amenização do fluxo de veículos pesados próximo as áreas de convivo dos espaços públicos;<br>_ Regularização da pavimentação;<br>_ Continuidade das vias descontínuas;<br>_ Priorização dos modais menores; |
| | | Passeio Público | _ Nas vias locais, passeios são estreitos e com obstáculos; | _ Nas vias principais, passeis são largos e pavimentados; | _ Promoção da infraestrutura adequada e acessibilidade nos passeios públicos;<br>_ Articulação dos espaços públicos. |
| | | Ciclovia | _ Inexistente. | _ Meio de locomoção alternativo e menos agressivo ao meio ambiente. | _ Criação de uma rede de ciclovias;<br>_ Articulação dos espaços públicos. |
| | | Transporte Público | _ Rodoviária de localização de difícil locomoção de transportes pesados;<br>_ Rodoviária e Terminal Urbano de estrutura simples e carente;<br>_ Paradas de espera desconfortáveis;<br>_ Precariedade informativa. | _ Boa distribuição das rotas e atendimento de todos os bairros da Área de Estudo;<br>_ Meio de locomoção alternativo e menos agressivo ao meio ambiente. | _ Realocação da localização da Rodoviária e do Terminal Urbano e desenho de novas estruturas;<br>_ Manutenção das paradas de espera;<br>_ Distribuição de totens com informações de itinerários, paradas e rotas. |
| | USO E OCUPAÇÃO DO SOLO | Tipos de Uso | _ Poucos vazios urbanos;<br>_ Usos prioritariamente residenciais no entorno das Áreas de Proteção; | _ Diversidade de usos na área central da cidade; | _ Estabelecimento de pluralidade de usos no entorno dos espaços públicos proporcionado atratividade. |
| | | Morfologia | _ Assentamentos irregulares em Áreas de Proteção Ambiental;<br>_ Edificações com fundos para as Áreas de Proteção Ambiental;<br>_ Especulação fundiária exercendo pressão sobre as áreas verdes. | _ Diversidade tipo-morfológica;<br>_ A área central da cidade apresenta edifícios de grande porte, alinhados com a rua.<br>_ Distante do centro, as edificações são de menor porte e afastadas da rua. | _ Realocação dos domicílios irregulares;<br>_ Redesenho do parcelamento no entorno das Áreas de Proteção Ambiental;<br>_ Promoção do adensamento populacional no entorno dos espaços públicos proporcionado vitalidade. |

Figura 59: Matriz de Planejamento analítica da Área de Estudo.
Fonte: Manual CAU "Espaços Públicos: Leitura Urbana e Metodologia de Projeto (dos pequenos territórios às médias cidades)"; Adaptação Autoral.

# 5.2 PROGNÓSTICO

A elaboração do diagnóstico possibilitou estabelecer diretrizes e propostas para cada parâmetro.

**PROGNÓSTICO**

| PARÊMETROS | DIRETRIZES | PROPOSTAS | |
|---|---|---|---|
| COESÃO URBANA | PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA | Articular a promoção dos componentes influenciadores do espaços, garantindo boas condições urbanas, ambientais, sociais e econômicas. | |
| ESPAÇOS LIVRES | ARTICULAR ESPAÇOS LIVRES | Estabelecer a conectividade espacialmente e visualmente de uma rede de espaços livres, gerando espaços livres públicos de convívio, permanência e circulação, com diversidade de atividades e atratividade de grupos sociais, e promovendo o aumento das dinâmicas urbanas. | |
| INFRAESTRUTURA | ORDENAR A INFRAESTRUTURA URBANA | Estruturar centralidades através dos equipamentos comunitários, mantendo a organização social das comunidades e estabelecendo a integração sociocultural;<br>Padronizar e qualificar as vias e passeios públicos, priorizando a escala humana;<br>Empregar infraestrutura verde e azul, melhorando a cobertura vegetal e permeabilidade do solo, e articulando as demandas urbanas por espaços públicos, conforto ambiental e drenagem;<br>Ampliar a rede municipal de esgoto e de iluminação pública. | |
| MEIO AMBIENTE | PRESERVAR E RECUPERAR A QUALIDADE AMBIENTAL | Preservar e recuperar a vegetação e hidrografia preexistentes, protegendo a flora e fauna naturais do habitat e retomando os elementos simbólicos do espaço. | |
| MOBILIDADE URBANA | REOGANIZAR A HIERARQUIA DOS MEIOS DE LOCOMOÇÃO | Facilitar os fluxos e conexões;<br>Qualificar e ampliar a rede de mobilidade ativa para priorizar o deslocamento pelos meios de locomoção alternativos, através do redesenho das vias e passeios públicos;<br>Promover a acessibilidade universal e garantir trajetos seguros e confortáveis associados a opções de permanência e usufruto do espaço público. | |
| USO E OCUPAÇÃO DO SOLO | DIVERSIFICAR OS USOS E PERFIS SOCIAIS | Determinar alterações nos parâmetros urbanísticos para ampliar a diversificação de usos, atividades e oferta de moradias no entorno dos espaços públicos;<br>Incentivar a diversidade do perfil socioeconômico dos moradores, de forma que os espaços públicos atendam a todos grupos socias;<br>Propor adensamentos populacionais próximo aos espaços públicos para assegurar apropriação e vitalidade urbana. | |

Figura 60: Quadro do prognóstico para a Área de Estudo.
Fonte: Autoral.

# 5.3 PROPOSTA

## 5.3.1 A PROPOSTA

Conforme a contextualização quanto ao Avanço da Mancha Urbana x Regressão da Mancha Verde (Vide página 34), nos últimos anos é notável a influência exercida pelo centro urbano sobre as áreas limítrofes à área alagadiça, fato evidenciado pelas construções de fundos para as áreas verdes, processos de aterramentos e canalizações dos córregos, que aos poucos impermeabilizam parte do solo dessa planície de inundação do Rio Araranguá.

Desse modo, a pressão imobiliária sobre as áreas verdes são preocupantes e demonstram a necessidade de uma conformação das Zonas de Conservação Ambiental (ZAs) em espaços públicos para utilização pela população e salvaguarda ambiental. A partir disso, **propõe-se resgatar a estrutura fragmentada da paisagem natural, integrando os corpos verdes e águas, de modo a estancar o processo de avanço da mancha urbana**, através do emprego de uma grande operação urbana consorciada (Vide pagina 47).

## 5.3.2 PROCESSO PROJETUAL

Para a proposição de um partido urbanístico utilizou-se da seguinte metodologia. Inicialmente, definiu-se uma rede de conexões de espaços livres (Vide Figura 62). Em seguida, para estabelecer o limite do parque, definiu-se a readequação do traçado viário nas bordas da área, seguindo condicionantes pré-existentes e tangente as faixas de APP, com a finalidade de estabelecer um limite e estancar o avanço urbano sobre as áreas verdes.

Após, desenhou-se a malha de caminhabilidade do parque, que ocorre por meio de: passeios públicos nas bordas, com alargamentos a cada 200m em pontos estratégicos e com paradas de ônibus; circuito caminhos pavimentados no interior do parque com nivelamento superior a declividade do terreno; circuito de ciclovias no interior e nas bordas do parque; trilhas de caminhada que acompanham a declividade do terreno em áreas com vegetação mais robustas; e estações de parada com programa de atividades, bem como clareiras já abertas.

Para a definição dos usos do parque, decidiu-se, a partir das análises levantadas da Área de Estudo, principalmente das características dos espaços livres, subdividir a infraestrutura o parque em unidades da paisagem, de modo a estabelecer vocações para cada subunidade e promover a hierarquização das áreas constituintes dos espaços livres (Vide Figura 63). As características de cada subunidades para o desenvolvimento das propostas de projeto são:

**SOCIAL**

- ✓ Espaços comunitários;
- ✓ Áreas de convívio e encontro;
- ✓ Parque infantil e demais atividades de lazer;
- ✓ Atividades esportivas disponibilizadas à vizinhança;
- ✓ Hortas e Jardins Urbanos.

**HÍDRICO**

- ✓ Espaços estratégicos de drenagem;
- ✓ Aumento da Permeabilidade do Solo;
- ✓ Áreas de retenção das águas pluviais;
- ✓ Lagoa de contenção;
- ✓ Utilização de infraestrutura verde e azul.

**ECOLÓGICO**

- ✓ Espaços Ecológicos;
- ✓ Reflorestamento;
- ✓ Adequação das Áreas Verdes;
- ✓ Recuperação da flora e fauna naturais ao habitat;
- ✓ Realocação de Ocupações Irregulares.

Figura 61: Esquema de caracterização das subunidades da paisagem.
Fonte: <https://www.klockelundstrand.se/>; Adaptação Autoral com base em ANDRADE (2016).

Posteriormente, em cada subunidades da paisagem estabeleceu-se setorizações, com a instituição de programas de atividades. A partir disso, lançou-se uma nova proposta de uso e ocupação do solo nas quadras as margens do parque, promovendo adensamentos e usos diversificados para a instituir maior apropriação e vitalidade ao parque.

Figura 62: Mapa esquemático da rede de espaços livres.
Fonte: Google Earth (2020); Adaptação Autoral.

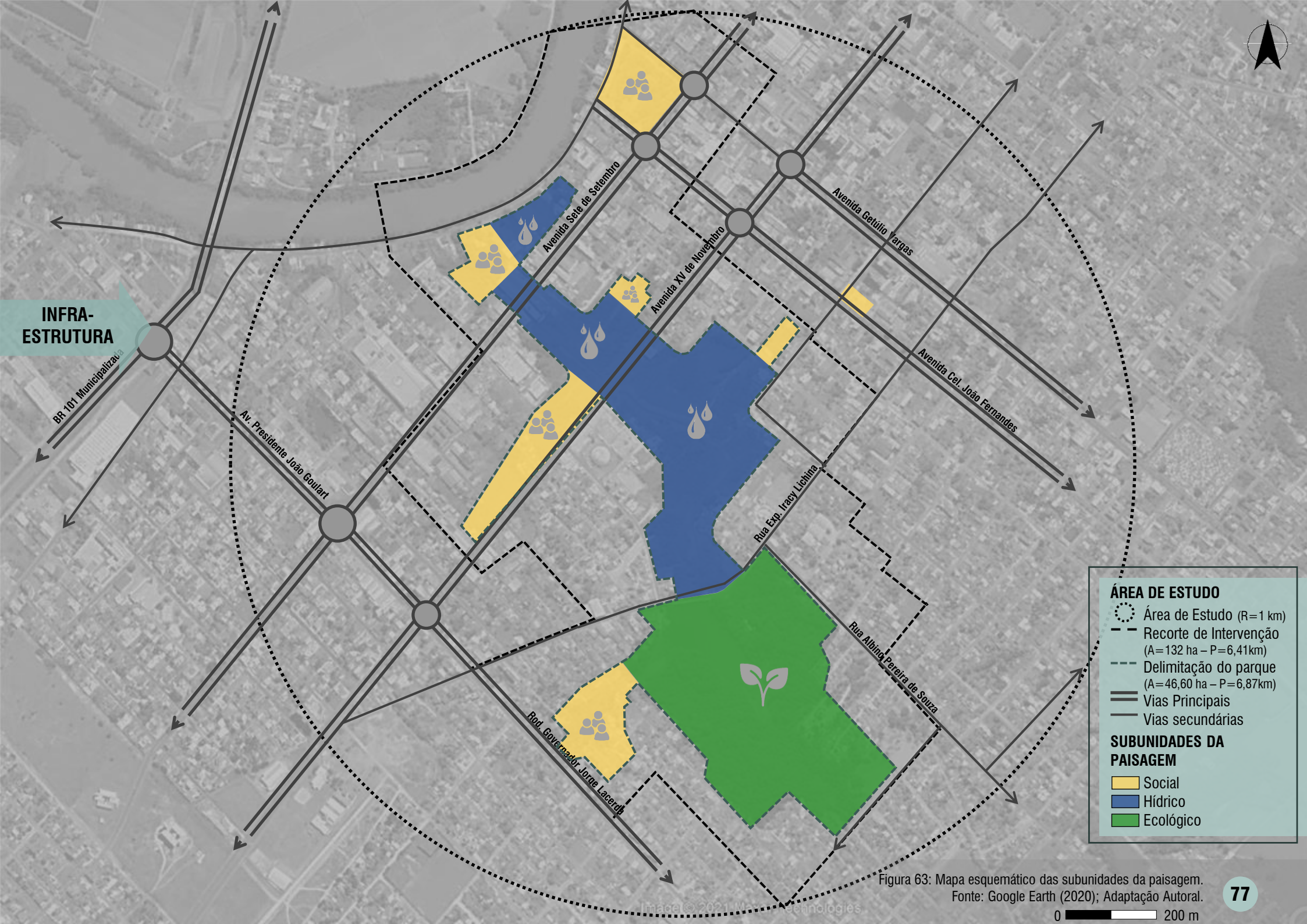



Figura 63: Mapa esquemático das subunidades da paisagem.
Fonte: Google Earth (2020); Adaptação Autoral.

# 5.3.3 MAPAS ESQUEMÁTICOS AE - ATUAL

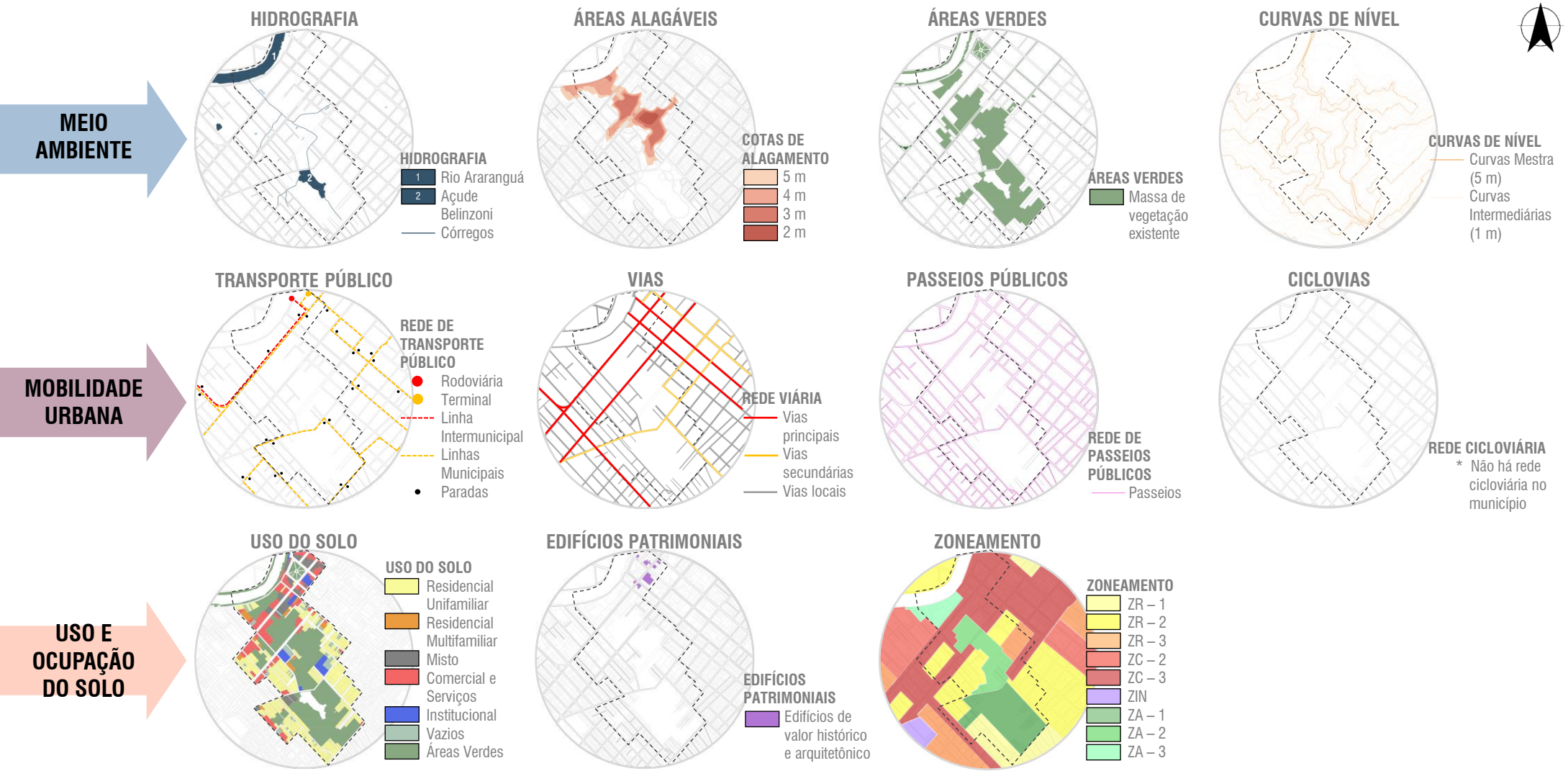





Figura 64: Mapas esquemáticos da AE - Atual.
Fonte: Autoral (2021).

**MAPAS ESQUEMÁTICOS AE - ATUAL**
Escala: 1/10.000
0 1 km

## 5.3.4 MAPA AE - ATUAL

O mapa da Área de Estudo atualmente demonstra a fragmentação da mancha verde e a forte pressão da malha urbana sobre o recorte.

Desse modo, a proposta visa a reestruturação da área para a reversão do impacto ambiental e, para isso, propõe-se a desapropriação de algumas edificações, utilizando-se também de instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade

### EDIFICAÇÕES

**QUE SERÃO DA ESTRUTURA DO PARQUE**

Utilização do **Direito de Preempção (Preferência)**: Confere ao Poder Publico a preferência na aquisição de imóvel urbano, respeitado o valor imobiliário, para que receba usos especiais e de interesse coletivo.

**QUE SERÃO REALOCADAS / RETIRADAS**

Residências precárias em áreas irregulares serão realocadas para Habitações de Interesse Social propostas

Edificações em áreas irregulares bem constituídas e com maior valor de mercado imobiliário. Poderão ser utilizados para as indenizações:

- **Transferência do Direito de Construir:** Faculdade conferida ao proprietário de imóvel de exercer em outro lote o seu poder construtivo previsto nas normas urbanísticas.
- **Outorga Onerosa do Direito de Construir e de Alteração de Uso:** O proprietário poderá construir para além da relação estabelecida entre a área edificável e a área do terreno em outro lote.

Figura 65: Mapa AE - Atual
Fonte: Autoral (2021).

# 5.3.5 MAPAS ESQUEMÁTICOS AE - PROPOSTA

**MEIO AMBIENTE**

**MOBILIDADE URBANA**

**USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

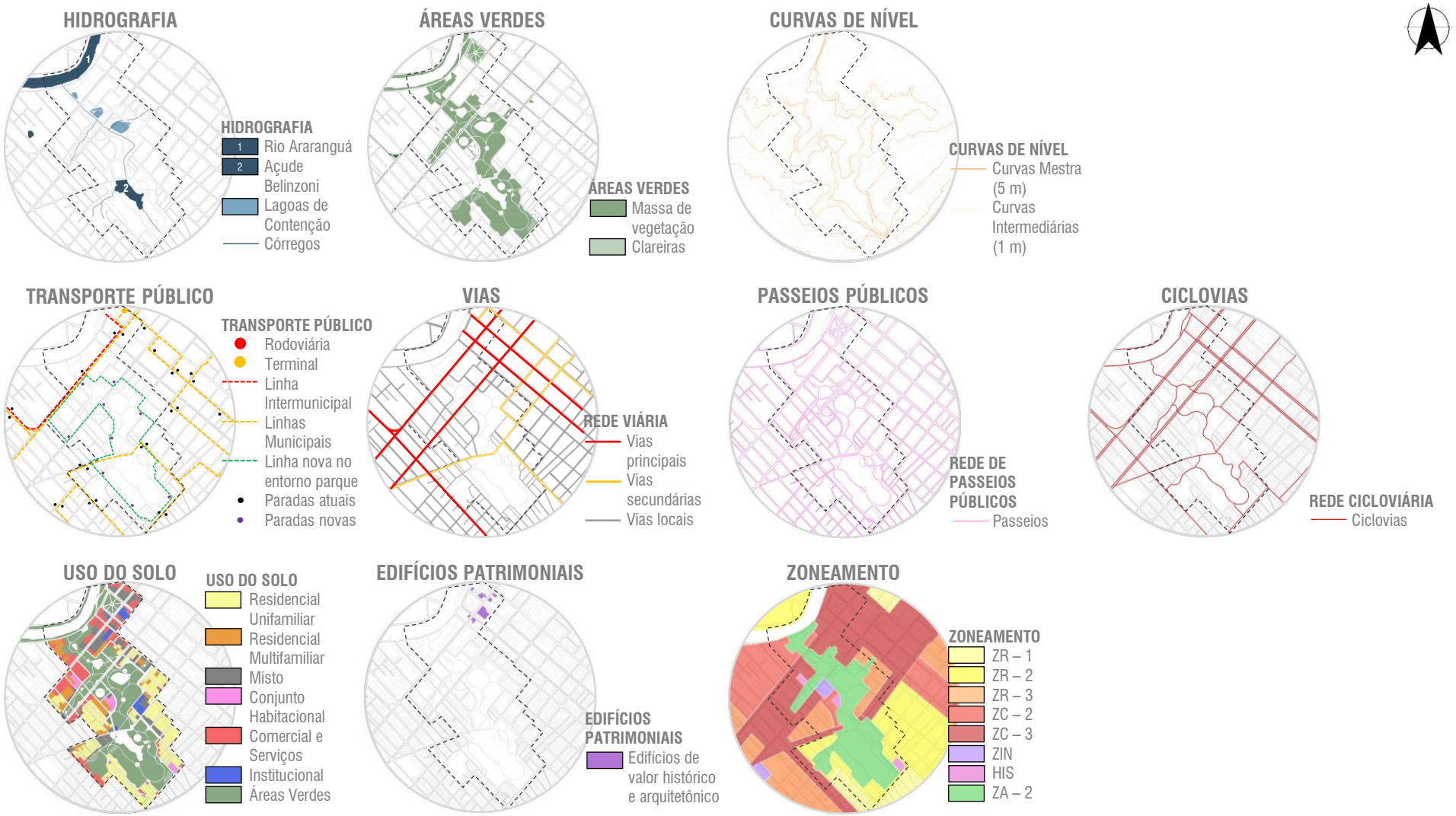





Figura 66: Mapas esquemáticos da AE - Proposta.
Fonte: Autoral (2021).

**MAPAS ESQUEMÁTICOS AE - PROPOSTA**

Escala: 1/10.000

0 1 km

## 5.3.6 MAPA AE - PROPOSTA

O mapa da Área de Estudo com a proposta para o recorte apresenta a estrutura da paisagem natural e urbana idealizada para a área.

Cada subunidade da paisagem pode ser subdividida em setores (A-F), cada qual com caráter e atividades próprias.

### SETORIZAÇÃO DO PARQUE

**A BEIRA DO RIO**

Área para o reflorestamento para compensação da faixa ciliar do Rio Araranguá, com criação de uma lagoa de contenção.

**B ENTRE AVENIDAS**

Área de declividade, com caminhos suspensos nivelados; reflorestamento e lagoa de contenção.

**C BOLHA**

Zona cultural e esportiva no entorno do equipamento urbano esportivo tradicional existente.

**D CENTRAL**

Espaço com uma grande lagoa para conter os alagamentos; reflorestamento; caminhos nivelados.

**E AÇUDE BELINZONI**

Área manancial do Açude Belinzoni com estruturas de ensino ambiental e cultural.

**F HORTALIÇA**

Zona destinada em especial ao plantio comunitário.

Figura 67: Mapa AE - Proposta
Fonte: Autoral (2021).

# 5.3.7 ESTAÇÕES DE ATIVIDADES NOS SETORES DO PARQUE

**A BEIRA DO RIO**

**B ENTRE AVENIDAS**

**C BOLHA**

**D CENTRAL**

**E AÇUDE BELINZONI**

**F HORTALIÇA**

**LEGENDA**

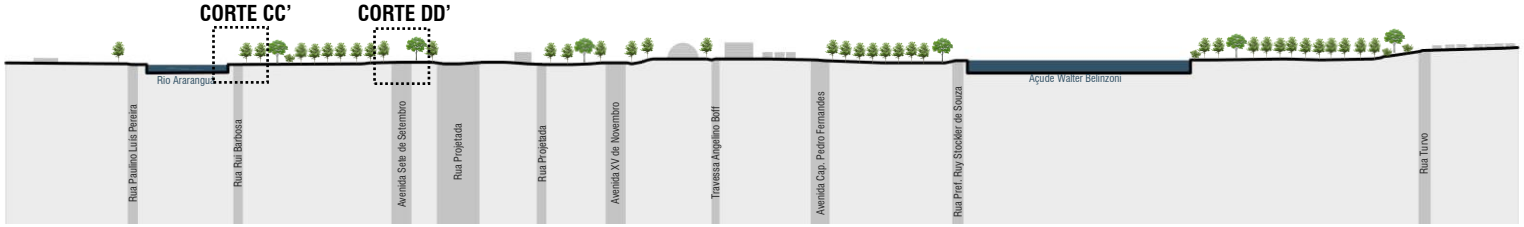
- Parque Infantil
- Área de piquenique
- Área de Contemplação
- Área de Repouso
- Área Esportiva
- Campo de Futebol
- Área Cultural
- Anfiteatro
- Horta comunitária
- Feira comunitária
- Bicicletários
- Lagoa de contenção

**MAPA AE - PROPOSTA**
Escala: 1/10.000
0 200 m



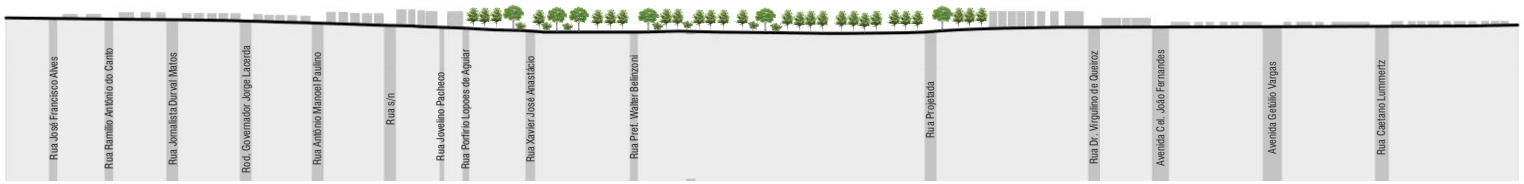
Figura 67: Mapa AE - Proposta
Fonte: Autoral (2021).

# 5.3.8 CORTES



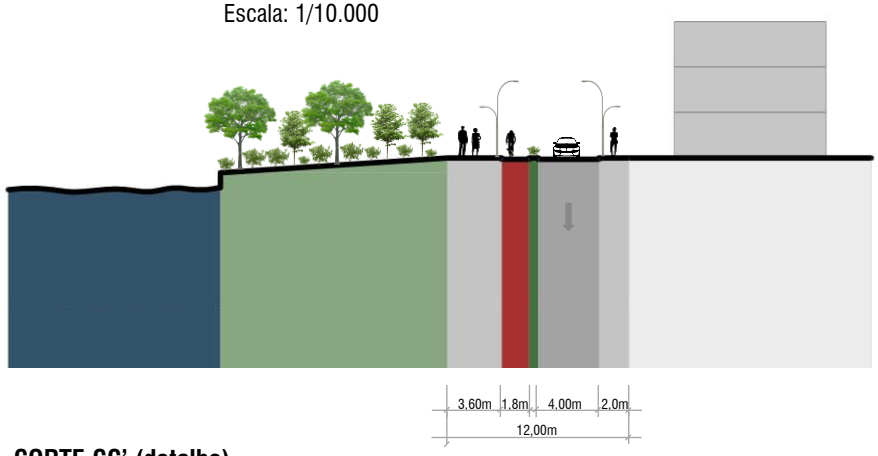

**CORTE AA'**
Sentido Noroeste-Sudeste
Escala: 1/10.000

0 200 m



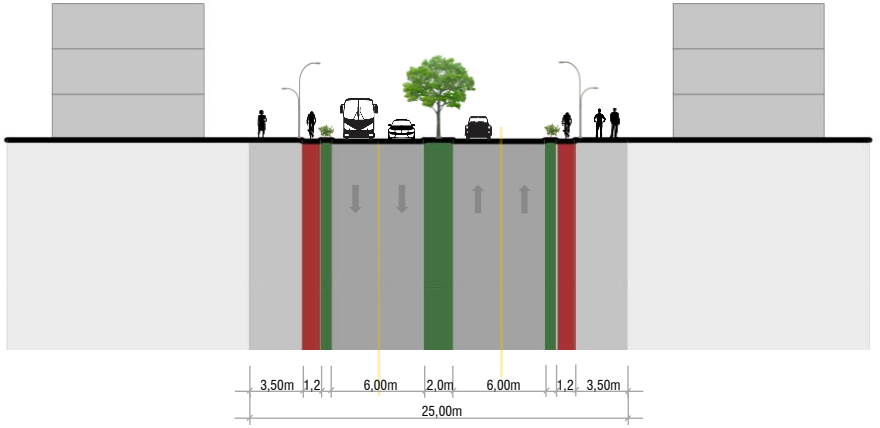

**CORTE BB'**
Sentido Sudoeste-Nordeste
Escala: 1/10.000

0 200 m




**CORTE CC' (detalhe)**
Rua Rui Barbosa
Escala: 1/500

0 10 m




**CORTE DD' (detalhe)**
Avenida Sete de Setembro
Escala: 1/500

0 10 m

Figura 68: Cortes AA', BB', CC' e DD'.
Fonte: Autoral (2021).

## 5.3.9 PAINEL SEMÂNTICO

Os referenciais estético-simbólicos abaixo demonstram as intenções conceituais para as estações de atividades dos setores do parque e para os conjuntos habitacionais propostos.

### A BEIRA DO RIO

**Skatepark Lemvig:**

- Localização: Lemvig, Dinamarca
- Ano : 2013;
- Autoria: EFFEKT.

**Conceitos Referenciados:**

- Programa de atividades multifuncional;
- Relação com o rio;
- Mobiliário Urbano.

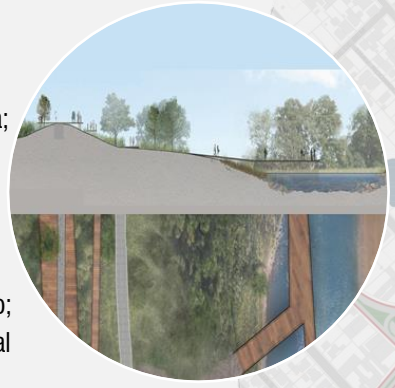
### B ENTRE AVENIDAS
### D CENTRAL

**PRUT 2030 (concurso, 1°):**

- Localização: Tchernivtsi, Ucrânia;
- Ano : 2020;
- Autoria: AddLine Group.

**Conceitos Referenciados:**

- Relação caminhos com o terreno;
- Preservação da passagem natural vegetal e hídrica.



### C BOLHA

**Parque Cultural dos Cidadãos:**

- Localização: Rongcheng, China;
- Ano : 2019;
- Autoria: Art+Zen Architects.

**Conceitos Referenciados:**

- Programa de atividades multifuncional;
- Desenho sinuoso;
- Anfiteatro.

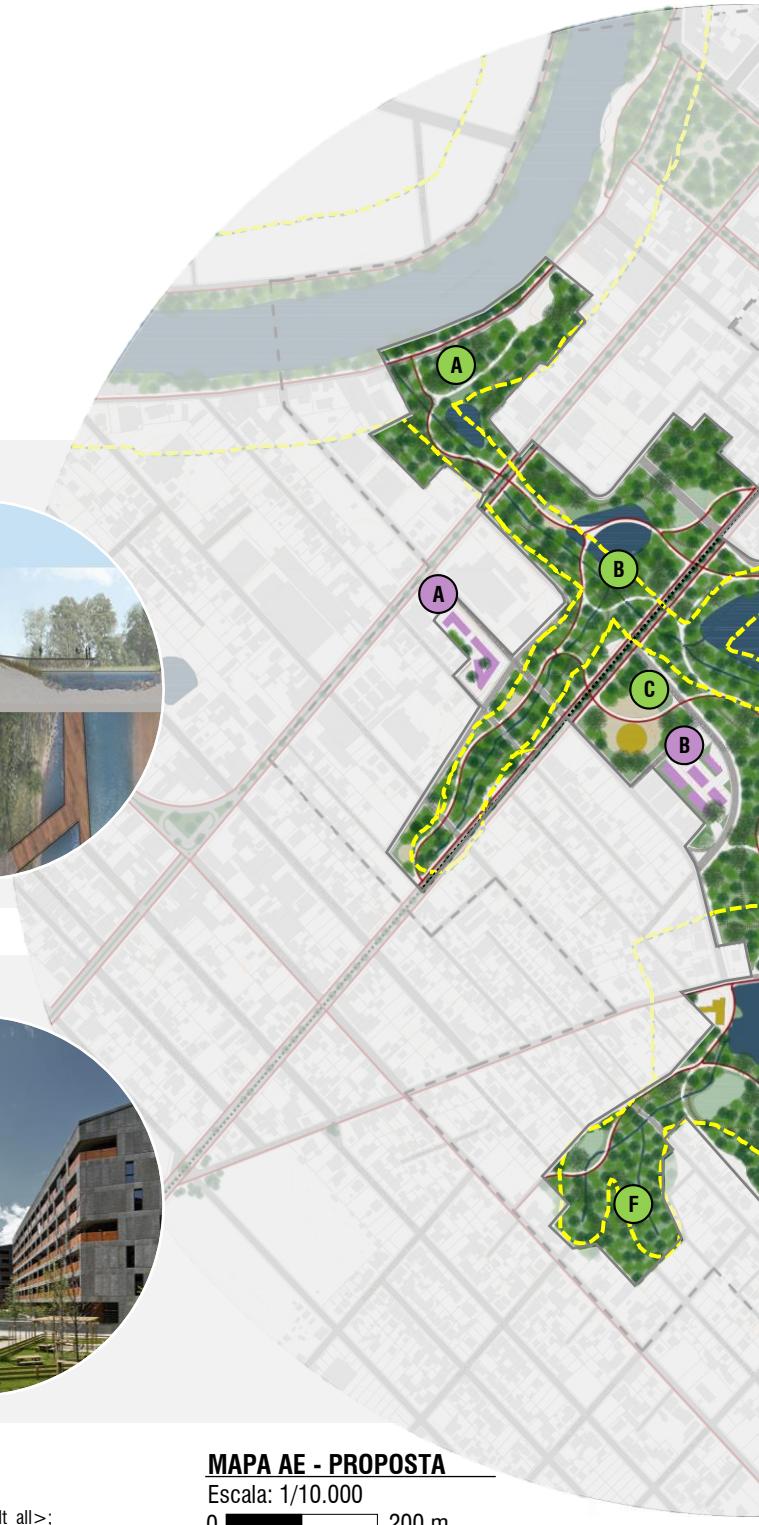
### A CONJUNTO HABITACIONAL

**Habitação Social "CasaNova":**

- Localização: Bozen, Itália;
- Ano : 2012;
- Autoria: Cdm Architetti A.

**Conceitos Referenciados:**

- Relação com o entorno;
- Singularidade do terreno;
- Implantação do edifício
- Assimetria volumétrica.




**MAPA AE - PROPOSTA**
Escala: 1/10.000
0 200 m



Figura 69 a 72: Referenciais das intenções projetuais (A a D; A).
Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/875069/parque-da-gare-acxt/>; <https://www.behance.net/gallery/97616461/PRUT-2030-urban-competition-%281st-place%29>; <https://www.archdaily.com.br/br/947212/pavilhao-dos-leitores-no-parque-cultural-dos-cidadaos-de-rongcheng-art-plus-zen-architects?ad_source=search&ad_medium=search_result_all>; <https://www.archdaily.com.br/br/01-133281/habitacao-social-casanova-slash-cdm-architetti-associati?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects>; Acesso em 17 jun. 2021.

**E AÇUDE BELINZONI**

**Parque da Boa Vista:**
- Localização: São José dos Campos, Brasil;
- Ano: 2016;
- Autoria: IDOM.

**Conceitos Referenciados:**
- Topografia e Vegetação;
- Trilhas, passarelas e mirantes;
- Programa de atividades.

**F HORTALIÇA**

**TURF (Thammasat University Rooftop Farm):**
- Localização: Bangkok, Tailândia;
- Ano: 2019;
- Autoria: Landprocess.

**Conceitos Referenciados:**
- Horta Comunitária;
- Reaproveitamento água;
- Utilização de energia solar.

**B CONJUNTO HABITACIONAL**

**Habitação, Comércio e Estacionamento**
- Localização: L'hospitalet de Llobregat, Espanha;
- Ano: 2009;
- Autoria: ONL Arquitectura.

**Conceitos Referenciados:**
- Edifício misto;
- Implantação do edifício;
- Singularidade volumétrica.

**C CONJUNTO HABITACIONAL**

**Conjunto Residencial Quartier:**
- Localização: Wald, Alemanha;
- Ano: 2020;
- Autoria: Störmer Murphy and Partners.

**Conceitos Referenciados:**
- Implantação do conjunto;
- Horizontalidade;
- Singularidade entre os edifícios.

Figura 73 a 76: Referenciais das intenções projetuais (E e F; B e C).

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/798623/parque-alberto-simoes-idom>; <https://www.archdaily.com.br/br/949003/cobertura-verde-produz-20-toneladas-de-alimentos-por-ano?ad_source=search&ad_medium=search_result_all>; <https://www.archdaily.com.br/br/01-88081/conjunto-habitacional-comercio-e-estacionamentos-slash-onl-arquitectura>; <https://www.archdaily.com.br/br/958307/conjunto-residencial-quartier-am-wald-stormer-murphy-and-partners?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects>; Acesso em 17 jun. 2021.

## 5.3.10 PLANO DE MASSAS

O plano de massas do recorte, atualmente, demonstra o predomínio de edificações residenciais unifamiliares no entorno das áreas verdes e que configuram-se em maioria com os fundos para esses. Poucos edifícios habitacionais verticais são encontrados. As margens das Av. Sete de Setembro, Av. XV de Novembro e Rod. Gov. Jorge Lacerda apresenta maior diversidade de usos.

A proposta para o recorte visa reforçar o adensamento no entorno do parque de modo a propiciar maior apropriação ao mesmo. Dessa maneira, são dispostos usos misto e residenciais multifamiliares em pontos estratégicos próximos aos programas de atividades do parque. Implanta-se também habitações de interesse social para realocação. E ainda, estimula-se a criação de comércios de bairro contribuindo com a geração de centralidades próximas ao parque.

**USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

- Residencial Unifamiliar
- Residencial Multifamiliar
- Misto
- Conjunto Habitacional
- Comercial e Serviços
- Institucional
- Hidrografia
- Áreas Verdes
- Estações com atividades no parque

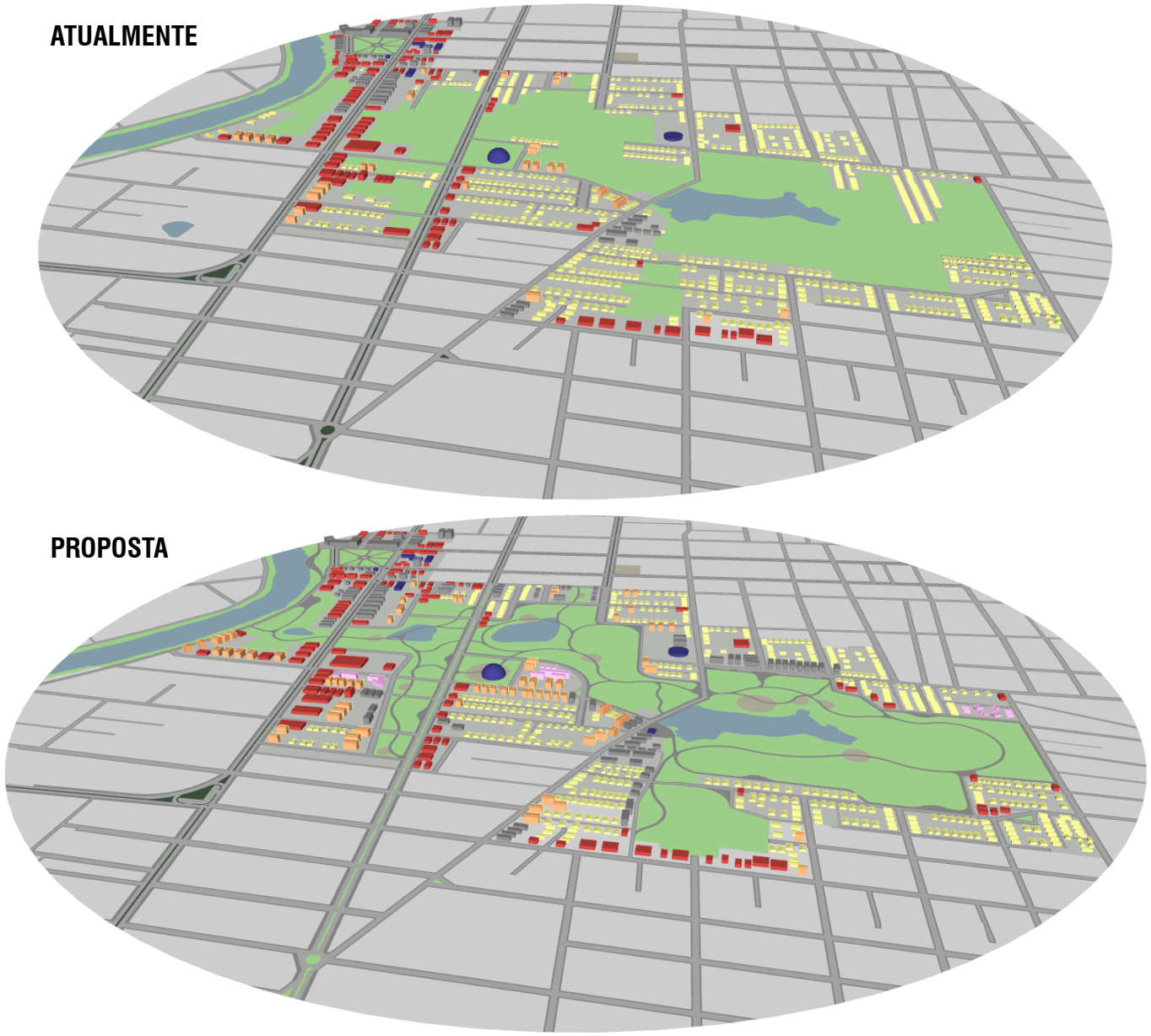





Figura 77: Perspectivas esquemáticos do Plano de Massas da AE – Atual x Proposta.
Fonte: Autoral (2021).

## 5.3.11 ESPACIALIZAÇÃO DA PROPOSTA

A seguir serão apresentadas as representações da espacialização da proposta idealizada pelos autores através de perspectivas, croquis e colagens, com comparações de como é atualmente e o que se propõe.

A perspectiva da Área de Estudo apresenta a relação das edificação do recorte com a nova estruturação das áreas verdes. Nota-se que a caminhabilidade do parque constitui um circuito. Desse modo, através cria-se uma verdadeira rede de espaços livres na área central de Araranguá/SC.

**USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

- Residencial Unifamiliar
- Residencial Multifamiliar
- Misto
- Conjunto Habitacional
- Comercial e Serviços
- Institucional
- Hidrografia
- Áreas Verdes
- Estações com atividades no parque

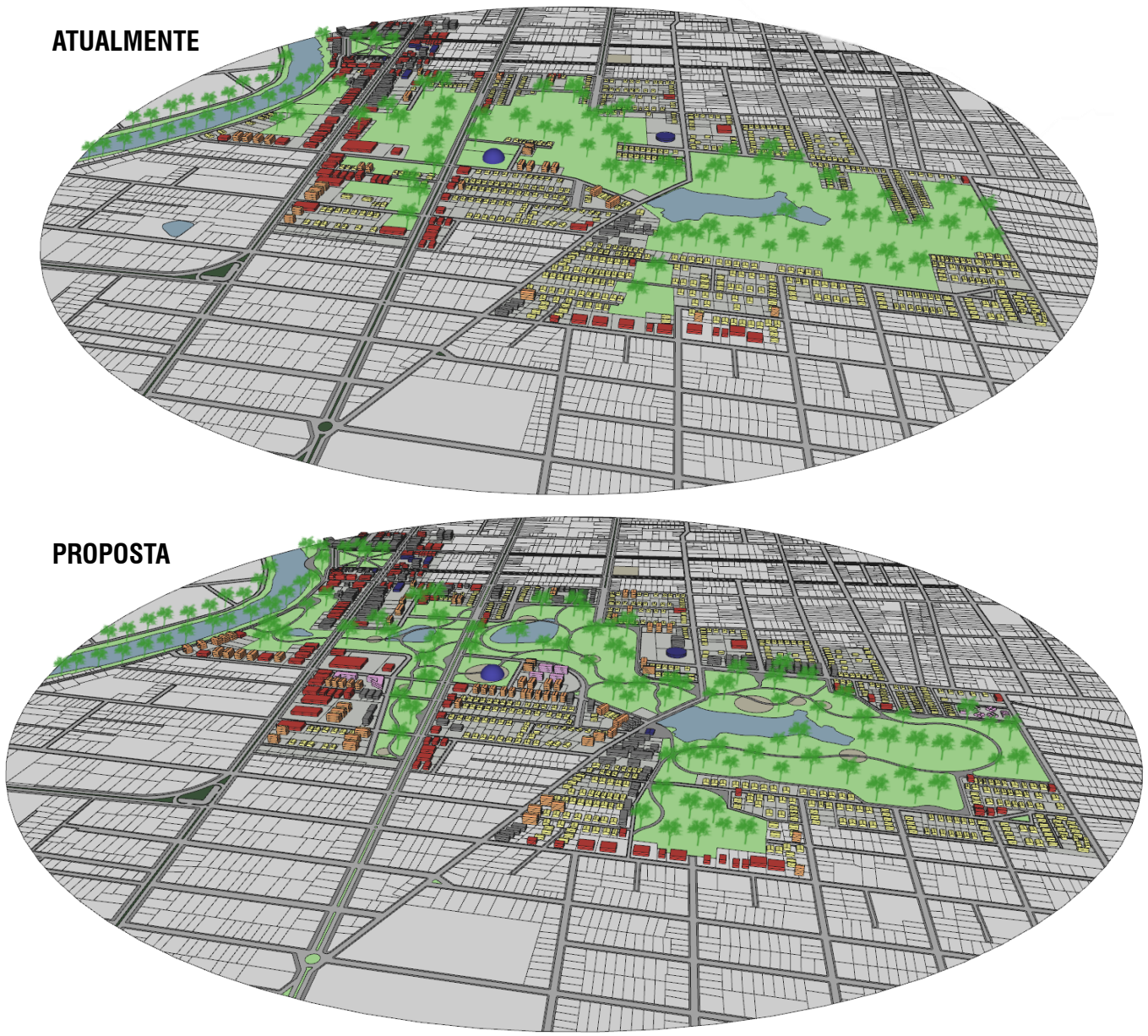
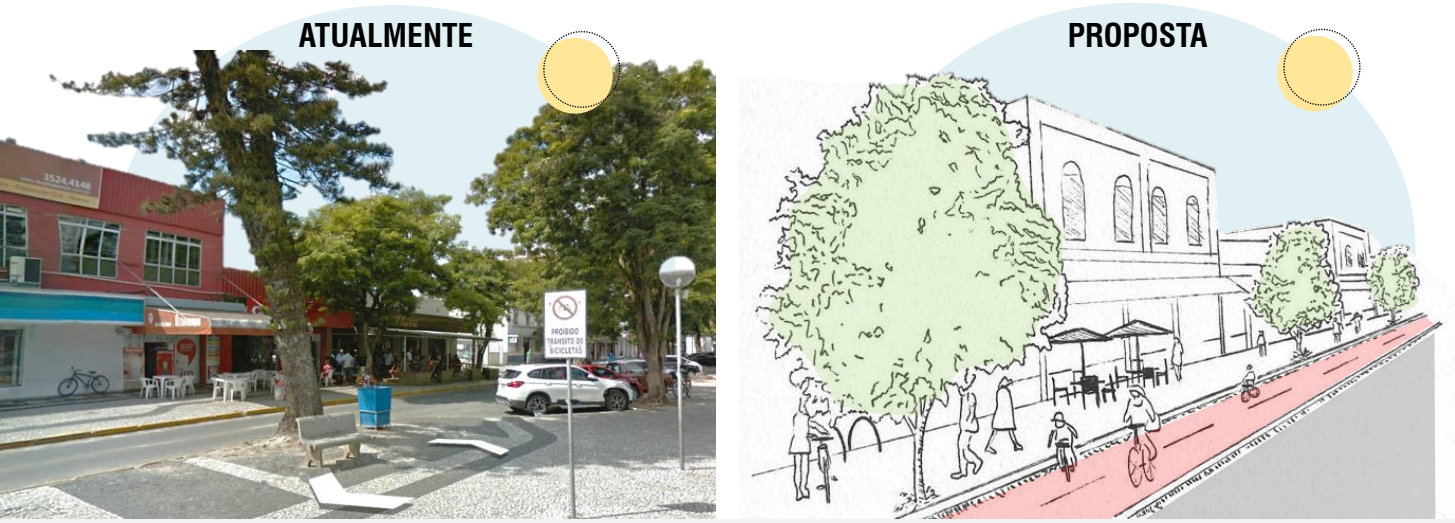



Figura 78: Perspectivas esquemáticos da AE – Atual x Proposta.
Fonte: Autoral (2021).



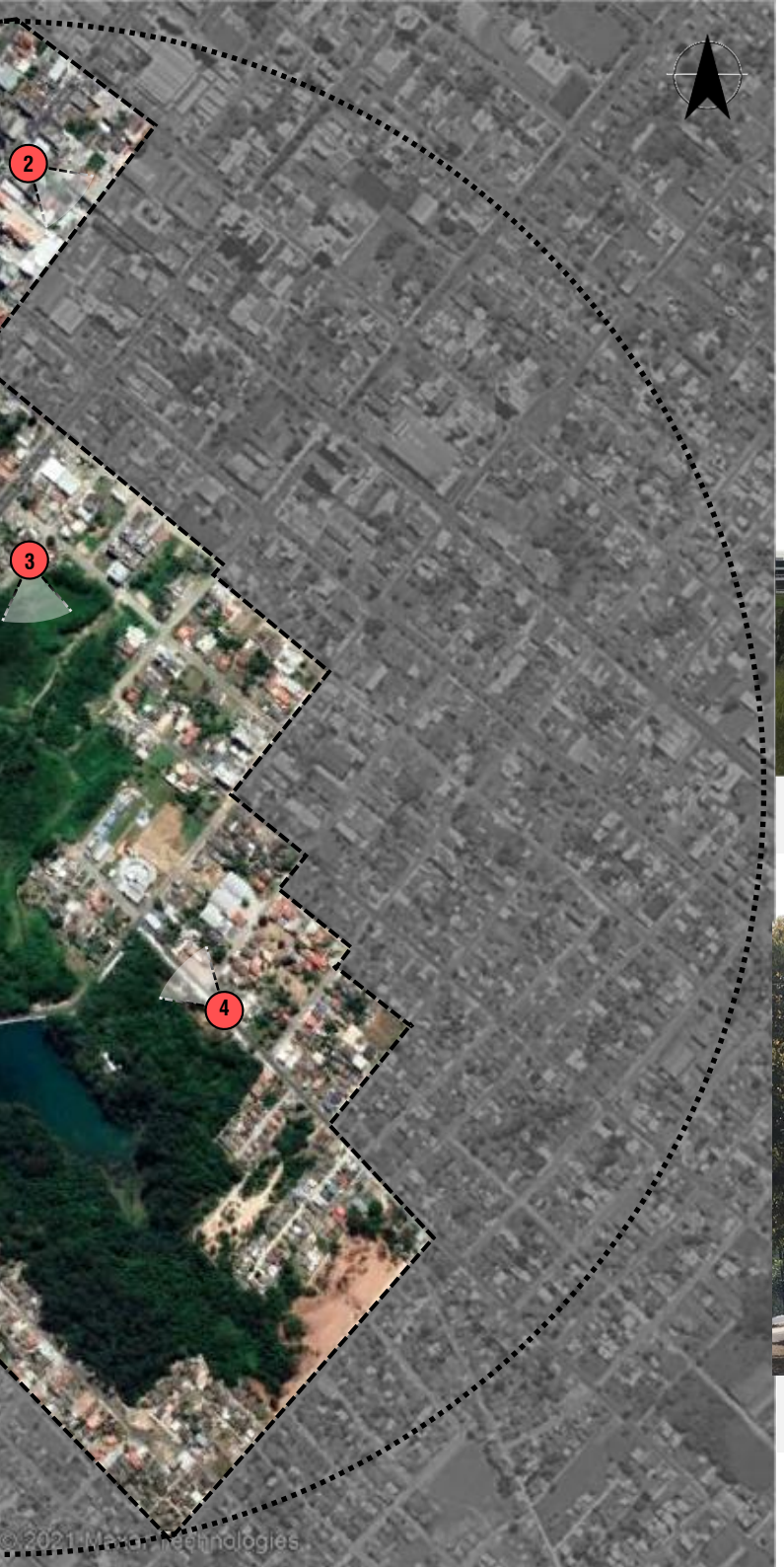

1 **Calçadão:** Proposta de requalificação do conhecido "calçadão" comercial no centro de Araranguá, com a implantação de ciclovia, padronização da pavimentação e acessibilidade, de forma a reforçar as fachadas ativas e a vitalidade urbana.

2 **Setor Bolha:** Ginásio Municipal Mário Canela, conhecido popularmente como "Ginásio Bolha". Propõe-se um anfiteatro acompanhando a declividade do terreno, próximo ao ginásio, e ao fundo o parque e o adensamento proposto no entorno.



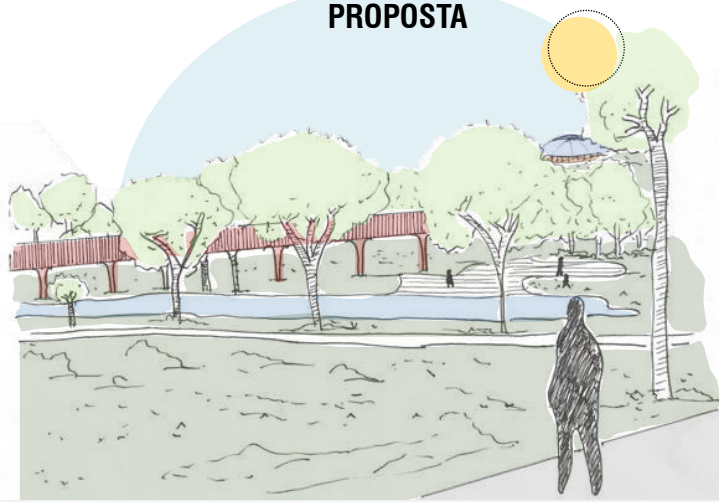
Figura 79: Fotos ao nível do observador e propostas de requalificação por meio de croquis autorais no recorte (1 a 4) .
Fonte: Google Street View (2017); Autoral (2021).

Figura 80: Mapa da Área de Estudo no Centro da Cidade.
Fonte: Google Earth (2020); Adaptação Autoral.



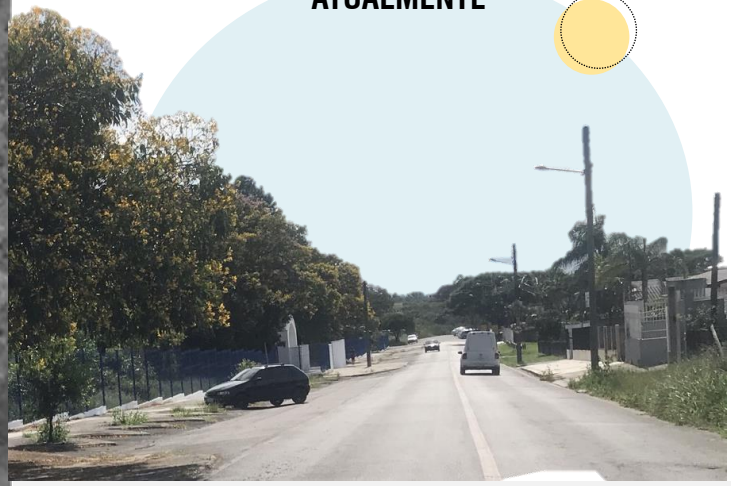

ATUALMENTE

PROPOSTA

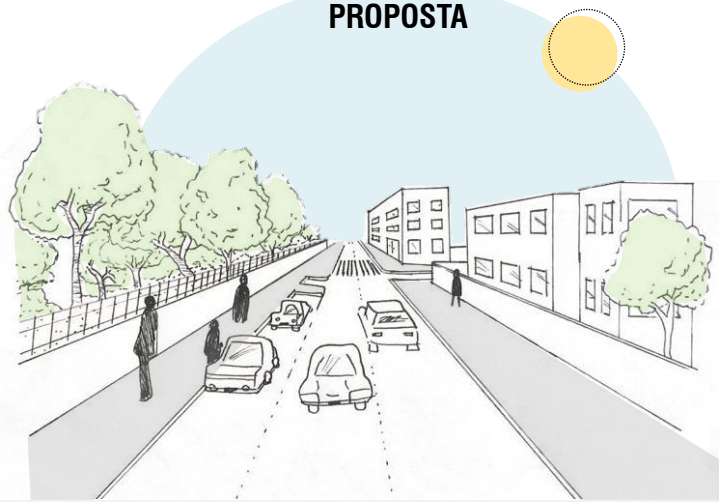


3 **Setor Central:** Na proposta para a área central do parque, onde há grande declividade, cria-se uma lagoa de contenção, os passeios ocorrem por passarelas niveladas e trilhas acompanhando o terreno. Ao fundo vê-se o Ginásio Bolha.

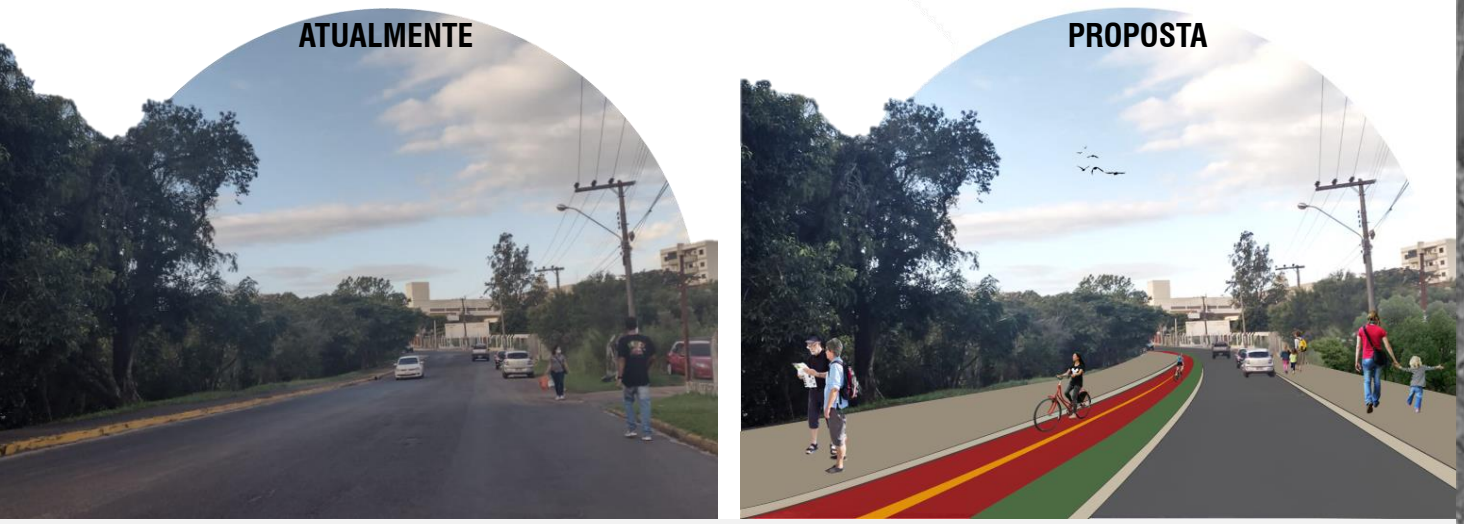
ATUALMENTE



PROPOSTA



4 **Rua albino Pereira de Souza:** Propõe-se um reforço no adensamento nas bordas do parque de modo a propiciar apropriação e vitalidade urbana. No parque, mantém-se a infraestrutura presente e preserva-se a massa de vegetação.




1 **Rua Rui Barbosa:** Proposta de requalificação da via as margens do Rio Araranguá, com ampliação do passeio público, implantação de ciclovia e diminuição da via para um sentido, além da padronização da pavimentação e acessibilidade.

2 **Rua Prefeito Walter Belinzoni:** Proposta de requalificação das vias de caráter residencial no entorno do parque, através da padronização da pavimentação e acessibilidade viária.



Figura 81: Fotos ao nível do observador e propostas de requalificação por meio de colagens autorais no recorte (1 a 4) .
Fonte: Autoral (2021).

Figura 80: Mapa da Área de Estudo no Centro da Cidade.
Fonte: Google Earth (2020); Adaptação Autoral.

3 **Avenida XV de Novembro:** Proposta de requalificação para as principais avenidas da cidade, implanta-se faixas de ciclovia nos dois sentidos viários, além de melhorias nos passeios, padronização da pavimentação e acessibilidade viária.

4 **Rua Prefeito Ruy Stockler de Souza:** Proposta de requalificação da via adjacente ao Açude Belinzoni e que atravessa o parque, propõe-se a implantação de ciclovia, padronização da pavimentação e acessibilidade viária.

# 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

# 6.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jan Gehl , no livro *Cidade para Pessoas* (2014), aborda o conceito de cidade viva, a qual ele caracteriza como convidativa, segura, sustentável e saudável. “A cidade viva emite sinais amistosos e acolhedores com a promessa de interação social” (GEHL, 2014, p. 63). Para o autor, uma cidade viva deriva de um planejamento holístico que constitui espaços vivo, utilizados por muitos e diferentes grupos de pessoas.

Segundo Gehl (2014), um ponto chave de atração da vida urbana são os espaços públicos, onde ocorram atividades sociais e de lazer, espaços de circulação de pedestres e do trafego, e oportunidades de participação da vida urbana. Nessa perspectiva, esse Trabalho Final de Graduação I (TFG I) apresenta uma proposta de rede urbana de espaços públicos para a cidade de Araranguá/SC em um Recorte de Intervenção com área de 132 ha e perímetro de 6,41 km.

Atualmente a região central da cidade é configurada por uma paisagem fragmentada, em que a estrutura urbana se sobrepõe e descaracteriza sobre a natural. Sabendo disso, com a intenção de estancar o processo de pressão urbana sobre a paisagem natural, a proposta desse TFG I visa integrar os corpos verdes e de água a vida urbana da cidade. Desse modo, através de uma grande operação urbana, a proposta estabelece uma articulação e qualificação dos espaços públicos e livres por meio da conformação de uma rede urbana, de maneira a resgatar a identidade da cidade e sustentar os núcleos de vida urbana.

Assim como a vida, que está em constante mutação, “uma cidade viva está sempre em construção” (Gehl, 2016).

## 6.1.1 RECORTE DE TFG II

Para a definição do recorte de trabalho do TFG II os autores fizeram-se a indagação de qual setorização do parque necessita de uma resposta mais crítica e imediatista na sua relação entre paisagem natural e urbana. Com isso, chegou-se a conclusão de que os setores C e D é onde apresentam maior fragmentação da paisagem natural e sofre maior pressão da estrutura urbana, sendo então esse o recorte de abordagem do TFG II com área de 17 ha e perímetro de 1,87km.

Figura 82: Mapa da proposta para o recorte de TFG II.
Fonte: Autoral (2021).

Figura 83: Mapa da proposta para a AE com a definição dos recortes de TFG I e TFG II.
Fonte: Autoral (2021).

# 7. REFERÊNCIAS

# 7.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ADDLINE Group . **PRUT 2030:** urban competition (1st place). In: Behance, maio 2020. Disponível em: <https://www.behance.net/gallery/97616461/PRUT-2030-urban-competition-%281st-place%29>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ALEXANDER, Christopher; et al. **Uma linguagem de Padrões:** A Pattern Language. Porto Alegre: Bookman, 2013.

ANDRADE, Luísa Saldanha Barcelos; CASTRO, Flávio Teodoro de. **Pandemia**: início de uma nova era? 2020. Disponível em: <https://cnsdbh.com.br/2020/07/13/pandemia-inicio-de-uma-nova-era/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ANDRADE, Sheila Patrícia de. **Urbanidade Oculta:** uma reconciliação entre as águas urbanas e os espaços livres em Xaxim/SC. 2016. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2016.

ARARANGUÁ. **Plano Diretor, de 01 de janeiro de 2015.** Disponível em: <https://www.ararangua.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/42294>. Acesso em: 13 abr. 2021.

____. **Lei nº 864, de 01 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo. Disponível em: <https://www.ararangua.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/42294>. Acesso em: 13 abr. 2021.

ART+ZEN Architect. **Pavilhão dos Leitores no Parque Cultural dos Cidadãos de Rongcheng**. In: ArchDaily Brasil, set. 2020. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/947212/pavilhao-dos-leitores-no-parque-cultural-dos-cidadaos-de-rongcheng-art-plus-zen-architects?ad_source=search&ad_medium=search_result_all>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BARATTO, Romullo. **Jan Gehl:** "Uma cidade viva está sempre em construção". In: ArchDaily Brasil, maio 2019. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/916738/jan-gehl-uma-cidade-viva-esta-sempre-em-construcao>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. **Estatuto da Cidade.** Guia para implementação pelos municípios e cidades. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

____. **Lei Federal nº 10.527, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <httphttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 13 abr. 2021.

____. **Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BIOFILIA. In: MICHAELIS, Dicionário Online de Português. Editora Melhoramentos Ltda, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/biofilia/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BOSENCE, Loretta. **The landscape notebook of Loretta Bosence.** 2015. Disponível em: <https://lorettabosence.tumblr.com/post/104237270129/gehl-methodology>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRITTO, Fernanda. **O que é uma cidade biofílica?** In: ArchDaily Brasil, fev. 2013. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-99393/o-que-e-uma-cidade-biofilica>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CAMPOS, Eduarda Andrade; VIEIRA, Jorge Luiz. **Estudo tipo-morfológico de praças no município de Forquilhinha/SC.** Programa de Iniciação Cientifica (PIC 170) - Edital n° 49/2019. Criciúma: 2020.

CARBONERAYOKOO, Sandra; CHIES, Cláudia. **O papel das praças públicas:** estudo de caso da praça raposo tavares na cidade de Maringá. 2009. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/12_YOKOO_CHIES.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CAU/BR. **Espaços Públicos:** Leitura Urbana e Metodologia de Projeto (dos pequenos territórios às médias cidades). 2017. ISBN 978-85-87024-83-1. 122p. Disponível em: <https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Espacos-Publicos-Leitura-Urbana-e-Metodologia-de-Projeto.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CDM Architetti Associati. **Habitação Social "CasaNova"** . In: ArchDaily Brasil, ago. 2013. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-133281/habitacao-social-casanova-slash-cdm-architetti-associati?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano:** Artes de Fazer. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998 (1980).

CAMPOS, Isabela Teixeira. **Requalificação dos Espaços Livres na Área Central de Araranguá/SC.** 2015. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Sul Catarinense, Tubarão, 2015.

CÓRDOVA, Anna Maria de Souza, et al. **Caminhando por Araranguá:** Um roteiro histórico, cultural e ambiental. 2018. Disponível em: <http://caminhandoporaru.ararangua.ifsc.edu.br/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CORRÊA, Fernando et al. **Planejamento urbano e epidemias**: como doenças do passado transformaram as cidades. In: ArchDaily Brasil, maio 2020. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/939978/planejamento-urbano-e-epidemias-como-doencas-do-passado-transformaram-as-cidades>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CÔRTES, João Carlos Paixão. **Danças Birivas do Tropeirismo Gaúcho.** Porto Alegre: CORAG, 2000.

CUNHA, Érika Jorge Rodrigues da**. A Natureza do Espaço Urbano:** formação e transformação de territórios na cidade contemporânea. 2008. 145 f. Dissertação (Pós-Graduação) – Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

DELAQUA, Victor. **Um novo modelo urbano para outro projeto de sociedade**: uma entrevista com Tainá de Paula. In: ArchDaily Brasil, set. 2020. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/946623/um-novo-modelo-urbano-para-outro-projeto-de-sociedade-uma-entrevista-com-taina-de-paula>. Acesso em: 10 abr. 2021.

DESTRO, Diego. **Paço Municipal de Araranguá/SC.** 2009. 56 f. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.

DEPINÉ, Ágatha. **Resiliência urbana e o impacto da Covid-19 nas cidades** In: Revista Via UFSC, abr. 2020. Disponível em: <https://via.ufsc.br/resiliencia-urbana-covid-19/#_ftn1>. Acesso em: 13 abr. 2021.

EFFEKT. **Skatepark LEMVIG**. In: ArchDaily Brasil, mar. 2014. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-183120/skatepark-lemvig-slash-effekt>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ENGIE. **O que são cidades resilientes e como isso impacta na sua vida?.** 2013. Disponível em: <https://blog-solucoes.engie.com.br/cidades-inteligentes/cidades-resilientes/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

GEHL, Jan. **Cidade Para Pessoas.** 2ª. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014. 276p.

GLOBAL Designing Cities Initiative. **Utilities and Infrastructure.** Disponível em: <https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide/utilities-and-infrastructure/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Cidades e Estados.** Araranguá. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/ararangua.html>. Acesso em: 14 abr. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Brasil, Santa Catarina, Araranguá.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/ararangua/panorama>. Acesso em: 14 abr. 2021.

IDOM. **Parque Alberto Simões** . In: ArchDaily Brasil, nov. 2016. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/798623/parque-alberto-simoes-idom>. Acesso em: 16 jun. 2021.

JOAQUIM JUNIOR, Ademir J.; PAMPLONA, Mauricio. **Evolução da Expansão Urbana de Araranguá/SC.** Trabalho Final do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino de História e Geografia. Criciúma, ESUCRI, não publicado. PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Araranguá:** Expansão e Plano Urbano. Geosul, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 79-109, 2000.

LAMAS, José Maria Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** 2ª. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 590p.

LIBARDONI, Vinicius. Como avaliar a qualidade de um espaço público**? ArchDaily Brasil**, abr. 2019. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/915132/como-avaliar-a-qualidade-de-um-espaco-publico?ad_source=search&ad_medium=search_result_al>. Acesso em: 13 abr. 2021.

LIRA, Pedro. **Como retornar à vida em comunidade no mundo pós-pandemia?** In: ArchDaily Brasil, maio 2020. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/938922/como-retornar-a-vida-em-comunidade-no-mundo-pos-pandemia>. Acesso em: 10 abr. 2021.

LIRA, Pedro; SANCHES, Camila. **Parque da Gare.** In: Natureza Urbana. Disponível em: <https://naturezaurbana.net/Parque-da-Gare>. Acesso em: 24 abr. 2021.

MACIEL, Mariana Altoé. **Uma proposta de lista de verificação para avaliação de praças.** 2016. 126 f. Dissertação (Pós-Graduação) – Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

MOREIRA, Susanna. **Gardens, Parks, and Boulevards: Mapping Green Spaces Via Satellite.** In: ArchDaily Brasil, dez. 2020. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com/940829/gardens-parks-and-boulevards-mapping-green-spaces-via-satellite>. Acesso em: 14 abr. 2021.

NACTO; GLOBAL Designing Cities Initiative. **Streets for Pandemic Response & Recovery.** 2020. Disponível em: <https://nacto.org/wp-content/uploads/2020/05/NACTO_Streets-for-Pandemic-Response-and-Recovery_2020-05-21.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade:** para compreender. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLSEN, Natasha. **Cobertura verde produz 20 toneladas de alimentos por ano**. In: ArchDaily Brasil, out. 2020. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/949003/cobertura-verde-produz-20-toneladas-de-alimentos-por-ano?ad_source=search&ad_medium=search_result_all>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ONL Arquitectura. **Conjunto habitacional, comércio e estacionamentos**. In: ArchDaily Brasil, mar. 2014. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-183120/skatepark-lemvig-slash-effekt>. Acesso em: 16 jun. 2021.

OPUS. **Corredor Verde de Cali.** In: OPUS, Medellín, cl. 10, n. 36-32, 2019. Disponível em: <https://www.opusestudio.com/tercorredor-verde-cali>. Acesso em: 24 abr. 2021.

PINTO, Ana Júlia Marques de Oliveira. **Coesão urbana:** o papel das redes de espaço público. 2015. 296 f. Tese (Doutorado) - Doctorado Espacio Público y Regeneración Urbana: Arte, Teoría, Conservación del Patrimonio, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2015.

PINTO, Mariana Teixeira. **Qualificação do Sistema de Espaços Livres na área Central da cidade de Araranguá/SC.** 2015. 67 f. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015.

PECANTET, Nathália Cervelin. **Parque Iriringuá:** Uma proposta de conexão urbana para a cidade de Araranguá - Santa Catarina. 2018. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

PROJECT for Public Spaces. **What Makes a Successful Place?** 2018. Disponível em: <https://www.pps.org/article/grplacefeat>. Acesso em: 13 abr. 2021.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras.** V. 19, n. 21, jan./jun. 2011.

RESILIÊNCIA. In: MICHAELIS, Dicionário Online de Português. Editora Melhoramentos Ltda, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/resiliencia/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2009. 45p.

SANTA CATARINA. Ministério Público (MPSC). Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas (CIP). Coordenadoria De Assessoramento Técnico (CAP). **Laudo n. 02.** Araranguá, 2011, 88p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** uma necessidade epistemológica – a diferença entre espaço e paisagem. São Paulo: Edusp, 2006. 4p.

SANTOS, Tadêu. **Açude Belinzoni, Araranguá/SC.** Blog Socioambientalismo, maio 2019. Disponível em: <http://tadeusantos.blogspot.com/2019/05/acude-belinzoni-ararangua-sc.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SANTOS, Vicente Brêtas Gomes dos. **Pensando a cidade pós-pandêmica.** In: Revista Ensaios de Geografia, Niterói, v. 5, n. 9, p. 168-173, maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/42544/html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SÃO PAULO. Gestão Urbana. **Texto da lei ilustrado.** 2014. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/texto-da-lei-ilustrado/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SEBRAE. **Araranguá em Números.** 2013. 133 f. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Relat%C3%B3rio%20Municipal%20-%20Ararangu%C3%A1.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

VADA, Pedro. **Parque da Gare, IDOM.** In: ArchDaily Brasil, set. 2020. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/875069/parque-da-gare-acxt>. Acesso em: 24 abr. 2021.

STÖRMER Murphy and Partners. **Conjunto Residencial Quartier am Wald.** In: ArchDaily Brasil, mar. 2021. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/958307/conjunto-residencial-quartier-am-wald-stormer-murphy-and-partners?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects>. Acesso em: 16 jun. 2021.

VALENCIA, Nicolás. **Segunda fase do Corredor Verde de Cali na Colômbia.** In: ArchDaily Brasil, fev. 2016. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/781254/assim-sera-a-segunda-fase-do-corredor-verde-de-cali-em-colombia>. Acesso em: 14 abr. 2021.

WILSON, Letícia. **Catarinense é vencedora nacional do I Prêmio Rosa Kliass de Paisagismo.** In: Revista Área, jan. 2018. Disponível em: <http://revistaarea.com.br/catarinense-e-vencedora-nacional-do-i-premio-rosa-kliass-de-paisagismo/#!>. Acesso em: 24 abr. 2021.

WIKIHAUS. **Cidade biofílica: integrando a natureza ao planejamento urbano.** 2019. Disponível em: <https://wikihaus.com.br/blog/cidade-biofilica-integrando-natureza-ao-planejamento-urbano/>. Acesso em: 13 abr. 2021.